

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA ALICE PEREIRA

**A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS -**  
**Um Estudo na Comissão de Políticas Sociais do Conselho**  
**Regional de Serviço Social – 12.<sup>a</sup> Região**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL  
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 25/06/04

*Teresa Kleba*  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2004

**MARIA ALICE PEREIRA**

**A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS -**

**Um Estudo na Comissão de Políticas Sociais do Conselho**

**Regional de Serviço Social – 12.<sup>a</sup> Região**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Serviço Social, Departamento  
de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico,  
Universidade Federal de Santa Catarina.

**ROSANA DE CARVALHO MARTINELLI FREITAS**

**Orientadora**

**FLORIANÓPOLIS**

**2004**



**MARIA ALICE PEREIRA**

**A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS**

**Um Estudo na Comissão de Políticas Sociais do Conselho**

**Regional de Serviço Social – 12.<sup>a</sup> Região**

**BANCA EXAMINADORA**



**Orientador**

Professora Rosana de Carvalho Martinelli Freitas



**1.<sup>o</sup> Examinador**

Assistente Social Maria Dolores Thiesen  
Coordenadora Técnica CRESS – 12.<sup>a</sup> Região



**2.<sup>a</sup> Examinador**

Assistente Social Kátia Regina Madeira

**Florianópolis, julho de 2004.**

## **AGRADECIMENTOS**

À meus pais, pela oportunidade de chegar até aqui e pelo exemplo de vida.

À Prof.<sup>a</sup> Rosana de Carvalho Martinelli Freitas, minha orientadora, pela maneira sábia com que me conduziu e pela transmissão de seus conhecimentos grandemente significativos.

À banca examinadora, por aceitar o convite para participar da defesa desta Monografia.

Às Assistentes Sociais entrevistadas, aos funcionários e Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social 12.<sup>a</sup> Região, pela participação na pesquisa direta ou indiretamente e pela atenção com que me receberam.

À presidente do Conselho Regional de Serviço Social 12.<sup>a</sup> Região, Valéria Cabral Carvalho, e a Coordenadora Técnica, Maria Dolores Thiesen, pela oportunidade de realização do estágio na instituição e pela forma com que me receberam.

Em especial, às minhas colegas de turma e do curso, com quem compartilhei os melhores momentos durante a passagem pela universidade.

*Desenho*

Traça a reta e a curva,  
a quebrada e a sinuosa  
Tudo é preciso.  
De tudo viverás.

Cuida com exatidão da perpendicular  
e das paralelas perfeitas.  
Com apurado rigor.  
Sem esquadro, nem nível, sem fio de prumo,  
traçarás perspectivas, projetarás estruturas.  
Número, ritmo, distância, dimensão.  
Tens os teus olhos, o teu pulso, a tua memória.

Construirás os labirintos impermanentes  
que sucessivamente habitarás.

Todos os dias estará refazendo o teu desenho.  
Não te fadigues logo. Tens trabalho pra toda vida.  
E nem para o teu sepulcro terás a medida certa.

Somos sempre um pouco menos do que pensávamos  
Raramente, um pouco mais.

*Cecília Meireles*

## RESUMO

PEREIRA, Maria Alice. **A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS** - Um Estudo na Comissão de Políticas Sociais do Conselho Regional de Serviço Social - 12.<sup>a</sup> Região. Florianópolis/SC: 2004, 198p.

Investiga os avanços e desafios da participação representativa junto a Comissão de Políticas Sociais do CRESS– 12.<sup>a</sup> Região. Realiza o debate sobre democracia, direitos sociais e cidadania, abrangendo o processo de organização dos trabalhadores e a constituição dos direitos sociais no Brasil, com foco na organização do Serviço Social e no CRESS/SC. Em seguida, aborda a Seguridade Social e as Políticas Sociais. Também apresenta os procedimentos de pesquisa, a inserção histórica do debate sobre as políticas sociais no CRESS/SC. Tem como objetivo geral analisar os avanços e desafios para a participação representativa do CRESS/SC, junto aos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito; e como objetivos específicos: levantar a trajetória histórica do Conselho Regional de Serviço Social/SC, identificando como ocorreu a aproximação com a abordagem das políticas sociais, privilegiando o período de 2002 a 2004; apresentar a estrutura organizacional da Comissão de Políticas Sociais do CRESS/SC; e identificar quais os avanços e desafios existentes para a representação do CRESS/SC nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito. Os dados foram obtidos através de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, utilizando-se como técnica observação participante e entrevista estruturada. A amostra pesquisada abrangeu 8 representantes titulares do CRESS/SC, e entrevista com a presidente da atual gestão do CRESS/SC. Através do debate teórico, da abordagem da Comissão de Políticas Sociais e das entrevistas realizadas, teve-se entre as conclusões que para garantir maior legitimidade a representação da categoria profissional nos canais de participação democrática e a efetivação da democracia participativa é necessário uma cultura democrática participante, de cidadãos atentos a esfera pública, informados e interessados em formas diretas e indiretas de participação.

## **LISTA DE SIGLAS**

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CPS – Comissão de Políticas Sociais

CRESS/SC - Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina

CFAS – Conselho Federal de Assistente Social

CRAS – Conselho Regional de Assistente Social

SUS – Sistema Único de Saúde

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

CDAIDS - Comissão Municipal de Prevenção das DST/HIV/AIDS

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO A - Portaria n.º 002 de 29 de maio de 2002 do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina

ANEXO B - Lei n.º 3252/57 de Regulamentação do Exercício Profissional de Assistente Social

ANEXO C - Decreto de Lei n.º 994/62 que Regulamenta a Lei 3252/57

ANEXO D - Lei n.º 8.662/93 de Revogação da Lei n.º 3252/57 que Disciplina o Exercício de Assistente Social

ANEXO E - Roteiro da Entrevista com a Presidente do CRESS/SC, Gestão 2002-2005

ANEXO F - Quadro das Gestões, Estrutura Interna e Comissões de Trabalho do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região

ANEXO G - Quadro com as Representantes Titulares do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região

ANEXO H - Roteiro da Entrevista com as Representantes do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região

ANEXO I - Resolução nº 21/2002-2005 de Nomeação dos Representantes do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas e/ou Fóruns

## SUMÁRIO

Capítulo	Página
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1 DEMOCRACIA, DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA.....</b>	<b>13</b>
1.1 A Democracia e suas diferentes concepções.....	13
1.2 Cidadania e Direitos: aproximação com o contexto brasileiro.....	22
1.3 O Processo de organização dos trabalhadores e a constituição dos direitos sociais no Brasil .....	28
1.4 A organização dos profissionais de Serviço Social: trajetória do CRESS - 12. <sup>a</sup> Região.....	35
<b>2 SEGURIDADE SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS.....</b>	<b>43</b>
2.1 A Constituição de 1988 e o Sistema de Seguridade Social em face das políticas neoliberais.....	43
2.2 Problematicando participação e representação.....	52
2.2.1 Uma aproximação com os Conselhos de Direito: enquanto canal de participação democrática.....	66
2.2.2 Legitimidade, processo decisório e publicização.....	80
<b>3 A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....</b>	<b>86</b>
3.1 Procedimentos de Pesquisa .....	86
3.2 Recorte histórico dos Encontros CFESS/CRESS e das Gestões do CRESS – 12. <sup>a</sup> Região: aproximação com a temática das políticas sociais.....	89
3.2.1 Encontro Nacional CFESS/CRESS e Encontros Descentralizados da Região Sul.....	89
3.2.2 Resgate histórico das gestões do CRESS - 12. <sup>a</sup> Região.....	103
3.3 Em foco a gestão 2002-2005 do CRESS - 12. <sup>a</sup> Região.....	111
3.4 Os avanços e desafios na representação do CRESS - 12. <sup>a</sup> Região junto aos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito.....	121
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>169</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 80, ampliou-se o debate sobre as políticas sociais no contexto das lutas pela democratização do Estado e da sociedade no Brasil, sendo possível observar mudanças decorrentes da atuação de novos interlocutores no campo das políticas sociais.

A Constituição Federal de 1988 instituiu a política de Seguridade Social, entendida como um conjunto integrado de iniciativas dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurarem os direitos relativos a saúde, a previdência e a assistência.

A mesma Constituição, também prevê a participação direta dos cidadãos através dos chamados institutos de democracia direta ou semi-direta como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular de lei, as tribunas populares, os Conselhos e outros canais institucionais de participação popular.

Diante desse contexto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) tem buscado avançar na implementação dos preceitos constitucionais quanto à descentralização, controle social e participação popular, considerando fundamental o papel dos Conselhos de Fiscalização Profissional como guardião do interesse público e da população usuária, conforme expressam os textos jurídicos normativos, expressão hegemônica do projeto ético-político profissional. Portanto, as ações do conjunto CFESS/CRESS estão voltadas para uma frente hoje considerada central no projeto político profissional, identificada como Políticas Públicas na área da Seguridade Social, Idoso e Criança e Adolescente, tendo como principal objetivo consolidar os direitos sociais para a realização plena da cidadania, exigindo a efetivação das responsabilidades e deveres do Estado, através de uma participação ativa nos Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas (CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 1997).



No que se refere ao Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina (CRESS/SC), em 29 de maio de 2002, através da Portaria n.º 002 (ANEXO A) foi instituída a Comissão de Políticas Sociais (CPS) do CRESS - 12.<sup>a</sup> Região, tendo como objetivo contemplar os eixos da Política de Seguridade Social através de suas representações, com a atribuição de discutir sobre os segmentos Saúde, Previdência e Assistência, Idoso e Criança e Adolescente.

No espaço dos Conselhos, conforme aponta Machado (1999, p. 103) “a participação representa uma alternativa concreta de exercício democrático na formulação e execução das políticas públicas (...) se houver parceria entre Estado e sociedade civil”. Para tanto, continua a autora, é necessário que o Estado se coloque a serviço da sociedade civil, e os cidadãos atuem nesses espaços.

Por sua vez, o exercício do chamado controle social deve estar direcionado “no sentido de acesso aos processos que informam as decisões no âmbito da sociedade política, e da participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem (...) os interesses em jogo” (OLIVEIRA, 1999, p. 42). Entende-se, então, que “através do Controle Social, a sociedade se organiza formal e informalmente, não apenas para controlar os comportamentos individuais, mas principalmente para controlar as organizações públicas” (OLIVEIRA, 1999, p. 44).

Diante deste cenário e frente a experiência de estágio vivenciada no CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, no período de maio a julho de 2003, entendeu-se como significativo eleger como objeto de pesquisa deste Trabalho de Conclusão do Curso, a análise sobre a representação da categoria profissional junto a CPS, formada pelos representantes do CRESS/SC nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito, por se considerar que a compreensão desse processo contribui para que se avance nas discussões sobre a participação representativa, tendo como destaque a participação da categoria profissional nesses espaços.

Entretanto, faz-se relevante destacar que não se enfocará a influência frente as instâncias de atuação, no que diz respeito aos resultados dessas representações junto aos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direitos, mas sim a forma como ocorre as representações diante dos objetivos do CRESS/SC, enquanto órgão representante da categoria.

O interesse que move esta análise é, prioritariamente, conforme a abordagem de Tapajós (1999, p. 53), “a intensa ordem de dificuldades que se inscrevem para a efetivação das políticas sociais (...) sobretudo quando estas estão separadas com um compósito de crise dos modelos de produção e acumulação globalizada”. Assim, considera-se que a atuação do Serviço Social na construção da democracia e dos direitos sociais como os da cidadania são cruciais para o posicionamento profissional do assistente social.

E em virtude da ausência de estudos relativos ao CRESS/SC e mais especificamente sobre o processo de representação do CRESS/SC nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito, esta pesquisa de natureza explicativa<sup>1</sup> tem entre seus objetivos contribuir para as bases teóricas da profissão. Portanto, o objetivo central da pesquisa é a análise sobre os avanços e desafios existentes para participação representativa do CRESS - 12ª Região, junto aos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direitos, tendo-se como objetivos específicos: levantar a trajetória histórica do Conselho Regional de Serviço Social/SC, identificando como ocorreu a aproximação com a abordagem das políticas sociais, privilegiando o período de 2002 à 2004; apresentar a estrutura organizacional da Comissão de Políticas Sociais do CRESS/SC; e identificar quais os avanços e desafios existentes para a representação do CRESS/SC nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito.

---

<sup>1</sup>“Além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes, ou seja, suas causas, tendo por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade” (ANDRADE, 1993, p. 98).

Para a pesquisa foram realizadas entrevistas com oito representantes titulares do CRESS/SC junto a Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito, num universo de nove representantes titulares. Também, realizou-se entrevista com a atual presidente do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, gestão 2002-2004. Os critérios de escolha foram a busca pelo detalhamento de como tem ocorrido a participação desses representantes junto aos canais de representação, através da participação dos mesmos na CPS do CRESS/SC, enquanto representantes da categoria profissional e enquanto um exemplo de participação democrática na atualidade. E no caso da presidente, além disso, buscou-se a contextualização histórica de inserção e desenvolvimento da temática sobre as políticas sociais no CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, na sua gestão.

O trabalho está organizado em três capítulos. No Capítulo I, aborda-se o debate teórico sobre democracia, direitos sociais e cidadania, abrangendo o processo de organização dos trabalhadores e a constituição dos direitos sociais no Brasil, e inserindo nesse contexto, a organização dos profissionais de Serviço Social, com foco na trajetória do CRESS/SC. O Capítulo II, está centrado na abordagem da Seguridade Social e das Políticas Sociais, especificando a questão da participação e da representação, e realizando uma aproximação com os Conselhos de Direito. No Capítulo III, tem-se a apresentação dos procedimentos de pesquisa, a aproximação histórica com a discussão das políticas sociais no Conselho Profissional, especificando a gestão atual do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, e apontando os avanços e desafios da representação do CRESS/SC nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito.

E ao seu término, tem-se as considerações finais, visando articular as discussões realizadas no decorrer deste estudo, apontando sugestões para a efetivação do processo representativo via conselho profissional e da democracia representativa.

## **CAPÍTULO I - DEMOCRACIA, DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA**

### **1.1 A Democracia e suas diferentes concepções**

Uma importante vertente considerada para a realização deste estudo foi a concepção de democracia, compreendendo-se a partir daí como o processo de representação tem ocorrido na sociedade atual.

A idéia de democracia remonta à Antigüidade, expressa por meio do pensamento político grego, que conforme Cruz (2000) concebia a democracia como uma das formas de governo possível, definida em termos de governo do povo, se contrapondo ao governo de poucos.

Como observa-se, a abordagem da democracia, das suas características, de sua importância, é antiga, sendo reposta e reformulada em diversos períodos. De tal maneira isto é verdade, que “um exame do debate contemporâneo em torno do conceito e do valor da Democracia não pode prescindir de uma referência, ainda que rápida, à esta tradição” (BOBBIO, 1986, p. 320).

Entre as possibilidades de democracia reconhecidas, apontadas por Cruz (2000) a primeira delas é a democracia clássica, ou a chamada democracia dos antigos, onde os interesses da coletividade sempre se destacavam sobre os interesses individuais. Este modelo de democracia “não é formada por indivíduos únicos com interesses e objetivos individuais, mas se apresenta como um todo homogêneo, que se destaca sobre suas partes construtivas” (CRUZ, 2000, p.1).

Outra característica importante, neste primeiro modelo de democracia, é o entendimento de soberania popular através da participação direta dos cidadãos no controle

direto as decisões do governo, a denominada democracia direta. Neste tipo de democracia, que tem como seu maior precursor Rousseau, o povo era não só titular do poder, mas quem de fato exercia o poder, visto que “não existia a presença de corpos intermediários entre o povo e o governo (...) o governo pela visão da democracia clássica, apresenta-se como passivo e não-autônomo, no sentido em que sua dinâmica é derivada da autorização dos cidadãos” (CRUZ, 2000, p. 1).

A democracia chamada moderna, por sua vez, de acordo com Bobbio (1995) apud Cruz (2000), tem início com a concepção individualista de sociedade, especialmente da sociedade política, uma vez que na sociedade moderna, o exercício do poder de forma direta pelo povo não é mais possível, ou seja, a complexidade das sociedades modernas impossibilita a aplicação da democracia direta. Por esta concepção, a sociedade aparece não como anterior aos indivíduos que a compõem, mas como um produto artificial da vontade do indivíduo. Portanto, na Democracia Moderna “o povo é apenas titular do poder, o governo se diz legitimado pelo povo em nome do qual exerce o poder, assim quem de fato tem o poder não é o povo, mas os representantes escolhidos e eleitos para tal. É a chamada democracia representativa” (BOBBIO, 1995 apud CRUZ, 2000, p. 1).

A questão da soberania popular, portanto, indica Cruz (2000), esta presente nas democracias modernas tal como se apresentava na democracia clássica, já que a idéia de poder exercido pelo povo ainda existe. A diferença é que soberania popular deixa de significar poder direto e se constitui em um poder indireto, a ser exercido por meio de representantes. Assim, o ponto que difere bem democracia direta da indireta é o caráter normativo e descritivo da idéia de democracia, “democracia do que deve ser para a democracia do como ela é (...) a democracia realista não se preocupa em construir uma sociedade política perfeita ou ideal, mas em definir o mundo tal como ele é” (CRUZ, 2000, p. 1).

Visto isso, tem-se que “ao longo de todo o século XIX, a discussão em torno da Democracia foi se desenvolvendo principalmente através de um confronto com as doutrinas políticas dominantes no tempo, o liberalismo de um lado e o socialismo do outro” (BOBBIO, 1986, p. 323). No que diz respeito ao socialismo o ideal democrático representa “um elemento integrante e necessário mais não constitutivo (...) porque a essência do socialismo sempre foi a idéia da revolução das relações econômicas e não apenas das relações políticas, da emancipação social, como disse Marx, e não apenas da emancipação política do homem” (BOBBIO, 1986, p. 324).

No que se refere a concepção liberal de liberdade, continua o autor, apoiado nas idéias de Constant

a liberdade dos modernos, que deve ser promovida e desenvolvida, é a liberdade individual em sua relação com o Estado, aquela liberdade de que são manifestações concretas as liberdades civis e a liberdade política (ainda que não necessariamente estendida a todos os cidadãos) enquanto a liberdade dos antigos, que a expansão das relações tornou impraticável, e até danosa, na formação das leis através do corpo político cuja máxima expressão está na assembléia dos cidadãos (CONSTANT apud BOBBIO, 1986, p. 323).

Identificada a Democracia propriamente dita sem outra especificação, com a democracia direta, que era o ideal do próprio Rousseau, aponta Bobbio (1986), foi-se afirmando, através dos escritores liberais, como Constant, Tocqueville e John Stuart Mill, a idéia de que a única forma de democracia compatível com o Estado Liberal, isto é, com o Estado que reconhece alguns direitos de liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc., fosse a democracia representativa ou parlamentar, onde o dever de fazer leis diz respeito, não a todo o povo reunido em assembléia, mas a um corpo restrito de representantes eleitos, por aqueles cidadãos a quem são reconhecidos direitos políticos. Nesta concepção liberal de Democracia, a participação no poder político, que sempre foi considerada o elemento caracterizante do regime democrático, é resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado



absoluto. A participação também é redefinida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento eleito.

Deste ponto de vista, Bobbio (1986) ainda aponta que se é verdade que não pode chamar-se, propriamente liberal, um Estado que não reconheça o princípio democrático de soberania popular, ainda que limitado ao direito de uma parte dos cidadãos darem vida a um corpo representativo, é ainda mais verdadeiro que segundo a concepção liberal do Estado não pode existir democracia senão nos locais onde são reconhecidos alguns direitos fundamentais de liberdade que tornam possível uma participação política guiada por uma determinação da vontade autônoma de cada indivíduo. Assim, em geral, a linha de desenvolvimento da democracia nos regimes representativos pode figurar-se basicamente em duas direções

a) no alargamento gradual do direito do voto, que inicialmente era restrito a uma exígua parte dos cidadãos com base em critérios fundados sobre o censo, a cultura e o sexo e que depois se foi estendendo, dentro de uma evolução constante, gradual e geral, para todos os cidadãos de ambos os sexos que atingiram um certo limite de idade (sufrágio universal); b) na multiplicidade dos órgãos representativos (isto é, dos órgãos compostos de representantes eleitos), que num primeiro tempo se limitaram a uma das duas assembleias legislativas, e depois se estenderam, aos poucos, à outra assembleia, aos órgãos do poder local, ou, na passagem da monarquia para a república, o chefe de Estado. Em uma e em outra direção, o processo de democratização, que consiste no cumprimento cada vez mais pleno do princípio-limite da soberania popular, se insere na estrutura do Estado liberal entendido como Estado, *in primis*, de garantias. Por outras palavras, ao longo de todo o curso do desenvolvimento que chega até nossos dias, o processo de democratização, tal como se desenvolveu nos Estados, que hoje são chamados de Democracia liberal, consiste numa transformação mais quantitativa do que qualitativa do regime representativo. Nesse contexto histórico a Democracia não se apresenta como alternativa (como seria no projeto de Rousseau rejeitado por Constant) ao regime representativo, mas é o seu complemento; não é uma reviravolta mais uma correção.” (BOBBIO, 1986, p. 324).

Portanto, a soberania popular conforme Bobbio (1986, p. 325) indica “é um ideal-limite e jamais correspondeu ou poderá corresponder a uma realidade de fato, porque em qualquer regime político, qualquer que seja a *fórmula política* sob a qual os governantes e seus ideólogos o representem, é sempre uma minoria de pessoas”, que Mosca apud Bobbio (1986) chama de *classe política*, aquela que detém o poder efetivo. Com esta teoria se conclui a longa e afortunada história das três formas de Governo, que, como se viu, “está na origem da história do conceito de Democracia desde o momento em que, em toda a sociedade, de todos os tempos e em todos os níveis de civilização, o poder está nas mãos de uma minoria, não existe outra forma de Governo senão a oligárquica” (BOBBIO, 1986, p. 325).

Assim, do modo como uma doutrina inicialmente hostil à democracia como a teoria das elites<sup>2</sup>, foi se conciliando com ela, pode-se concluir que por democracia se foi entendendo “um método ou um conjunto de regras de procedimento para a constituição do Governo e para a formação das decisões políticas (ou seja das decisões que abrangem a toda a comunidade) mais do que uma determinada ideologia” (BOBBIO, 1986, p. 326).

A expressão *democracia representativa* significa genericamente que “as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte mas por pessoas eleitas para esta finalidade” (BOBBIO, 1988, p. 44). Assim, por esta definição, um estado representativo é um estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc.

---

<sup>2</sup> Elitismo é o ponto de partida para a análise da representação nas democracias modernas, diz respeito a massa de indivíduos governados versus pequeno número de indivíduos que governam, a elite (CRUZ, 2000).



Nessa perspectiva, os significados históricos de democracia representativa e de democracia direta são tantos e de tal ordem que não se pode por os problemas em termos de ou uma ou outra, como se existisse apenas uma única democracia direta possível, o problema da passagem de uma a outra somente pode ser posto através de um contínuo no qual é difícil dizer onde termina a primeira e onde começa a segunda. Assim, o sistema democrático caracterizado pela existência de representantes substituíveis é, na medida em que prevê o representante, uma forma de democracia representativa, mas aproxima-se da democracia direta na medida em que admite que estes representantes sejam substituíveis (BOBBIO, 1988).

Portanto, o que acontece hoje quanto ao desenvolvimento da democracia não pode ser interpretado como a afirmação de um novo tipo de democracia, mas deve ser entendido como a ocupação, pelas formas ainda tradicionais de democracia, como é a democracia representativa, de novos espaços, até agora dominados por organizações de tipo hierárquico ou burocrático. E ainda, “uma vez conquistada a democracia política, percebe-se que a esfera política está incluída numa esfera muito mais ampla que é a esfera da sociedade no seu todo e que não existe decisão política que não seja condicionada ou até mesmo determinada por aquilo que acontece na sociedade civil” (BOBBIO, 1988, p. 55).

A maior distribuição do poder abre as portas para a democratização a sociedade civil e, a democratização da sociedade civil alarga e integra a democracia política. Assim, tem-se que a teoria democrática toma em consideração o poder autocrático, isto é, o poder que parte do alto, e sustenta que o remédio contra este tipo de poder só pode ser o poder que vem de baixo. A teoria pluralista, por sua vez, toma em consideração o poder monocrático, isto é, o poder centrado numa única mão, e sustenta que o remédio contra este tipo de poder é o poder distribuído (BOBBIO, 1988).

Nesse sentido, um amplo movimento popular que difunda a democracia, multiplicando as instâncias de poder na sociedade civil é apontado por Poulantzas (1983) apud Brandão (1997) para se tenha acesso a esses espaços. A democracia poulantziana aponta para “uma relação tensa entre movimentos de transformação radical do Estado, por um lado, e de democracia direta na base, por outro, no longo caminho de construção democrática do socialismo, que tem por fim último a própria extinção do Estado” (POULANTZAS, 1983 apud BRANDÃO, 1997, p. 118).

A idéia de que democracia e ampla participação popular como duas coisas indissociáveis é confirmada por Brandão (1997, p. 121) quando aborda que “sendo a democracia por definição o governo do povo, como poderá o povo governar sem participar? O povo não governa sem a participação popular”. E não apenas isto, como bem afirma Macpherson (1978) apud Brandão (1997, p. 121) “a baixa participação e a iniquidade social estão de tal modo interligadas que uma sociedade mais equânime e mais humana exige um sistema de mais participação política”. Assim, este autor atribui um caráter ético à democracia participativa ao perceber uma correlação bastante positiva entre participação e igualdade.

Para chegar a democracia participativa ainda argumenta Macpherson (1978) apud Brandão (1997, p. 121) “são necessários pelo menos dois requisitos: a mudança na consciência do povo do ver-se e agir como consumidor para o ver-se como executor e desfrutador da execução e desenvolvimento da sua própria capacidade e uma sensível diminuição da atual desigualdade sócio-econômica”. Ao mesmo tempo, o autor também aborda que não podemos diminuir a desigualdade sócio-econômica e mudar a consciência do povo sem uma maior participação da cidadania, portanto, é um círculo vicioso.

Nesta medida, a teoria da democracia participativa de acordo com Pateman (1992) apud por Brandão (1997, p. 127) “só será sustentável na medida em que se tornem

defensáveis a idéia de que a participação tem uma função essencial de pedagogia política e o caráter fundamental da indústria em relação à participação democrática da cidadania”.

O caráter pedagógico da participação é definido, complementa a autora, pelo fato de desenvolver um senso de eficácia ou competência política que torna a sua atuação ainda mais consciente em relação aos limites e alcance da mesma. Igualmente, a participação desenvolve a auto-estima daqueles que dela tomam parte, desenvolvendo nos indivíduos autoconfiança em relação a execução dos objetivos almejados por suas ações. Um pouco é como se a participação desenvolvesse o senso de eficácia e a auto-estima dos indivíduos que, em troca, se empenham ainda mais, exatamente por se sentirem mais autoconfiantes e terem maior clareza sobre os resultados da sua atuação. E ainda, quanto ao caráter fundamental da indústria nesse processo, como apontou anteriormente, “a participação no local de trabalho atua como um *campo de provas* para a participação na esfera política mais abrangente e se as desigualdades no poder de decisão forem abolidas, haverá o enfraquecimento correspondente da justificativa para outras formas de desigualdades econômicas” (PATEMAN, 1992 apud BRANDÃO, 1997, p. 128).

Dessa forma, aponta-se que para chegar a democracia participativa, faz-se necessário “mudança na consciência do povo (...) e uma sensível diminuição da atual desigualdade sócio-econômica, ao mesmo tempo que não podemos diminuir a desigualdade e mudar a consciência do povo sem uma maior participação da cidadania” (MACPHERSON, 1978 apud BRANDÃO, 1997, p. 121).

E ainda, relativo a participação na esfera política, indicada anteriormente, surge o conceito liberal de cidadania que se institucionaliza no Estado de Direito capitalista, de tal modo que referi-lo é recortar o conceito moderno de cidadania que encontra seu marco mais emblemático na Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1791, que a partir de sua expressiva denominação, consolida a dicotomia, que até hoje não parece

ter sido superada, entre os direitos do homem e os direitos do cidadão. Marx, em *A questão judaica*, vai enfrentar esta dicotomia, indagando quem é o homem distinto do cidadão. Em sentido complementar, indaga-se aqui quem é o cidadão distinto do homem. Nos limites deste interrogante é necessário perceber, antes de mais nada, que a separação homem/cidadão tem por pressuposto outra dicotomia estrutural do liberalismo que é a separação Estado/sociedade civil (arcabouço institucional o discurso do Estado de Direito capitalista), segundo a qual o Estado é identificado com o espaço público, ou seja, o lugar de poder e da política e a sociedade civil identificada com o espaço privado da vida, a saber, com o lugar da economia ou das relações econômicas e domésticas. Assim, partindo desta dicotomia, o liberalismo sustenta uma postura antiestatal e antipolítica não apenas ao postular a atuação mínima do Estado (o Estado reduzido ao mínimo necessário), mas também a subestimar a existência do poder e da política na sociedade civil, produzindo uma drástica redução do escopo do político, que tem sua contrapartida na defesa da ampliação das fronteiras do mercado, desaconselhando a ação social e política com base na suposição de que apenas a ação econômica privada conduziria ao bem estar social. Ao mesmo tempo, o liberalismo tem por pressuposto a valorização do indivíduo como categoria abstrata, atomizada, isto é, com autonomia referida a si e não à classe, grupo ou movimento social a que pertença, sendo concebido à margem das condições de existência e produção em que se insere (ANDRADE, 1998).

Devido a estes pressupostos que “a opção democrática liberal vai ser pela democracia representativa ou indireta (que se reduz à democratização do Estado ou a uma forma do regime político) e não pela democracia participativa, direta ou outra, que abrangeria a democratização da sociedade civil” (ANDRADE, 1998, p. 126).

Explica-se, assim, porque o conceito liberal de cidadania circunscreve-se ao âmbito da representação em detrimento da participação

É que esta implica a necessidade de associação dos cidadãos (o que fere o pressuposto liberal do homem atomizado) e implica, também, a politização da sociedade civil (o que fere o pressuposto liberal da sociedade civil como lugar destinado às relações econômicas privadas), pois significa introduzir a política num lugar onde é indevida nesse modelo, minando por sua vez a pureza da separação Estado/Sociedade Civil. E é por isto, enfim, que o correlato modelo de cidadania vai ser o direito à representação política. O conceito moderno de cidadania aparece, assim, umbilicalmente ligado no conceito de democracia e por ele moldado (ANDRADE, 1998, p. 125).

Por conseguinte, a seguir, para um entendimento maior de como aparece circunscrita as discussões relativas a cidadania e os direitos na ótica do debate democrático, e realizando uma aproximação com o contexto brasileiro, tem-se a abordagem da Cidadania e Direitos.

## **1.2 Cidadania e Direitos: aproximação com o contexto brasileiro**

Antes de entrarmos nas discussões específicas sobre cidadania, cabe contextualizar a retomada da classificação dos direitos humanos em direitos civis, direitos políticos e direitos sociais, realizada por Bobbio (1994) apud Martins (1996), apontando que os primeiros dizem respeito ao indivíduo – liberdade pessoal, liberdade de pensamento, religião, de reunião e liberdade econômica; os direitos políticos vinculam-se ao Estado democrático – o voto, a representação, os partidos; e os direitos sociais expressam as exigências da sociedade industrial – direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à saúde, enfim, direitos que, também pertinentes ao Estado, garantam aos cidadãos uma situação de certeza.

Segundo o pensador italiano, a historicidade da cidadania e as lutas pelos direitos sociais, não surgiram todas aos mesmos tempo, nem da mesma forma, cada geração teria

construído a sua própria noção de direitos. Nessa perspectiva, os direitos de quarta geração causariam perplexidade aos homens do século XVIII, que também jamais poderiam conceber os atuais direitos sociais; “dos direitos individuais aos direitos da própria humanidade, dos direitos nacionais aos internacionais, dos direitos de primeira geração aos direitos futuros, a cidadania só pode ser compreendida em sua historicidade” (BOBBIO, 1994 apud MARTINS, 1996, p. 18).

Em termos clássicos, a cidadania pressupõe uma abstrata igualdade jurídico-política, na concepção individualista própria ao credo liberal, conforme aponta Martins (1996), sua versão corrente imagina um conjunto de direitos civis e políticos (os direitos sociais costumam ser omitidos) e os correspondentes deveres do indivíduo, por pertencer a um Estado, onde o cidadão detém a faculdade de exprimir sua vontade política, nos termos da democracia formal, cabendo ao Estado, guardião dos direitos, a organização dos espaços de sua institucionalização.

Portanto, o homem no liberalismo, é aquele indivíduo atomizado, que deve exercer seus direitos (direitos à vida, à liberdade, à prosperidade, a contratar etc.) individualmente no espaço privado: a sociedade civil. O cidadão, o *status* de cidadania, vincula o homem ao espaço público. O homem, transformado periodicamente em cidadão, transforma-se em objeto último do Estado de Direito, através de cujo *status* registra sua presença no espaço público – ao mesmo tempo em que o legitima – para, em seguida, despindo-se do *status*, retomar à condição de homem, restrito ao espaço privado e à domesticidade da vida (ANDRADE, 1998).

Em síntese, a autora continua apontando que o Estado de Direito sedimentou um conceito restrito de cidadania porque traz em seu bojo um conceito também restrito do poder, da política e da democracia. Identificado o poder com o poder político estatal, a política é vista como uma prática específica, cujo lugar de manifestação só pode ser o



Estado e as instituições estatais. Identificada a democracia com uma forma de regime político, é reduzida à democracia político-estatal ou à democratização do Estado. E a cidadania, identificada com a representação política, é reduzida a um epifenômeno da democracia representativa. O Estado detém, desta forma, o monopólio do poder, da política e da democracia, e a cidadania aparece como instrumento para a materialização deste conjunto. Por aí se percebe que a cidadania liberal não é uma dimensão que possua um fim em si mesma – como a emancipação humana – mas que ela foi moldada a partir das exigências institucionais do modelo liberal de sociedade e de Estado, possuindo, em primeira instância, um valor instrumental e moldada de acordo com as exigências do modelo de democracia representativa, por um lado dele dependendo, e, por outro, elemento indispensável ao seu funcionamento. (ANDRADE, 1998).

A sociedade contemporânea configurada uma pluralidade de formas de organização, mobilização e luta política que, fragmentadas e desiguais, no tempo e no espaço, encerram uma extraordinária diversidade de demandas, interesses e situações de vida, as quais expressam diferentes lutas pela conquista/ampliação da cidadania, colocando em pauta reivindicação de velhos direitos, de efetividade nula ou relativa (sejam civis, políticos, econômicos-sociais, culturais), quanto novos direitos e reivindicações, desenvolvendo-se perante o Estado e a margem dele e suas clássicas instituições de mediação (ANDRADE, 1998).

Nesse contexto, assim como a democracia é modernamente identificada com a democracia representativa, a cidadania igualmente o é com as noções de nacionalidade e elegibilidade e com o gesto mítico e simbólico da prática eleitoral – o cidadão protótipo do eleitor. E, por conseguinte, “como a construção democrática requer a ultrapassagem da democracia representativa, a construção da cidadania requer a ultrapassagem do cidadão eleitor e, mais do que isto, a própria construção democrática para além da democracia

liberal, requer a construção da cidadania para além do liberalismo” (ANDRADE, 1998, p. 125).

A cultura jurídica dominante no Brasil, por sua vez, “ao reproduzir tal concepção, produz consequências práticas tangíveis, funcionando como um obstáculo à percepção e tematização ampliadas do fenômeno da cidadania no âmbito do Direito, o que só se explica por uma política conservadora” (ANDRADE, 1998, p. 127).

A cultura jurídica (bem como o imaginário social e político, inclusive com função pedagógica) dominante no Brasil, aponta Andrade (1998), é herdeira de duas grandes matrizes, do positivismo normativista, em nível epistemológico, e do liberalismo, em nível político-ideológico, resultando na sua caracterização como uma cultura jurídica positivista de inspiração liberal. Dessa forma, o conceito de cidadania, que é um elemento constitutivo de tal cultura, vêm dessas matrizes, em especial, do liberalismo, sendo concebida como direito à representação política e o cidadão definido como indivíduo nacional titular de direitos eleitorais (votar e ser votado) e do direito de exercer cargos públicos.

Nesse sentido, são conhecidas as discussões sobre a formação do Estado nacional brasileiro, o papel central do escravismo na montagem da sociedade, os limites do liberalismo, o assalariamento tardio, os controles de monopolização da riqueza, os regulamentos parciais, os direitos restritos, a cidadania impossível ou, dito de outra maneira, a impossibilidade da cidadania plena (MARTINS, 1996).

Entretanto, entende-se aqui, como aponta Andrade (1998), que essa diretriz necessita ser invertida e a cidadania pensada como dimensão fundante ou instituinte da democracia possível, para além do liberalismo. Trata-se, pois, de pensar as condições de possibilidade da democracia no Brasil a partir das exigências que as diferentes lutas pela cidadania expressam e demandam.



Sabe-se que na sociedade brasileira a cidadania não se universalizou e nem pode ser pensada em termos de uniformidade. Nesse sentido, é revelador o debate sobre a ideologia da outorga dos direitos sociais no Brasil, não sendo demais sublinhar o quanto a ditadura militar reprimiu a livre expressão e conteve as reivindicações em nome dos imperativos da segurança interna. Porém, mesmo impedidos de fazerem ouvir a partir de 1964, os setores médios urbanos e os segmentos populares acabaram levando suas demandas para as praças públicas. Desde o final da década de setenta, novas aspirações se juntam às mais antigas e percorrem os espaços das lutas sociais: as chamadas minorias étnico-raciais, os movimentos feministas, reivindicações sobre ambiente, sexualidade, saúde pública, educação, segurança, favela, moradia, emprego, combate à violência (MARTINS, 1996).

Antigos e novos atores foram adquirindo crescente visibilidade neste cenário, conforme indica a autora

Negros, populações tribais, mulheres, menores, adolescentes, idosos, homossexuais, moradores, estudantes, funcionários públicos, operários, sindicalistas, bancários, agentes do trabalho formal e informal, ambulantes, domésticas, desempregados, meninos de rua, hemofílicos, deficientes físicos, pedintes, presidiários, sem-terra, sem-teto e até policiais. Apresentam suas demandas, reivindicam, negociam, avançam, recuam, consolidam ou perdem conquistas. Exigem direitos não consagrados, não sancionados juridicamente. A cidadania passa a incorporar novos significados em sua historicidade. As lutas em torno da *reconstitucionalização* do Brasil na década de oitenta traziam em si o sonho da mudança, traduzível como a busca de direitos e revelando a ampliação das bases sociais da cidadania. Não se perseguia uma igualdade abstrata. Demonstrava-se um esforço de ação política organizada e propunha-se uma nova cultura democrática. As múltiplas formas de expressão foram acolhidas em sua maioria, pela Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição-cidadã. Vale lembrar que a incerteza que dominava vastos segmentos da população seria responsável pelo nível de detalhamento do texto constitucional, como meio de assegurar o efetivo cumprimento das conquistas. E se não foi inteiramente regulamentada, vem recebendo emendas que suprimem os direitos nela contidos. Assim, observa-se que, muito distante do liberalismo eurocêntrico, a reivindicação de direitos inéditos na sociedade brasileira, nos últimos vinte anos, assumiu formas atípicas de expressão e conquistas. Ao apresentar suas exigências à sociedade e aos poderes públicos, ao lutar pela representação e participação no quadro político nacional, procurava-se a cidadania concreta, o homem coletivo, a inserção real, a desnaturalização da pobreza, numa sociedade que, ao longo dos tempos, sempre encarou a privação como normalidade (MARTINS, 1996, p. 20).

Nesta multiplicidade de formas de expressão e contestação, grupos preferiam a consciência de si e a organização de suas estratégias de ação coletiva, buscaram o direito de construir a sua identidade afirmando suas diferenças. Ao vivenciarem formas singulares de exclusão e discriminação, particularizam suas demandas e, através da ação política organizada, perseguiram o direito à própria especificidade, à elaboração e ocupação de espaços de cidadania próprios, fazendo surgir, inclusive, a figura da cidadania cultural, dos direitos culturais, reconhecidos pelo artigo 215 da Constituição de 1988. A heterogeneidade das demandas, próprias da pluralidade da vida social ampliou as garantias democráticas e multiplicou as possibilidades de ocupação dos espaços (MARTINS, 1996).

No Brasil, contemporâneo, porém, cada um de nós apreende, cotidianamente, a espantosa desigualdade, a imensa exclusão de vastas parcelas da população, frente a não efetivação dos direitos expressos na Carta de 1988, como veremos no próximo Capítulo, mais detalhadamente, e um contexto de desresponsabilização do Estado e corte nos gastos sociais, tornando na esfera política, as proclamações de democracia mera retórica. Nesse sentido, a regulação dos direitos não corresponde às dimensões da cidadania, e sobretudo, às expectativas de direitos sociais, resgatando-se a afirmação de Norberto Bobbio (1992) apud Martins (1996, p.24) sobre os direitos sociais, como aqueles que “garantem uma situação de certeza aos indivíduos”, sem perplexidade, mas com indignação, constata-se que o peso tributado nesta fala à chamada Constituição-cidadã advém do receio com relação às reformas observadas na vigência dos governos contemporâneos, “que esquartejam direitos e violentam garantias, lançando-nos na mais profunda incerteza quanto ao presente e ao futuro dos trabalhadores do país” (MARTINS, 1996, p. 24).

Portanto, diante deste contexto, faz-se relevante o fortalecimento do conceito de cidadania que é o reconhecimento da soberania da nação sobre o Estado, o povo sobre o governo, da sociedade sobre as instituições ou como afirma-se, “cidadania implica o

estabelecimento de uma pauta de direitos e deveres entre o cidadão e seu Estado, do reconhecimento da igualdade básica até a busca de uma participação integral do indivíduo na comunidade” (MACIEL,CAMPOS, 1997, p. 146).

Em seguida, antes de entrarmos na discussão mais específica da Constituição de 1988 e o Sistema de Seguridade Social, continuando as discussões anteriores, merece destaque a organização dos trabalhadores e sua inserção nesta constituição dos direitos sociais no país, apontando para criação dos Conselhos Profissionais, como parte dos objetivos desse estudo que indicam para organização dos trabalhadores, até chegarmos a representação da categoria profissional.

### **1.3 O Processo de organização dos trabalhadores e a constituição dos direitos sociais no Brasil**

Para abordar a temática sobre a organização dos trabalhadores, que se desenvolveu a partir da teoria corporativista, e a constituição dos direitos sociais no Brasil, faz-se relevante um aproximação inicial com o contexto histórico mundial.

No início do século XX, a doutrina corporativista ganhava vigor em vários países do mundo e era apresentada como alternativa tanto para o capitalismo quanto para o socialismo, como um saída intermediária entre esses dois sistemas. Com sua abordagem, buscava-se manter as hierarquias sociais e ao mesmo tempo diminuir as desigualdades: evitar o conflito e banir a luta de classes; e gerar harmonia social. Para tanto, o Estado precisaria ser investido de mais poder e deveria contar com o apoio de todos, sem divergências, sendo os partidos e demais organizações políticas concebidos como

responsáveis pelos conflitos e, por isso, deveriam ser substituídos por organizações que produzissem o consenso. Assim, na proposta corporativista, caberia ao Estado, por intermédio de sua elite dirigente, definir novas formas de organização e participação, e dentro dessa preocupação, julgava-se que as sociedades deveriam ser organizadas não a partir de ideologias políticas nem de interesses imediatos, mas a partir dos grandes ramos de atividade econômicas. Portanto, o corporativismo, de maneira geral, procurava resgatar a idéia das corporações existentes na Idade Média, período entendido por essa doutrina como exemplar em termos de harmonia social, religião e ordem estabelecida (D'ARAÚJO, 1997).

O corporativismo, portanto, “se refere a um conjunto particular de políticas e disposições institucionais para estruturar a representação de interesses” (STEPAN, 1980, p. 71), e como mecanismo de legitimação do poder das classes dominantes, não pela institucionalização dos conflitos, mas por intermédio de instrumentos de consenso, de conciliação de classe e de cooptação de forças de oposição.

Basicamente, o corporativismo não é o reconhecimento da luta e do conflito, mas uma concepção integrativa e orgânica da sociedade, na qual o todo funciona em razão da harmonia das partes. Este tipo de organização social manifesta-se, por exemplo, na doutrina oficial da Igreja *do bom patrão e do bom trabalhador*. O corporativismo compreende a harmonização dos interesses de grupos organizados em torno de objetivos imediatos, grupos como as associações profissionais, as corporações de ofício, as associações de bairro, os sindicatos, e a longo prazo, das classes sociais, os quais também busca conciliar (FALEIROS, 1980).

Segundo a doutrina corporativista, a população deveria sempre colaborar com o governo e a melhor forma de fazê-lo seria por meio das atividades cívicas e econômicas e não da política. Todos deveriam se esforçar para engrandecer seu país e abandonar

divergências políticas e ideológicas, sendo o governo encarregado de formular as diretrizes para a nação e caberia a todos colaborar nesse esforço. Julgava-se que a sociedade deveria estar ordenada em grandes áreas de atividade, por exemplo, indústria e agricultura, e, em cada uma, reunir os interesses do capital e do trabalho, e assim, os sindicatos seriam no corporativismo as modernas corporações que cumpririam o papel organizador (D'ARAUJO, 1997).

No caso do Brasil, para cada profissão haveria um sindicato de trabalhadores, já que a lógica do modelo não permitiria a pluralidade sindical. Dessa maneira, buscava-se reunir todos os interesses e preocupações de uma área num único canal de expressão, e esses sindicatos, considerados órgãos privados, com funções públicas, ficavam diretamente subordinados ao governo pelo Ministério do Trabalho, organizados no plano municipal, havendo federações no plano estadual e confederações no nível federal. E na ponta, o Ministério do Trabalho seria o agente regulador de toda essa rede organizativa (D'ARAUJO, 1997).

O corporativismo, por essa razão, como aponta ainda D'Araujo (1997), é caracterizado por ser uma forma vertical de organização, de cima para baixo, e lá na base cada indivíduo é concebido como parte do Estado, posto que pertence a uma única organização que é parte da máquina estatal. O corporativismo estatal, por sua vez, prega não ter lugar para interesses particulares, disputas políticas, e também, entre nós, a principal meta era acabar com o conflito político, silenciando as diferenças ideológicas. Por essas e outras razões, o corporativismo estatal representou uma das mais sofisticadas e autoritárias forma de governo que se conheceu .

Os sindicatos surgiram no mundo no decorrer do século XIX, depois que a Revolução Industrial se consolidou, alterando profundamente a maneira como as pessoas viviam, trabalhavam e moravam, e nesse contexto, a exploração capitalista era

generalizada: não havia limite de horas de trabalho para o operário nem havia qualquer benefício caso o trabalhador adoecesse. Foi para fazer frente às condições de exploração, injustiças e miséria que os trabalhadores começaram a organizar-se em sindicatos, por meio dos quais iriam reivindicar melhores salários, redução da jornada de trabalho, seguro para acidente de trabalho, seguro-saúde, férias, aposentadoria, restrições ao trabalho de menores, etc. No Brasil não foi diferente, desde o final do século XIX a atividade sindical começara com forte tendência socialista e anarquista. Várias greves importantes ocorreram no país, no início deste século, mostrando a vitalidade do movimento e também levando a prisões e perseguições. Era essa tradição que o governo Vargas pretendeu destruir – e o fez com sucesso –, em nome de um modelo sindical mais cooperativo e integrado às orientações governamentais (D'ARAUJO, 1997).

Nesse contexto, o modelo sindical brasileiro foi construído visando ao controle social do Estado que pudesse levar à construção de um país harmonioso e pacífico. É importante considerar que por meio dos sindicatos o governo tinha nas mãos instrumentos poderosos para controlar as atividades dos trabalhadores, evitar greves e até mesmo silenciar o movimento operário, ou seja, se por um lado o governo reconhecia os sindicatos como instrumento de organização, uma velha demanda dos trabalhadores em todo o mundo, por outro criava restrições para que esses sindicatos pudessem ser usados pelos trabalhadores como instrumento de reivindicação e de mobilização (D'ARAUJO, 1997)

Retornando um pouco no avanço histórico, para então retomá-lo, tem-se em 1888 a primeira lei social brasileira, que estabelecia auxílio-doença e auxílio-funeral apenas para os trabalhadores das companhias de estradas de ferro que pertencessem ao Estado, e seguindo em

1889 é criado um fundo de pensões para os funcionários das oficinas da Imprensa Nacional e foram concedidos 15 dias de férias para os trabalhadores da companhia de abastecimento de água da capital federal e para os ferroviários da Central do Brasil. Outros regulamentos foram surgindo, sempre beneficiando apenas funcionários públicos, até que, em



1891, foi feita a primeira regulamentação do trabalho de menores nas fábricas do Rio de Janeiro. Em 1903, apareceram as primeiras leis voltadas para sindicatos rurais e, em 1907, o país ganhou sua primeira lei sindical expressiva. Por ela foi reconhecido o direito a qualquer categoria sindical de organizar seu sindicato, mas não foram estabelecidas, como foi feito depois, as regras para essa organização nem a quantidade de sindicatos a serem criados. Apenas se reconhecia que o sindicato era um entidade legal e socialmente legítima. Isso era, aliás uma demanda dos trabalhadores de todo o mundo, mas nada ficava estabelecido quanto à regulamentação do governo sobre a organizações dos trabalhadores, essa era uma questão que dizia respeito aos próprios trabalhadores. Apenas se reconhecia um direito e caberia aos trabalhadores, segundo a visão liberal clássica, definir a maneira como esse direito seria exercido. Da parte do governo, não havia também limites para reprimir o movimento sindical e, a exemplo do que era feito nos Estados Unidos, Política e Exército poderiam ser usados para esse fim. Avanços nessa área continuaram beneficiando especialmente os funcionários públicos, mas de qualquer forma, durante a República Velha, várias iniciativas de teor social já estavam sendo encaminhas. O Poder Legislativo foi sensível também às pressões do tempo, e em 1917 foi criada a Comissão de Legislação Social na Câmara dos Deputados, com a finalidade de examinar o que deveria ser feito em termos de uma legislação trabalhista para o país. Passo decisivo nessa direção foi dado em 1923 com a Lei Eloy Chaves, que criava a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários. As “caixas” se expandiram para outras categorias profissionais, e em 1926 já existiam 33 dessas instituições. Em 1930, eram 47, atendendo 8 mil aposentados e 7 mil pensionistas, e, em 1932, ampliaram para 140, cobrindo 190 mil segurados ativos, 10 mil aposentados e 9 mil pensionistas. Os benefícios oferecidos pelas caixas eram financiados por um esquema tripartido envolvendo envolvendo trabalhadores, governo e patrões. Outro passo decisivo nesse campo foi a criação do Conselho Nacional do Trabalho em 1923 (D’ARAUJO, 1997, p. 81).

Dessa forma, como D’Araujo indica (1997) observa-se que gradativamente os poderes públicos – Executivo e Legislativo – *iam se tornando sensíveis à questão social* e buscando maneiras de contornar os desafios. Ainda antes de 1930, algumas categorias profissionais começaram a ser beneficiadas com leis de proteção contra acidentes de trabalho e a lei de férias foi-se expandindo para várias categorias. Em 1930, quando chega ao poder o Governo Vargas, como vimos, o problema da organização dos trabalhadores aparece como um dos mais importantes a serem enfrentados, e nesse sentido procurou-se ao mesmo tempo criar direitos, deveres e restrições

a primeira iniciativa foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, encarregado de lidar com a chamada *questão social*. Saiu dali

a primeira lei sindical em 1931, o Decreto n.º 19.770, que criava sindicatos de empregados e empregadores e estipulava que eles fossem reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Já nessa ocasião estabelecia-se *que um único sindicato teria o monopólio da representação para toda a categoria de trabalhadores*. Essa lei foi alterada em 1934, quando se criou uma pluralidade sindical limitada. Em decorrência da ditadura veio em seguida, a atividade sindical foi sendo completamente desmontada, até que, em 1939, o Brasil ganhou nova legislação – a que temos até hoje. Diga-se de passagem que a legislação sindical é uma das mais estáveis do país, não obstante nossa tradição em alterar leis e experimentar novos planos econômicos, leis novas, partidos diferentes (D'ARAUJO, 1997, p. 81).

Com algumas e pequenas modificações, a lei sindical de 1939 foi mantida pela Constituição de 1988, ela estabelecia o sindicato único por categoria profissional e fazia do mesmo uma entidade de direito público, ou seja, uma organização que devia servir aos interesses públicos e coletivos e não ao grupo particular que representava, proibia as greves e ainda dava ao governo o direito de controlar as contas, as eleições e as atividades administrativas sindicais. Esse controle do Estado sobre o sindicato durou até a Constituição de 1988, que, no entanto, manteve o sindicato único, ou seja, cada categoria profissional pode ter apenas um sindicato para se associar e um trabalhador não pode criar um sindicato dissidente. Essa diretriz foi vista por muitos como uma vantagem, pois, dentro da lógica de que a união faz a força, juntos os trabalhadores teriam mais expressividade em suas reivindicações. Por outro lado, reduziu a capacidade de iniciativa dos sindicatos, acomodando os dirigentes e tirando dos trabalhadores a possibilidade de criar organizações alternativas mais representativas para a defesa de seus direitos (D'ARAUJO, 1997).

Os direitos ficavam reservados apenas para os trabalhadores urbanos que pertencessem a profissões reconhecidas e regulamentadas pelo Estado, que tivessem empregados. Tinham direitos quem tivesse uma profissão, e as profissões eram reconhecidas pelo Estado, bem como o eram os sindicatos. Por esta razão, não se pode dizer que se estivesse criando no Brasil a cidadania social para todos. Na verdade, era



apenas o governo que, por meio da legislação social, defendia quem poderia ter direitos. Era o que Wanderley Guilherme do Santos apud D'Araujo (1997, p.85) denominou “cidadania regulada”. De outra parte, os brasileiros estavam limitado ao exercício de seus direitos políticos e se a restrição à liberdade política era comum a todos, em relação aos direitos sociais criaram-se cidadãos de diversas categorias: uns tinham direitos parecidos com os dos países desenvolvidos, outros tinham poucos e muitos tinham nada. Esse padrão desigual foi também mantido através dos tempos, e a Carta de 1988 acabou confirmando várias dessas disparidades (D'ARAUJO, 1997).

Em contrapartida, como vinha-se discutindo nos itens anteriores deste primeiro Capítulo, “as democracias só existem como tal apenas quando reconhecem que os trabalhadores organizados são agentes políticos, legítimos e imprescindíveis” (D'ARAUJO, 1997, p. 90).

Assim sendo, cabe a seguir o retrato dessas influências sobre a organização dos trabalhadores, através da aproximação com os conselhos profissionais, no caso específico do Serviço Social, na abordagem histórica e organizacional do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, enquanto entidade representativa da categoria profissional e na perspectiva aqui entendida de fortalecimento da organização dos trabalhadores, indicando agentes políticos e comprometidos com a democracia e a cidadania participativa, se opondo a indicativa corporativista de mero papel organizado dos trabalhadores, mas sim apontado para a organização profissional que faça frente as condições de exploração e a favor da garantia dos direitos políticos e sociais.

## **1.4 A organização dos profissionais de Serviço Social: trajetória do CRESS – 12.<sup>a</sup>**

### **Região**

Encontramos, no Brasil a história dos Conselhos Profissionais no final da década de 50, período no qual o Estado regulamentou profissões e ofícios considerados liberais, preconizados como entidades corporativas, com função controladora e burocrática, como foi visto.

No que se refere ao Serviço Social, enquanto profissão seu reconhecimento ocorreu em 1957, pela Lei nº 3252/57 (ANEXO B), e em 1962 pelo Decreto n.º 994 (ANEXO C), sendo uma das primeiras profissões na área social, que teve regulamentada sua atividade profissional, estando sujeita à um Código de Ética (GONÇALVES, 2002).

Este período, final da década de 50 e início de 60, é caracterizado como momento de crise e efervescência política na América Latina, situando-se, nesse contexto, a necessidade de combater o avanço do comunismo, a favor do liberalismo. No Brasil, com o intenso processo de industrialização, e a inflação que crescia assustadoramente, corroendo o salário dos trabalhadores, impulsionou o movimento dos trabalhadores a grandes mobilizações, e a partir do governo de Jânio Quadros já se verifica uma tentativa de retorno ao nacionalismo desenvolvimentista, intensificando-se a política populista. Em 1962, o governo de Jânio Quadros não consegue dar respostas aos movimentos sociais, renuncia, e foi nesse contexto, que surgiram os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) o qual começou a funcionar inicialmente no mesmo local do Sindicato de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Como entidades semi atreladas ao Estado, os conselhos profissionais, surgem com objetivo de fiscalizar e disciplinar o exercício profissional (ABESS, 1994).

No que se refere ao CFAS, hoje Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sua trajetória foi marcada pela repressão e pelo controle político-ideológico do Estado, como vimos anteriormente as condições que esse período remeteu a organização dos trabalhadores brasileiros. Como resultado dessa situação, funcionou, durante muito tempo, no interior da categoria, especificamente no período da ditadura, como uma entidade repressiva, controladora e burocrática que servia quase que exclusivamente aos interesses do governo ditatorial de emperrar a organização política da categoria. (ABESS, 1994).

No contexto de rearticulação da sociedade civil, a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, quando se verificam grandes mobilizações dos trabalhadores, a recuperação dos direitos políticos das lideranças cassadas e outros acontecimentos, constata-se a existência de uma tentativa de avanço na reorganização política dos assistentes sociais. Inicia-se, assim, um período de profundas mudanças e redefinições das entidades de Serviço Social, entre elas, o CFAS, que, juntamente com os Conselhos Regionais, promove um conjunto de eventos que colocaram em debate a prática profissional, o Código de Ética e principalmente a concepção de fiscalização (tarefa precípua dos Conselhos), não tendo mais como alvo principal, os profissionais, mas as instituições empregadoras dos Assistentes Sociais, caracterizando-se assim como instrumento de luta e organização da categoria (ABESS, 1994).

Nesse sentido, conforme o caderno de pesquisa da ABESS (1994), a primeira normatização ética data de 1947, que institui as bases para a construção dos Códigos de 1965 e 1975, consolidados em pressupostos teórico-políticos de uma tradição conservadora. A partir de 1983, tem-se um amplo processo de discussão do Código de Ética Profissional (com a participação das demais entidades da categoria), visto que o mesmo não atendia às questões colocadas para a profissão, diante do momento histórico vivido pela sociedade brasileira. Assim, em 1986, é aprovado o Código de Ética

Profissional do Assistente Social, cuja nova ética era resultante “da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e consequentemente de uma nova visão da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria, através de suas organizações, faz uma opção clara por uma prática profissional vinculada aos interesses desta classe” (ABESS, 1994 p. 11).

Ainda em função desses avanços, com um trabalho coletivo em 07.06.1993 foi publicada a Lei n.º 8.662 (ANEXO D), revogação da lei de 1957, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social. No nível político-administrativo a representação da categoria, passou a questionar a função burocrática, repensando seus instrumentos normativos, identificando as demandas dos profissionais e da sociedade brasileira. A democracia, é pois assumida pela categoria, como valor ético-político, revelando o compromisso dos profissionais de Serviço Social para com as necessidades e prioridades sociais. E assim, impõe-se uma revisão do instrumento normativo de 1986, ratificada pelas reflexões da categoria através das entidades representativas, pelos profissionais e pelas entidades de Serviço Social, que articulam sua efetivação, sendo a construção deste projeto fruto de um aprendizado e de uma história de participação e de organização, que está expressa no Código de 1993 (GONÇALVES, 2002).

Neste cenário, anterior e posterior a sua criação, nascia o então Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS), através da Resolução CFAS n.º 150/82 de 04/09/1982, entidade de personalidade jurídica de direito público segundo o regimento interno, com poder delegado pela União, nos termos da Lei n.º 9649, publicada no D.O.U. de 28/05/1998, regulamentado pela Lei n.º 8.662, de 07.06.1993 (GONÇALVES, 2002).

O Conselho tem abrangência em todo Estado de Santa Catarina, atendendo os profissionais de Serviço Social de todas as regiões do Estado, com Núcleos, Grupos e Associações de Assistentes Sociais existentes. Com sede na cidade de Florianópolis – Santa Catarina e vinculado ao Conselho Federal de Serviço Social. Segundo a lei que

regulamenta a profissão, o exercício da profissão requer prévio registro no Conselho Regional que tenha jurisdição sobre a área de atuação do interessado. Consoante essa premissa, a legitimidade para o exercício da profissão de Assistente Social é comprovada mediante apresentação dos documentos de identidade profissional expedidos pelos CRESS. Portanto o profissional só estará habilitado ao exercício da profissão, após ser registrado no Conselho Regional de Serviço Social, o que o credencia a assumir as competências e atuações privativas de Assistente Social (GONÇALVES, 2002).

Nesse cenário conforme aponta o editorial, do Boletim Informativo do Conselho formado, os Assistentes Sociais são chamados a participação buscando esclarecer para a categoria o papel do Conselho Profissional

(...) Gostaríamos de esclarecer que o Conselho é ainda uma reminiscência das corporações de ofício da Idade Média. Aquelas organizações que se formaram para defesa de uma classe de artesãos, que se constituíram para congregar as diferentes classes e traçar entre outras metas os caminhos do exercício profissional, tribunal de ética e mais modernamente a presença assessora junto ao governo, dentro de suas especificidades. Atualmente, a entidade que representa a categoria profissional pela Consolidação das Leis do Trabalho é a Associação - O Sindicato - O conselho, por lei, é apenas um organismo regulador da profissão. Ele constitui como o Conselho Federal a autarquia federal de Assistentes Sociais, em cada região. A última instância profissional está com o Conselho Federal, nos processos que transitam pelos Conselhos Regionais e este conjunto todo está vinculado ao Ministério do Trabalho. O conselho de Classe é figura de direito público-administrativo, é um apêndice da estrutura do Estado e como tal deve ser visto por todos nós. O Conselho não pode e não deve ser um desconhecido. Ele é nosso. Deve ser permanentemente renovado para que sempre contribua para novos horizontes do Serviço Social e seu profissional. (BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 002, 1983, p. 1).

E ainda, buscando fortalecer ao cenário de surgimento e organização da categoria, aponta-se

Em 1982 é criado em Santa Catarina o CRAS 12.<sup>a</sup> Região, instalado em 1.<sup>o</sup> de janeiro de 1983. Suas atividades iniciais foram desenvolvidas através de uma Diretoria com mandato tampão e em julho/84, é eleita através de Assembleia Geral Eleitoral a Diretoria Efetiva, com mandato de dois anos. É importante ressaltar esta organização que se verificou em termo de Classe, mas não podemos deixar de considerar e consideramos altamente significativo a existência no Interior do Estado de mais de uma

dezena de Grupos de Assistentes Sociais, que se reúnem periodicamente para discutirem matérias, programarem eventos e sobretudo se aprofundarem junto as novas publicações, além da troca de experiências. (...) A criação desses Grupos, deve-se a necessidade sentida por seus membros, em congregar a nível Municipal ou Regional a Categoria, desenvolvendo atividades próprias e colaborando com as Entidades. No decorrer de 1984 e agora em 1985, procura o CRAS comparecer as atividades dos Grupos, em atenção aos convites formulados, objetivando uma melhor e maior integração da Classe. O Serviço Social cresceu, numericamente somos 836 Assistentes Sociais inscritos no CRAS, mas cresceu na consciência da necessidade de se constituir como Classe. ( Maria Givanete Claudinho – presidente (BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 013, 1985, p. 1).

Dessa forma, procedendo-se a cerimônia de instalação, foram indicados para assumir a diretoria provisória, no período de 1982 a 1984, profissionais que já se dedicavam em prol da categoria, sendo um período dedicado a firmar as normas internas, para a elaboração do 1º Regimento Interno datado de 26 de janeiro de 1983, Resolução 003/83 pela qual se estabelecem os instrumentos legais da organização (GONÇALVES, 2002).

Em fevereiro de 1983 foi lançado o Boletim Informativo, como elo de ligação e informação entre o Conselho e o Assistente Social, abrindo um canal de comunicação da categoria, como confirma

Ao lançarmos nosso primeiro boletim do CRAS, em Santa Catarina, temos a honra de levar a todos os colegas profissionais catarinenses, as principais notícias e informações indispensáveis aos que militam como Assistentes Sociais. (...) O CRAS - 12.º Região desde janeiro do corrente, é uma realidade sendo essa importantíssima vitória de Santa Catarina a esperança do equacionamento dos principais problemas sociais e injustiças que assolam o Estado. Muitos são os obstáculos a enfrentar, no entanto, sentimo-nos animados e gratificados quando percebemos a boa receptividade que o Boletim vem conseguindo no meio profissional, passando a integrar sobremaneira toda a classe, servindo como um elo forte e seguro no sentido da condução das verdadeiras e justas reivindicações dos Assistentes Sociais. (BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 001, 1983, p. 1) .

Posteriormente, as primeiras eleições realizadas foram em maio de 1984, sendo eleitos pela primeira vez uma Diretoria e Conselho Fiscal do Conselho Regional de



Assistentes Sociais – 12<sup>a</sup> Região do Estado de Santa Catarina. Cabe destacar que a partir da publicação no Diário Oficial da União, da Lei 8.662 da Regulamentação da Profissão do Assistente Social, o Conselho Regional de Assistentes Sociais – CRAS 12.<sup>a</sup> Região, passa a denominar-se Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 12.<sup>a</sup> Região (GONÇALVES, 2002).

No que se refere a estrutura organizativa formada, o CRESS/SC apresenta-se composto por uma Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos pelos Assistentes Sociais regularmente inscritos na entidade, para cumprir um mandato de três anos. A estrutura compreende as seguintes instâncias, conforme segue: Assembléia Geral da Categoria; Conselho Pleno - órgão deliberativo; Diretoria – órgão executivo; Conselho Fiscal – órgão fiscal (CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 2002).

Dotado de autonomia administrativa e financeira, a anuidade é estabelecida no Encontro Nacional CFESS/CRESS, que ocorre anualmente, no qual delegados representantes dos CRESS's, definem e aprovam, em conjunto, o patamar máximo e mínimo da anuidade e as diretrizes de atuação do conjunto, para cada ano. Em cada CRESS, os valores e as outras deliberações são definidos e aprovadas nas respectivas assembleias. Portanto a atuação do Conselho está sempre em consonância com os princípios e normas estabelecidas pelo órgão de deliberação máxima do conjunto – Encontro Nacional CFESS/CRESS, de forma assegurar a unidade de atuação (CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 2002).

Como confirma e complementa a atual presidente do CRESS/SC, Valéria Cabral Carvalho, em entrevista realizada em maio de 2004 (ANEXO E)<sup>3</sup>, como contribuição a esta pesquisa:

Além de já termos a fiscalização do Tribunal de contas do Estado (é ele quem nos fiscaliza), todo mês se faz uma prestação de contas ao Conselho Federal , que mesmo sendo a instância superior, é estabelecida

---

<sup>3</sup> Roteiro da entrevista.

uma relação horizontal, principalmente nessa atual gestão. E procuramos, operacionalizando as metas discutidas e aprovadas no Encontro Nacional, num processo extremamente democrático, além de suscitar várias reflexões do nosso cotidiano. Discussão da ética, financeiras do CRESS, avaliação de conjuntura dos espaços sócios ocupacionais. Os encontros são anuais, os encontros descentralizados, geralmente acontecem final de junho início de agosto saindo com todos os deliberativos, quais são as dúvidas, proposições da Região Sul, que são levadas até o Encontro Nacional que é realizado em Setembro. Assim, o Serviço Social tem um diferencial específico com relação a outros Conselhos Profissionais, todas as decisões e todos os rumos da categoria são tomados anualmente a partir dos Encontros CFESS/CRESS. Nesses encontros decide-se toda ação política, administrativa, financeira, com destaque para a questão da anuidade, que passa por toda uma discussão que estipula valor máximo e valor mínimo. No Encontro Descentralizado, tem-se a pauta de trabalho com aspectos e peculiaridades da própria região e aspectos nacionais, então tira-se todas as deliberações propostas da Região Sul que vão para o Encontro Nacional, como todas as regiões do país, numa discussão/linha de ação conjunta, que apontam as direções centrais básicas. Nos encontros nacionais, tem-se os dirigentes, os conselheiros, que são retirados em assembleias, 60 dias antes, num processo altamente democrático. Por exemplo, atualmente, estamos com um projeto de delinear o perfil do Assistente Social em Santa Catarina, que está em consonância com uma pesquisa do CFESS do perfil do assistente social no país.

Para operacionalizar suas ações, o CRESS se estrutura em Comissões de Trabalho, que são obrigatórias, conforme seu Regimento Interno. Outras são criadas de acordo com as demandas suscitadas no Plano de Trabalho de cada Diretoria (ANEXO F)<sup>4</sup> (CRESS 12.<sup>a</sup> Região, 2002). Como contextualiza, a fala da atual presidente Valéria Cabral Carvalho

(...) quando a diretoria se forma tem diretrizes pilares básicos que são definidos pelo Conjunto CFESS/CRESS, dentro desse arcabouço tira-se aquelas questões que são obrigatórias e tira-se aquelas questões que são prioritárias daquela gestão (...).

Nesse sentido, cabe destacar que o projeto ético político do Conjunto CFESS/CRESS pertinentes a profissão, que norteia a ação do CRESS 12.<sup>a</sup> Região, é consubstanciado pelos documentos pertinentes à profissão, quais sejam: Lei n.º 8.662/93

<sup>4</sup> Quadro histórico com as gestões, estrutura interna e comissões de trabalho do CRESS/SC.



que dispõe sobre o exercício profissional, regulamentando a profissão; Código de Ética Profissional, instituído pela Resolução n.º 273/ 93 do CFESS de 13.03.1993; Código Processual de Ética, instituído pela Resolução n.º 260 de 28.10.1991; Diretrizes Curriculares; Atribuições privativas do (a) Assistente Social; Regimento Interno do Conselho Regional de Serviço Social – 12ª Região; Deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS; e Declaração Universal dos Direitos Humanos (CRESS 12.ª REGIÃO, 2002).

E assim, o profissional habilitado ao exercício da profissão, após ser registrado no Conselho Regional de Serviço Social , está credenciado a assumir as competências e atuações privativas de Assistente Social, tendo como atribuições legais: disciplinar, orientar e fiscalizar o exercício da profissão de Assistente Social; zelar pelo livre exercício da profissão de Assistente Social; organizar e manter o Registro Profissional, expedindo seu respectivo título; impor as sanções previstas no Código de Ética Profissional de Serviço Social; cumprir as resoluções e instituições do Conselho Federal de Serviço Social (CRESS 12.ª REGIÃO, 2002).

Dando continuidade, antes de entrarmos no debate das especificidade do CRESS – 12.ª Região e sua forma atual de organização, destacando a atuação frente as políticas sociais, como linha de discussão desse estudo, é fundamental contextualizar o debate sobre o qual as políticas sociais foram estabelecidas no Brasil, realizando a aproximação com a Seguridade Social, e as formas de organização da sociedade civil e do Estado, no que tange a participação representativa nos locais de defesa das políticas públicas, como estratégia de aprofundamento democrático.

## **CAPÍTULO II - SEGURIDADE SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS**

### **2.1 A Constituição de 1988 e o Sistema de Seguridade Social em face das políticas neoliberais**

Tendo-se abordado no Capítulo I, a contextualização e debate histórico sobre democracia, direitos sociais e cidadania na perspectiva de orientação para a organização dos trabalhadores no Brasil, e a aproximação com os dos Conselhos Profissionais. Inicialmente, é relevante apontar o debate histórico sobre as políticas sociais, e sua inserção na realidade brasileira, afim de visualizar quais os entraves e avanços merecem ser destacados até chegarmos ao Sistema de Seguridade Social instalado com a Constituição de 1988.

Dessa forma, tem-se que a política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais - período também em que os trabalhadores começam a se organizar em sindicatos, como visto no primeiro capítulo -, compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, porém antes de traduzir-se em estratégia governamental, a problemática concernente à política social está presente nas principais reivindicações trabalhistas do século XIX (VIEIRA, 1992).

Na democracia liberal, conforme Vieira (1992), a política social toma como alvo a igualdade de cidadania para homens pertencentes à sociedade orientada pelo mercado e caracterizada pela desigualdade econômica, e nesse contexto, os direitos sociais integrantes da cidadania aparecem podendo suavizar a desigualdade dos homens e até contribuir à

mudança nas condições de produção, porém não abolindo a situação desproporcional estabelecida no regime liberal-democrático. Assim, a política social é proveniente da crítica à desigualdade social, porém aí deixa suas fontes e intensidade das pressões e dos conflitos políticos.

A tradição histórica do Brasil revela constante intervenção estatal no âmbito da política social, alicerçada ao longo do século XX em direitos sociais variados e gradativamente conquistados. Hoje, “nesta etapa de desemprego em massa e de privações ilimitadas, a intervenção estatal é imprescindível para concretizar os direitos sociais contidos na Constituição de 1988” (VIEIRA, 1997, p.73).

Nesse contexto, é relevante contextualizar que as reformas constitucionais constituem costume político, mais ou menos presente, depois de 1830, durante o Império, convertendo-se em tema obrigatório na República, sobretudo depois da década de 20: Reforma Constitucional de 1926, Revolução Constitucionalista em 1932, Constituição de 1934, de 1937 (outorgada), de 1946, de 1967, de 1969 (outorgada com o Ato Institucional n.º 5), de 1988. Como classe historicamente cada vez mais subordinada, a classe dirigente tem oscilado entre a inércia e a modernização imposta de fora, entre a promulgação de Constituição e a imediata proclamação de sua reforma. Assim, cada nova Constituição sempre surge atrasada, porque a classe dirigente exige outras regras, diferentes daquelas que lhe eram aceitáveis ou favoráveis há pouco tempo, justificando-se com a necessidade de manter a estabilidade ou o crescimento do país (VIEIRA, 1997).

Diante desta realidade, a política social percorre dois momentos políticos distintos e marcantes do século XX no Brasil, que podem ser chamados: o primeiro período de controle da política, correspondendo à ditadura de Getúlio Vargas e ao populismo nacionalista, com influência para além de sua morte em 1954; e o segundo período de

política do controle, cobrindo a época da instalação da ditadura militar em 1964 até a conclusão dos trabalhos da Constituinte de 1988 (VIEIRA, 1997).

Nesses dois períodos, a política social brasileira compõe-se e recompõe-se, conservando em sua execução o caráter fragmentário, setorial e emergencial, sustentada pela necessidade de dar legitimidade aos governos que buscam bases sociais para manter-se e aceitam seletivamente as reivindicações e até as pressões da sociedade. Atualmente, a política social acha-se no terceiro período de existência no Brasil, depois de 1988, que pode ser chamado de política social sem direitos sociais (VIEIRA, 1997).

Dessa forma, a literatura é quase unânime quando periodiza a história da Seguridade Social brasileira, como aponta Vianna

criada no primeiro governo Vargas (1930-1945), se expande fragmentadamente durante as décadas seguintes; uma nova fase se inaugura a partir de 1966 – com a unificação dos diversos Institutos que compunham o sistema – quando, já na ditadura militar, sofre uma série de mudanças até que a crise, no início dos anos 80, aprofunda a necessidade de reforma que a Constituição consolida (VIANNA apud VIEIRA, 1997, p. 131).

Assim, diante da sua importância no entendimento de como tem se dado as relações entre políticas sociais e direitos sociais no país, o regaste histórico relativo a trajetória da Seguridade Social merece ser destacado, realizando antes um breve resgate do contexto internacional.

Assim, tem-se que o conceito de Seguridade Social tornou-se amplamente utilizado a partir do segundo pós-guerra para designar um conjunto de ações governamentais na esfera da produção social, tendo como paradigma a experiência dos países desenvolvidos que, em meados dos anos 40, consolidaram um conjunto de políticas sociais, vindo a formar os chamados estados de bem-estar social, conhecidos com a denominação de *Welfare State*. A Seguridade Social está relacionada, historicamente com a emergência da

questão social, isto é, com o surgimento da pobreza como problema social e com a necessidade de algum tipo de proteção social para melhorar a situação de miséria e pobreza que surge com a formação do proletariado urbano-industrial. Tem sua origem na Europa do século XIX, quando da ocorrência das grandes transformações sociais políticas e econômicas em função da Revolução Industrial, estando diretamente relacionados com a dinâmica da acumulação capitalista, nela incluídos o processo de assalariamento, as necessidades de manutenção e reprodução do trabalhador e a reprodução ampliada do próprio capital. Assim, o reconhecimento da desigualdade social, inerente às relações sociais que se estabelecem sob o capitalismo, imprime um caráter contraditório à Seguridade Social. Este reconhecimento, além de exigir ações compensatórias (para aqueles impossibilitados de trabalhar), cobertura nas situações de riscos de trabalho (doenças, acidentes, invalidez, e desemprego temporário) e manutenção da renda (benefícios, aposentadorias e pensões) formadoras de uma política social, inscreveu o reconhecimento das necessidades de manutenção e reprodução da força de trabalho na esfera do direitos sociais (MOTA, 1996).

Segundo Fleury (1994) apud Mota (1996, p. 192) “(...) a Seguridade Social, seja em sua origem, seja em seu desenvolvimento posterior, passou a abarcar um conjunto diversificado de políticas sociais, identificadas como política de previdência, políticas de atenção à saúde e políticas de assistência social”. Discorrendo sobre a trajetória da Seguridade Social, Fleury (1994) apud Mota (1996) ainda aponta o seguro social, em relação às práticas assistenciais vigentes no século XIX, como um fenômeno econômico e político que interferiu no contrato de trabalho, alterando a relação entre empregados e empregadores com a mediação do Estado, e esta relação, embora restrita aos empregados assalariados, caracteriza-se como um norma contratual, implicando a existência de uma pauta de direitos. Assim, a adoção do seguro como mecanismo de Seguridade Social não

está fundamentado no exercício da cidadania, mas na consideração de que o trabalhador tem uma situação vulnerável e, por isso mesmo, deve ser protegido dos riscos do mercado de trabalho.

Portanto, para analisar as particularidades da Seguridade Social nos diversos países é necessário analisar o processo de desenvolvimento do capitalismo, as condições sob as quais se constituiu o trabalho assalariado, a dimensão da questão social e os mecanismos políticos utilizados pelas classes no enfrentamento das necessidades de manutenção e reprodução do trabalhador. Segundo Mota (1996), a literatura trata a Seguridade Social a partir de dois paradigmas: o primeiro, conceitua a Seguridade Social dentro de uma concepção de proteção social, baseada no pressuposto de que a cidadania implica do direitos sociais civis, políticos e sociais segundo a tradição marshaliana de que “o elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHAL, 1967 apud MOTA, 1996, p. 192). Nesta acepção, a proteção afasta-se da idéia de seguro e amplia-se para o direito, vindo a configurar o chamado padrão inglês de proteção social, cujos princípios foram estabelecidos no célebre Relatório Beveridge de 1942. O Relatório Beveridge representa um rompimento com os formatos de proteção social que lhe antecederam, tanto a assistência como o seguro social, ao propor uma nova modalidade: o *Welfare State*. O Estado de bem-estar social consagrou os direitos sociais ao desvinculá-los da relação contratual estabelecida para os cidadãos, sendo sua principal característica a universalidade da cobertura e sendo determinado pela necessidade de obtenção de maiores taxas de produtividade que requer um trabalhador mais qualificado, em melhores condições de manutenção e reprodução, além de demandar um maior controle social sobre o processo de trabalho (FLEURY, 1994 apud MOTA, 1996).

No segundo tipo de entendimento, a seguridade é definida como um conjunto de programas governamentais voltados para o atendimento de situações em que há perda ou interrupção da capacidade de obter rendimento no trabalho, ou quando certos eventos diminuem a renda do trabalhador. Essa concepção vai de encontro com a tradição da seguridade como seguro e tem origens no sistema alemão, fundado por Bismarck. Sua característica é a centralidade dos riscos do trabalho e a rigidez dos critérios de inclusão e seletividade para o acesso aos benefícios (MOTA, 1996).

No Brasil, o conceito de Seguridade Social, como política social e como um direito social, data da Constituição de 1988. O professor Aluizio Teixeira apud Mota (1996, p.193) diz que “a mesma foi utilizada no Brasil como um neologismo: security dos ingleses, sécurité dos franceses e seguridad dos espanhóis. O espírito do conceito, segundo o autor, diz respeito à segurança, mas a melhor tradução seria proteção social”.

A Constituição de 1988 consagrou a expressão Seguridade Social, até então oficialmente inexistente, para consignar um padrão de proteção social que se queria abrangente, de certa forma coroando um ciclo de críticas e debates que desde fins dos anos 70 se desenvolveu em torno da Previdência. O conceito de seguridade, a universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade dos benefícios, a seletividade e a distributividade da proteção, a irredutibilidade dos valores pagos, a equidade na forma de participação no custeio, a diversificação da base de financiamento, o envolvimento da comunidade nas decisões e o caráter democrático e descentralizado da gestão foram princípios norteadores da Carta que responderam aos anseios de mudança dos vários segmentos da sociedade (VIANNA apud VIEIRA, 1992).

Portanto, conforme aponta Raichelis (1998) este movimento coloca em discussão não apenas o padrão histórico que tem caracterizado a realização das políticas sociais em nosso País – seletivo, fragmentado, excludente e setorizado – mas também a necessidade



de democratização dos processos de gestão de políticas e programas sociais. Esta conjuntura favorece a redefinição das relações entre democratização e representação dos interesses populares nas decisões políticas. É, assim, embora os anos 80 sejam um período de aprofundamento das desigualdades sociais são, simultânea e contraditoriamente palco de avanços democráticos sem precedentes na história política brasileira, e nesse sentido, “o cenário político dos anos 90 introduz inflexões importantes nesse movimento, relacionadas à participação de segmentos organizados da sociedade civil na formulação, gestão e controle social das políticas públicas, ganhando força a idéia de construção de espaços públicos que permitem a participação de novos sujeitos sociais” (RAICHELIS, 1998, p. 59).

Dessa forma, em geral, as políticas sociais envolvem direitos sociais, projetos, diretrizes, orçamentos, executores, resultados, impactos etc., e na avaliação desses elementos, o mínimo esperado é que os direitos sociais sejam respeitados por participarem do aparato constitucional do país, sendo a Constituição de 1988 uma das mais livremente votadas no Brasil, integrando o Título II, relativo aos Direitos e Garantias Fundamentais. Caso contrário, sobra apenas como fúnebre consolação curvar-se ao irracionalismo da meritocracia e ao seu relativismo nas políticas sociais (VIEIRA, 1997).

Como se vê, em nenhum momento a política social encontra tamanho acolhimento em Constituição brasileira, como aconteceu na de 1988

(artigos 6, 7, 8, 9, 10, 11): nos campos da Educação (pré-escolar, fundamental, nacional, ambiental etc.), da Saúde, da Assistência Social, da Previdência Social, do Trabalho, do Lazer, da Maternidade, da Infância, da Segurança, definindo especificamente direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, da associação profissional ou sindical, de greve, de participação de trabalhadores e empregadores em colegiados dos órgãos públicos, da atuação de representante dos trabalhadores no entendimento direto com empregadores. O capítulo II, do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), alude aos direitos sociais, pertencentes à Constituição de 1988. De outra parte, aos poucos desses direitos estão sendo praticados ou ao menos regulamentados, quando exigem regulamentação. Porém o mais grave é que em nenhum momento histórico da República brasileira (para só ficar nela, pois o restante



consiste no Império escravista), os direitos sociais sofrem tão clara e sinceramente ataques da classe dirigente do Estado e dos donos da vida em geral, como depois de 1995 (VIEIRA, 1997, p. 67).

Os ataques aos direitos sociais, em nome de algo que se pode intitular de *neoliberalismo tardio*, em nome da *modernização*, ou simplesmente em nome de nada, alimentam-se no campo da política social de falsas polêmicas, que desprezam o processo histórico e esquecem que o capitalismo está em nova fase de acumulação, decorrente da revolução tecnológica, responsável por outro tipo de industrialização, dos anos 70 em diante. Essa evolução tecnológica causa particular crise estrutural, de caráter fortemente depressivo e sua manifestação mais flagrante e inquestionável está no animado crescimento do desemprego (GORENDER apud VIEIRA, 1997).

Nesse contexto, vale a pena abordar o que Vieira (1992) aponta como sendo a falsa contraposição entre neoliberalismo e social-democracia, que as vezes aparece declaradamente em termos de contraposição do que chamam de política social neoliberal à política social de cunho social-democrata, segundo o autor apoiado em Laurell

faz-se uma tipologia dos Estados, fixando a oposição entre Estado de bem-estar liberal e Estado de bem-estar social-democrata, para me seguida, por vezes, admitir o surgimento de nova fase da acumulação capitalista. O autor argumenta que o Estado de bem-estar social-democrata se manifesta ou se manifestará unicamente nos países desenvolvidos, no centro do capitalismo, porém, mesmo assim, nessas análises, parece que nada sucederá no futuro histórico, além da social-democracia. Curiosamente, essas análises dão o nome de política social neoliberal a aquela política que nega os direitos sociais, que garante o mínimo de sobrevivência aos indigentes, que exige contrapartida para o gozo dos benefícios, que vincula diretamente o nível de vida ao mercado, transformando-o em mercadoria, conforme vimos. A garantia de direitos e das liberdades fundamentais é o ponto central de qualquer Estado de Direito. Esses direitos e liberdades figuram freqüentemente nas Constituições dos Estados, aparecendo ainda em textos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos do homem, elaborada pela Organização das Nações Unidas no ano de 1948. Assim, criar uma sociedade do bem-estar, sem dar a todos participação efetiva no controle das decisões e também nos rendimentos da produção, consiste unicamente na adoção dos homens para transformá-los em consumidores obedientes e bem-humorados (LAURELL apud VIEIRA, 1992, p. 13).

Portanto, finaliza Vieira (1992), só a sociedade democrática tem condições de proteger e de conservar o Estado de Direito, sem essa abordagem, tal Estado desaparecerá. E “no caso brasileiro, a ausência da sociedade democrática vem permitindo a substituição do Estado de Direito por qualquer inspiração momentânea da classe dirigente, através de um ímpeto antropofágico mais infeliz” (VIEIRA, 1992, p. 14).

Assim, na abordagem dos impactos da política neoliberal, na década de oitenta, tem-se que as propostas visavam a desregulamentação e privatização dos mercados e do Estado, visando a redução dos gastos públicos e o aumento das exportações, enfim provocando imensas alterações nos mercados financeiros. Devido as essas alterações, no Estado surge a preocupação com as populações menos favorecidas que sofrem com seus impactos negativos. Na proposta neoliberal, as políticas sociais são destinadas basicamente à população mais vulnerável, o que provocaria aumento na eficácia e na equidade do gasto social, uma vez que devido a crise a prestação universal de serviços é impossível, além de beneficiar pessoas que não necessitassem, de acordo com essa teoria (PASSOS, 1999).

Diante desse contexto, no âmbito da reestruturação produtiva no Brasil, a política social possui duas dimensões: “de um lado desempenhar papel importante na construção das condições sociais da competitividade, e de outro, ser um instrumento de combate à pobreza e de acesso a direitos sociais básicos” (PASSOS, 1999, p. 3).

Dessa maneira ainda aponta Raichelis (1998) mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade. Por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. Embora as políticas públicas sejam de competência do Estado, não representam decisões autoritárias do governo para a sociedade, mas envolvem relações de reciprocidade e antagonismo entre essas duas esferas. As concepções de Estado e de sociedade civil adotadas, por sua vez, baseiam-se nas elaborações de Antonio Gramsci, que enriquecem a

teoria marxista clássica de Estado, considerado em sentido restrito como organismo de coerção e dominação pela classe dominante. Para Gramsci apud Raichelis (1998) o Estado comporta duas esferas: a sociedade política ou Estado no seu sentido estrito de coerção, e a sociedade civil constituída pelo conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, como os sindicatos, partidos, igrejas, o sistema escolar, a organização material da cultura (imprensa, meios de comunicação de massa) e as organizações profissionais. São estas duas esferas que formam em conjunto o Estado no sentido amplo, ou nos termos de Gramsci, sociedade política mais sociedade civil.

Dessa forma, tendo como pano de fundo a construção da Seguridade Social e implementação de políticas sociais no âmbito do Estado, da sociedade política e da sociedade civil, na defesa e efetivação dos direitos sociais conquistados, contra o desmantelamento neoliberal, merece ser destacado o debate da representação e participação, afim de entender como tem ocorrido e as possibilidades de ampliação da participação, como forma de se ampliar e conservar o Estado de Direito que se deseja para a sociedade democrática.

## **2.2 Problematicando participação e representação**

Nas democracias liberais, como vimos e como confirma Paiva (1995, p. 1) “há uma distância muito grande entre o *mundo cotidiano* e o *mundo da política* provocando o afastamento dos cidadãos, que percebendo a excludência podem realizar uma tomada de atitude contra, ocorrendo quando existe um espaço público ativo, participativo,

democrático”. E, nesses espaços surgem outros circuitos de representação e participação popular evidenciando disfuncionalidades da representação política do liberalismo.

Assim, ao falar de representação é relevante destacar que ao longo da história no que se refere ao debate sobre as formas de democracia, como vimos, os interesses das elites divergem consideravelmente, dos interesses das massas que representam, fato este que, por si só, se apresenta como um problema para a questão da representação. Como aponta Cruz (2000, p. 1) “dada a passividade das massas e a sua necessidade de ser conduzida, a representação de seus interesses se deve fazer via organização o que, por sua vez, implica em oligarquização e, por conseguinte, em um afastamento da liderança da massa que representa”. E continua o autor, abordando que quanto mais a vida política se massifica mais se desloca dos indivíduos para as organizações que os representam, os sujeitos politicamente relevantes deixam de ser os indivíduos, passando a ser os grupos e as organizações, em função da dinâmica social que as produz. Assim, tem-se que “os indivíduos não participam mais diretamente do processo político, mas através de organizações que competem entre si pela adesão das massas” (BOBBIO apud CRUZ, 2000, p. 5).

A existência de vários grupos e organizações no centro da vida política nos revela uma sociedade na qual não existe apenas um único centro de poder, por exemplo a vontade geral de Rousseau, como abordou-se no Capítulo I, mais uma sociedade centrífuga, que alguns estudiosos denominam sociedade poligárquica. “A vida política não é mais um campo (paradigma realista) onde as diferentes ideologias entram em conflito, mais um campo onde instituições organizadas competem pelo poder” (CRUZ, 2000, p. 5).

Diante desse contexto, merece destaque o entendimento de espaço público como aborda Paiva

De um lugar onde as relações comunitárias se passam e se abrigam; um espaço onde as demandas e reivindicações se exteriorizam; acolhedor de

diversas instituições – estatais e não estatais; espaço do agir publicamente, das reuniões; espaço por excelência do agir livre e coletivo. O alargamento da esfera social foi provocando o encolhimento da esfera pública, culminando no reducionismo de público ser considerado sinônimo de estatal, resgatando o entendimento greco-romano, atribuindo ao espaço público as qualidades do que é visível, do que é visto e ouvido por todos e do que é comum a todos, embora cada um tenha seu lugar neste mundo comum (PAIVA, 1995, p. 9).

Nesse contexto, as Constituições incorporam direitos fundamentais e princípios de organização política que “atendem os interesses da esfera pública burguesa e com o tempo, e por força da pressão das massas, nelas se inserem a extensão dos direitos políticos e dos direitos sociais para os grupos que estavam marginalizados (operários, mulheres, principalmente)” (PAIVA, 1995, p. 11). Por outro lado, o espaço público politicamente ativo no Estado Liberal, conforme Paiva ainda aponta (1995, p. 12) “ao invés de um instrumento de libertação foi pervertido numa instância de repressão, empregando medidas restritivas para assegurar influência a uma opinião pública que, em relação às opiniões dominantes, acabou sendo minoria e essas medidas atingiram as instituições ligadas à representação política”.

A doutrina francesa da representação política, ainda aponta Paiva (1995), ao acatar o princípio da soberania nacional, desvinculou a relação representantes versus representados do modelo de relação instituída pelo mandato privado. Tal modelo não poderia ser aplicado na seara do direito público, porque significaria a admissão do mandato imperativo, que não condizia com os interesses liberais, porque era coerente com a teoria rousseauiana da soberania popular. Desse modo, o mandato do representante passou a ser estudado dentro da dicotomia mandato imperativo/mandato representativo, sendo este último adotado, predominantemente, pelas Constituições dos Estados da liberal-democracia.

As características do mandato representativo, derivadas da doutrina de *duplicidade*, referidas por Bonavides apud Paiva (1995, p. 5) são “a generalidade, a liberdade, e a

irrevogabilidade”, conseqüentemente, configura-se a independência do representante, pois que não representa um território determinado, mas a Nação; tem autonomia de vontade de agir de forma livre, sem constrangimento, porque é considerado titular da vontade nacional soberana; e os representados não podem destituí-lo, pois o mandato não está na esfera jusprivatista. Segundo Sartori apud Paiva (1995, p. 5) “por esta fórmula democrática o poder dos representantes é um poder que lhes é transmitido pelo eleitorado, e a vontade do governo se estabelece no momento em que o cidadão-eleitor concorre para determinar a vontade do Estado”.

Dessa forma, de uma sociedade centrada em um único poder para uma sociedade onde o poder se encontra distribuído em vários grupos organizados, verifica-se que uma outra transformação se processa, e relaciona-se com a questão da representação, tendo-se que

Nas sociedades democráticas modernas, o representante não se encontra mais vinculado a seus representados por meio de um mandato imperativo, visto que goza de uma relativa autonomia no que diz respeito às decisões políticas. Isso implica no afastamento do representante dos representados, no sentido de que nem sempre os reais interesses desses últimos são, de fato, representados. Não quero dizer com isso que, tendo em vista esta transformação no conceito de representação, possamos ser categóricos em afirmar que a representação dos interesses não mais exista. O mandato imperativo, que associa diretamente o representante ao representado, está em vias de se extinguir, mas não a representação dos interesses. A maior comprovação da persistência da representação dos interesses pode ser demonstrada pelas organizações corporativas. Pois, o que é o corporativismo senão uma típica representação de interesses de determinados grupos? Os grupos corporativistas tendem a associar interesses particulares com o interesse geral da Nação, o que nos revela que uma organização pode ser estruturada tendo em vista a representação de interesses particularistas (CRUZ, 2000, p. 6).

O corporativismo, como anteriormente abordado, caracteriza-se pela defesa de interesses particulares de uma determinada categoria, categoria que é sempre profissional. Esses grupos específicos possuem representantes dotados de monopólio da representação de certos interesses, no sentido de que o Estado reconhece estes grupos como representantes legítimos de determinados interesses (caso dos sindicatos profissionais). Os



grupos corporativistas são unicamente de base ocupacional, ou seja, a eles se afiliam indivíduos que exercem a mesma profissão, sendo vetada a participação de indivíduos que estejam incluídos em outra categoria profissional. Portanto, a solidariedade é restrita à categoria coberta pela incorporação, sendo esta a porta-voz legítima de seus representados (CRUZ, 2000).

Diante deste panorama, observa-se que o debate sobre a representação política está dominado por dois temas, o primeiro tema diz respeito aos poderes do representante, o segundo ao conteúdo da representação. O representante é chamado a representar os interesses gerais do representado não é necessário que pertença à sua mesma categoria profissional; ao contrário, observa-se hoje na maior parte dos sistemas representativos a formação de uma categoria profissional específica de representantes, que é a categoria dos políticos de profissão. Quando ao invés disto o representante é chamado a representar os interesses específicos de uma categoria, normalmente ele pertence a mesma categoria profissional do representado, com o que apenas o operário pode representar eficazmente os operários, o médico os médicos, o estudante os estudantes, etc (BOBBIO, 1988).

Complementando, no que tange ao conteúdo da função representativa e ao papel dos representantes na bibliografia política foram longamente discutidos três modelos interpretativos alternativos, como segue

1) a representação como relação de delegação; 2) a representação como relação de confiança; 3) a representação como *espelho* ou representatividade sociológica. No primeiro modelo, o representante é concebido como um executor privado de iniciativa e de autonomia, das instituições que os representados lhe distribuem; seu papel aproxima-se muito ao de um embaixador. Este modelo é de origem medieval e as modernas constituições estatais rejeitam-no fazendo proibição explícita do *mandato imperativo*. Encontramo-lo comumente, entretanto, nas organizações e comunidades internacionais ou em entidades políticas pouco integradas. O segundo modelo atribui ao representante uma posição de autonomia e supõe que a única orientação para sua ação seja o interesse dos representados como foi por ele percebido. O terceiro modelo – o de representação como *espelho* – diferentemente dos dois primeiros é centrado mais sobre o efeito de conjunto do que sobre o papel de cada representante. Ele concebe o organismo representativo como um



microcosmos que fielmente reproduz as características do corpo político (BOBBIO, 1986, p. 1102).

Nesse contexto, são apresentadas por Reale (1981) apud Paiva (1995) duas novas teorias: a teoria do querer nacional e a teoria da representação como representação de interesses. As críticas em relação a primeira (trata-se de uma ficção, não é possível identidade entre o querer povo, da comunidade e o querer do representante), são semelhantes às que foram colocadas para o mandato imperativo. Não se trata de uma nova teoria, porque sua pretensão é a mesma da teoria da soberania popular, com a diferença de que esta lidava com os conceitos de povo e nação, ao invés de povo e Estado. A segunda teoria, a da representação de interesses, apareceu, quando se verificou a ficção da teoria da representação do querer. O representante, por ela, age por critérios próprios, mas não em função de seus próprios interesses e sim, dos interesses do povo.

Assim, a questão do interesse está, desde o surgimento da representação política, envolvida em sua problemática e a revolução participatória do final da década de 60, trouxe a tona a crise do paradigma liberal e, quando os movimentos populares levantavam a bandeira de *abaixo às eleições*, estavam externando o desencanto com os canais convencionais de decisão política e o desejo de abrirem novas vias de comunicação política, em uma alienante sociedade de massa. (PAIVA, 1995).

Dessa forma, “se a identidade está em crise, não acreditamos no crescimento da representação política, mas na existência de uma pseudo-representação, que mascara uma relação autoritária, onde não há espaço para o exercício de um mandato democrático” (PAIVA, 1995, p. 15), uma vez que a representação política de forma democrática não pode estabelecer a separação entre representantes e representados, ao contrário, os canais de comunicação devem estar sempre abertos, perdendo significado a contenda travada em torno da dicotomia mandato imperativo versus mandato representativo. Os representantes

mantendo contato com suas bases, decidindo depois discutir as questões, tem um mandato consensual que, dependendo do acordo de vontades, ele exerce hora com mais, hora com menos liberdade (PAIVA, 1995).

O sentido de representação política está, portanto, na possibilidade de controlar o poder político, atribuída a quem não pode exercer pessoalmente o poder. Com base em sua finalidades, pode-se portanto definir a representação com um “mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes” (BOBBIO, 1986, p.1102).

As democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais por representante entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas, conforme aponta

a) na medida que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquelas categorias (...) os representantes na medida em que não são representantes de categoria mas, por assim dizer, representantes dos interesses gerais – terminam por constituir uma categoria à parte, a dos políticos de profissão, isto é, daqueles que, para me expressar com a eficientíssima definição de Max Weber, não vivem apenas para a política mas vivem da política (BOBBIO, 1988, p. 47).

Dessa forma, também “sem uma determinação clara das bases institucionais da representação não se pode nem sequer esperar uma determinação suficiente do modelo funcional” (BOBBIO, 1986, p. 1104). Segundo, o autor, de acordo o modelo de representação escolhido, será ressaltado um aspecto em preferência de outro: “num caso o destaque cairá sobre a escolha pessoal do representante; em outro, sobre a determinação prévia das decisões políticas, em outro caso ainda, sobre a ação geral e a posteriori de controle e sobre o efeito que daí deriva de responsabilização” (BOBBIO, 1986, p. 1105).

A temática da representação política, para Bobbio (1986, p. 1101) “tanto em suas implicações teóricas como em suas traduções práticas, é sem dúvida um dos elementos chaves da história política moderna”. O autor aponta que o sentido da representação política está na possibilidade de controlar o poder político, atribuída a quem não pode exercer pessoalmente o poder, podendo definir a representação como um “mecanismo político particular para a realização de uma relação de controle (regular) entre governados e governantes” (BOBBIO, 1986, p. 1102).

Hoje, o fenômeno da representação política deve ser olhado como um fato global mais do que como uma série de relações de representação, reciprocamente independentes, estabelecidas entre os representantes e as circunscrições eleitorais, “o mecanismo do qual brota a representação é um enorme processo de competição entre as organizações partidárias pela conquista ou pela conservação das posições parlamentares e governamentais, uma competição regulamentada e que se desenvolve frente a um público com funções de juiz” (BOBBIO, 1986, p. 1105). Assim, o núcleo fundamental da representação está na responsabilidade<sup>5</sup> periódica a que estão sujeitos os atores políticos em competição (os partidos)

Em síntese, a representação política poderia ser definida como um sistema institucionalizado de responsabilidade política, realizada através da designação eleitoral livre de certos organismos políticos fundamentais (na maioria das vezes, os parlamentos) e a inserção da representação na complexa rede institucional de um sistema político tem duas faces: de uma parte, as condições da representação; de outra, do grau de incidência que a representação tem sobre as outras instituições políticas (BOBBIO, 1986, p. 1105).

---

<sup>5</sup> “Responsabilidade quer dizer *chamado para responder, para prestar contas*, das próprias ações junto aqueles que têm o poder da designação” (BOBBIO, 1986, p. 1105).

A representação está na verdade, segundo Bobbio (1986) estreitamente ligada a um processo de duplo sentido de comunicação das mensagens políticas, e, portanto, dependente de todos os canais de informação recíproca sensível a todas as perturbações que aconteçam neste campo. A representação pressupõe, por conseguinte, “um complexo de direitos políticos (liberdade de imprensa, de associações, de propaganda, etc.) que permitem a formação e a manifestação da vontade política dos representantes e de certos fatores culturais” (BOBBIO, 1986, p. 1106). Portanto, a presença junto do público de uma cultura democrática *participante* e não passiva e nas classes políticas de uma cultura democrática e flexível em vez de autoritária e dogmática, facilita indubitavelmente o funcionamento da representação.

No que se refere a participação, na terminologia corrente da ciência política a expressão participação política é geralmente usada para designar uma variada série de atividades como

o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, a contribuição para uma certa agremiação política, a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além (BOBBIO, 1986, p. 888).

Nesse sentido, há pelo menos três formas ou níveis de participação política que merecem ser brevemente esclarecidos, conforme o autor

a primeira forma, que poderíamos designar com o termo *presença* é a forma menos intensa e mais marginal de Participação política; trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, etc., situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. A Segunda forma poderíamos designá-la com o termo de *ativação*: aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora da organização política, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover. Isto acontece quando se faz obra de proselitismo, quando há um envolvimento em campanhas eleitorais, quando se difunde a imprensa do partido, quando se participa em manifestações de protesto, etc. O termo *participação*, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou

indiretamente para uma decisão política. Esta contribuição, ao menos no que respeita à maior parte dos cidadãos, só poderá ser dada de forma direta em contextos políticos muito restritos; na maioria dos casos, a contribuição é indireta e se expressa na escolha do pessoal dirigente, isto é, do pessoal investido de poder por certo período de tempo para analisar alternativas e tomar decisões que vinculem toda a sociedade. É evidente que a Participação política em sentido estrito só se pode dar com um número bastante reduzido de pessoas, naqueles sistemas políticos, ou organismos, que não têm um caráter competitivo e que utilizam os mecanismos eleitorais, se os utilizam, para fins bem diversos. (BOBBIO, 1986, p. 888).

O ideal democrático supõe, portanto, cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos e dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas políticas apresentadas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação. Porém, pelo que suspeita à participação propriamente dita, a forma mais comum, e, para muitos, também a única, ainda é a participação eleitoral (BOBBIO, 1986).

No caso brasileiro, conforme aponta Carvalho (1998) pode-se dizer, de início, que a participação democrática nas decisões e ações que definem os destinos da sociedade tem sido duramente conquistada pela sociedade, de um Estado tradicionalmente privatista, que mantém relações simbólicas e corporativas com grupos privilegiados. Ou seja, não podemos ignorar que nosso país constitui-se dentro de uma tradição autoritária e excludente, a partir da colônia burguesa, da escravidão, do Império, de modo que seu povo foi mantido como estrangeiro em sua própria terra. Mesmo reprimida como *caso de polícia*, a participação popular sempre existiu, desde que existem grupos sociais que se manifestam e demandam ações ou políticas governamentais. Nessa perspectiva, apesar das relações de tutela e do atrelamento dos movimentos sociais, os anos 50 e 60 são marcados por intensa mobilização social que se expressa no movimento sindical e numa ampla reivindicação por *Reformas de Base* de cunho democrático, popular e nacionalista.

Continuando nesse avanço histórico, os anos 70 foram, no país, tempos de profundas mudanças econômicas e políticas, provocando a emergência de novas demandas sociais. O Estado burocrático-autoritário, que se estabeleceu com a ditadura militar, fechou, no entanto, até mesmo os precários canais de expressão e de negociação de interesses e conflitos mantidos pelo populismo. Neste contexto de ausência de canais de interlocução, emergem novos movimentos sociais, abrindo novos espaços, lugares de ação política, constituindo sujeitos com identidades e formas de organização diferentes daquelas do sindicato e do partido. Tem-se assim, nos anos 70 e 80, uma fase de emergência muito vigorosa de movimentos que se organizam com espaços de ação reivindicativa, que recusam relações subordinadas, de tutela ou de cooptação por parte do Estado, dos partidos ou de outras instituições. À medida em que se amplia uma cultura democrática o Estado torna-se lentamente permeável à participação de novos atores sociais, e assim, o Estado brasileiro, tradicionalmente privatizado pelos seus vínculos com grupos oligárquicos, vai lentamente cedendo espaços, tornando-se mais permeável a uma sociedade civil que se organiza e se articula, constituindo espaços públicos nos quais reivindica opinar e interferir sobre a política, sobre a gestão do destino comum da sociedade. A emergência dos chamados novos movimentos sociais, que se caracterizou pela conquista do direito de participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade, culminou com o reconhecimento, na Constituição de 1988, em seu artigo 1.º de que Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, através de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (CARVALHO, 1998).

A partir da Constituinte, ainda aponta a autora

ao longo da década de 90, torna-se cada vez mais claro para os movimentos sociais e reivindicação de participar da redefinição dos direitos e da gestão da sociedade. Assim, culminam na Constituinte e no reordenamento institucional que a ela se seguiu, diversas lutas que têm raízes na década de 60, quando diversos atores sociais pleiteavam as Reformas de Base. A luta pela Reforma Urbana consagra a função social da propriedade e da cidade, num capítulo inédito sobre a questão urbana



que prevê o planejamento e a gestão participativa das políticas urbanas e que, embora não tenha consolidado um sistema articulado de Conselhos, tem instituído diversos espaços de co-gestão das políticas urbanas nas esferas estaduais e municipais (CARVALHO, 1998, p. 3).

Dessa forma, tão importante quanto a construção destes e de inúmeros outros espaços de gestão participativa, conforme destaca Carvalho (1998), foi a construção, que marca este período de forte mobilização social, de uma cultura participativa, que admite, reivindica e valoriza a participação direta e o controle social por parte dos usuários e outros segmentos interessados nas políticas públicas. Por outro lado, já que os espaços institucionais de governo ou gestão não são tradicionalmente reconhecidos como lugares do movimento social sua presença aí causa novamente estranheza. Conhecido como espontâneos e autônomos, definidos por uma suposta recusa do Estado e da institucionalidade, gera-se uma certa decepção, por parte de analistas acadêmicos e políticos, quando os movimentos passam a participar do jogo democrático. Assim, tidos como paroquiais, fragmentados, efêmeros, os movimentos sociais teriam dificuldade em efetivamente articular suas reivindicações nas arenas políticas formais que se constituem num regime democrático, seriam inábeis para transcender o local e engajar-se na política efetivamente, acabando pelo retorno da democracia representativa. Porém, ao invés de desempenharem um papel limitado ao processo de reconstituição de canais de representação política, perdendo seu significado e desmobilizando-se com a estabilização da democracia, pensa-se que os movimentos sociais têm sido capazes de se transformar, transformando a democracia brasileira. O aprofundamento da democracia no Brasil não pode ser explicado somente como obra de engenharia institucional, pelo contrário “afirma o importante significado da expansão da mobilização como fator de transformação das instituições a partir de espaços de organização da sociedade” (CARVALHO, 1998, p. 4).

Portanto, a participação da sociedade no governo dos interesses públicos, se confunde com a história da democracia, especialmente da democracia parlamentar ou



representativa. Esta tem sua história peculiar, marcada pela construção de institutos reguladores do exercício do poder, de mecanismos de participação dos cidadãos e pela cultura de cidadania que caracteriza cada sociedade (CARVALHO, 1998).

A definição da abrangência dessa participação, de quem deve participar e em que amplitude essa participação é desejável, são o divisor de águas. A permeabilidade da sociedade como um todo, assim como de amplos setores partidários e do Estado, a este novo ideário democrático e participativo, torna mais permeáveis as relações entre Estado e sociedade. A atitude dos setores democráticos-populares, predominantemente reativa, antagônica e contestadora da legitimidade do Estado na gestão da sociedade, dá lugar a uma postura mais propositiva, que passa a entendê-lo como espaço de disputa, que busca espaços no seu interior, alargando o leque de interlocutores e ampliando sua legitimidade. Assim, a participação entendida e realizada como confronto dá lugar à participação como disputa e negociação. Por outro lado, nota-se também, em todo o leque dos partidos no governo, mesmo na esquerda, um despreparo dos governos e do Estado para a transparência, isto é, para tornar acessíveis à sociedade as informações, os procedimentos, as decisões de governo, e também para estabelecer relações de parceria com a sociedade. As regras estabelecidas para relações de convênio ou parceria mostram-se excessivamente burocratizadas, geralmente mais adequadas as relações com grandes grupos econômicos do que as pequenas e informais organizações populares (CARVALHO, 1998).

É preciso apontar, portanto, conforme continua a autora, uma falta de vontade e de cultura política que favoreça a partilha do poder, uma co-gestão das políticas públicas em que participem Estado e sociedade

a resistência ou a dificuldade de efetivamente repartir o poder com a sociedade devem-se, em alguns casos, a compromissos fisiológicos que beneficiam elites econômicas e/ou políticas ou ao clientelismo, corporativismo e à centralização que tradicionalmente reagem as relações entre Estado e sociedade. Em outros casos, devem-se ao tecnicismo, que privilegia uma *otimização* dos resultados, baseada em avaliações técnicas, sobre o risco de partilhar decisões, submetendo-as a critérios

sociais e políticos. Os governos, principalmente municipais, têm generalizadamente usado a *crise financeira* do Estado a falta de recursos para atender a demanda crescentemente explícita (causada por uma população mais efetivamente cidadã e por uma cultura mais exigente de publicidade) de serviços públicos mais universais (saúde, educação moradia, transporte) para justificar a importância e a necessidade de implementar práticas participativas, que viabilizam, de forma mais barata políticas e serviços públicos sociais. Esta suposta *crise financeira* esconde, no entanto questões distintas. Esconde, por outro lado, opções políticas que não priorizam a função social e redistributiva do Estado e, por outro lado, a dificuldade dos municípios em conseguir que os processos que se dizem *descentralizadores* não se restrinjam à *prefeiturização* de responsabilidades sociais mais sejam acompanhados de uma efetiva descentralização de recursos (CARVALHO, 1998, p. 6).

Na constituição e na generalização de um discurso participativo e de uma multiplicidade de experiências e espaços participativos, é preciso ainda apontar de um outro uso deste discurso, que tem sido feito pelos governos neoliberais, em todo o mundo, e que vem acentuar as diversidades e as disputas de significado já apontadas. São fortalecidas por esta perspectivas as estratégias de desmonte das organizações coletivas, enfeixadas no discurso enganoso sobre a sociedade civil, remetendo-se a esta a responsabilidade no encaminhamento de projetos que dêem conta dos complicadores das novas expressões da questão social. Nesta ótica, a sociedade civil é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, sendo, em última instância, a expressão dos interesses de instituições privadas que controlam o Estado e negam a existência de projetos de classe diferenciados. Tomada em sentido transclassista, é convocada, em nome da cidadania, a realizar parcerias de toda ordem, sendo exemplares os projetos e refilantropização das formas de assistência como o Comunidade Solidária e instituições do gênero (SIMIONATTO apud SIMIONATTO, 1998).

Dentro desse panorama, Gentili (2000), no que se refere a atuação do Serviço Social, aponta que a efetividade e a eficiência do processo de trabalho profissional se realizam pela capacidade de se garantir direitos constitucionais ou de se transformar intenções de direitos em direitos efetivos aos usuários dos serviços sociais que o

profissional opera. Portanto, revelam a inserção e acompanhamento do Serviço Social aos movimentos da sociedade e aos processos sociais nos quais estão inscritos no campo de atuação.

Nessa perspectiva, conforme Sposati (1992) aponta, há um embate entre a concepção de direito que é constituída na prática, o que implica também a concepção de cidadania que se articula no fazer profissional, é importante desencadear a temática do direito dos grupos sociais, a fim de avançar na direção da cidadania coletiva, sendo o Serviço Social parte dos mecanismos de regulação social, e como profissional que opera a administração de ponta das políticas sociais, imerso na negociação dos interesses da sociedade de mercado.

Portanto, como canal relevante para efetivação desta cidadania coletiva, e palco de atuação de representantes, merece destaque especial abordagem sobre os Conselhos de Direitos, podendo ser estendido aos outros canais de participação.

### **2.2.1 Uma aproximação com os Conselhos de Direito: enquanto canal de participação democrática**

Como viu-se, compreender “os processos participativos da sociedade civil, refletir sobre os formatos de representatividade que historicamente foram desenvolvidos é item inadiável da pauta daqueles que pretendem uma sociedade democrática” (MACIEL, CAMPOS, 1997, p. 144). Nesse sentido, os Conselhos de Direito representam um canal para viabilizar o chamado Estado Democrático, pois contam com a participação de entidades governamentais e representantes da sociedade civil.

A concepção de democracia pensada pela tradição socialista tem persistentemente colocado o desafio de buscar novas formas de participação social que afirmam o controle da sociedade sobre o Estado

Os soviets, os conselhos operários foram experiências que afirmavam a importância deste controle através da democracia direta. A supervalorização desta forma de democracia foi, porém, no Brasil, origem de polêmicas desgastantes sobre o caráter classista e autônomo e o poder deliberativo que deveriam ter os conselhos populares. A superação de uma oposição rígida entre democracia direta e democracia representativa parlamentar, foi, aos poucos possibilitando a construção de uma concepção de democracia participativa, que articula a democracia representativa e a democracia direta. A partir daí, forçadas pela prática das gestões que têm-se sucedido desde então, foram evoluindo concepções que partiram da proposta dos Conselhos Populares como espaços populares, classistas, como um poder popular, paralelo ao poder do Estado até a formulação da proposta de canais institucionais de participação, como espaços de poder compartilhado, de interface entre Estado e sociedade. Assim, a participação na gestão da sociedade altera o tom do debate político, tornando-o mais público e transforma também os movimentos sociais, trazendo-os de seu papel tradicional de captadores de novas demandas e reivindicações em estado bruto para uma participação mais complexa e qualificada no processamento dessas demandas em instâncias políticas decisórias (CARVALHO, 1998, p. 9).

Observa-se assim, conforme ratifica Carvalho (1998), que os Conselhos têm sido largamente usados para respaldar esses processos, ratificando políticas municipais supostamente democráticas e possibilitando repasses de recursos supostamente submetidos a um controle social. A exclusão de alguns grupos dos espaços em que essa responsabilidade é exercida, é uma característica, no entanto, que se estende ao longo de quase toda a história da política, especialmente na história dos estados. Os grupos excluídos do poder sempre se organizaram, no entanto, para recuperar sua capacidade de intervir no seu destino, nas decisões que lhes afetam. A participação cidadã ou comunitária é um discurso que acompanha esse contexto, criando espaços de participação, com maior ou menor amplitude e efetividade, como os conselhos e a realização de ações governamentais em parceria com a sociedade. Os Conselhos são uma prática já antiga no Brasil

Como exemplos tem-se o Conselho Nacional e os Conselhos estaduais de educação, o Conselho Nacional de Saúde, que data de 1937, bem como diversos conselhos na área econômica. Mesmo a ditadura de 64 foi conhecida como conselherista constituindo conselhos que expressavam vínculos entre o Estado e uma tecnocracia representante do grande capital que esse modelo desenvolvimentista privilegiou. A progressiva abertura democrática imposta a ditadura militar construiu uma cultura mais democrática que alastrou-se por toda sociedade, inclusive aos partidos mais sensíveis a essa nova demanda. Vários Conselhos foram abertos a uma participação mais democrática, como o Conselho do Fundo de garantia por tempo de serviço, passando a contar com a participação das centrais sindicais que se organizaram nesta época. Também são parte dessa abertura os Conselhos Nacional da Condição Feminina e uma série experiências participativas promovidas por governos municipais como o de Lages, em Santa Catarina, e estaduais como o de Franco Montoro, em São Paulo, conduzidas por partidos de centro. Esta cultura democrática e participativa se enraíza nas décadas de 70 e 80, quando a ditadura militar é lenta e gradualmente deslegitimada pelos mais diversos atores sociais (CARVALHO, 1998, p. 3).

A busca de novos espaços de participação da sociedade civil consubstanciou, entre outros aspectos, pela definição no texto constitucional de 1988, como vimos, de instrumentos ativadores da publicização das políticas sociais. Estimulou-se, assim, a construção de mecanismos de transferências de parcelas de poder do Estado para a sociedade civil organizada. Nesse contexto, Raichelis (1998) aponta que os conselhos paritários e deliberativos no âmbito das políticas públicas foram a estratégia privilegiada, significando o desenho de uma nova institucionalidade nas ações públicas, que envolvem distintos sujeitos nos âmbitos estatal e societal. A constituição de tais espaços tornou-se possível, também, em virtude das mudanças que se processavam nos movimentos populares que, de costas para o Estado no contexto da ditadura, redefiniram estratégias e práticas a considerar a participação institucional como espaço a ser ocupado pela representação popular.

A década de 80 foi um dos períodos mais ricos da recente história política do Brasil., a universalização de direitos, a descentralização político-administrativos e a gestão democrática, que contempla a participação popular, se apresentam como princípios e diretrizes orientadoras das políticas públicas e, em particular, a política de assistência

social, portanto, do ponto de vista da norma constitucional, uma negativa à tradição das políticas sociais brasileiras, as quais têm se configurado ao longo de nossa história em políticas elitistas, promotoras de privilégios e discriminações. O ordenamento de um sistema de Seguridade Social dirigido a reduzir desigualdades sociais e à valorização do trabalho enquanto componente indispensável aos processos produtivos está relacionado à luta mais geral pela construção de uma sociedade menos excludente e mais justa. Todavia, é de grande importância o esforço da sociedade civil para tornar factível o preceito constitucional que sinaliza com a participação democrática da sociedade no processo de formulação e gestão das políticas públicas (MACIEL, CAMPOS, 1997).

Dessa forma, o canal de participação legalmente constituído para o exercício da gestão democrática das políticas é o Conselho Paritário, devendo organizar-se nas três esferas da federação (União, Estados e Municípios), cuja constituição reivindica a representação de organismos governamentais e de entidades da sociedade civil. Assim, os conselhos se apresentam como espaços privilegiados para o exercício político, e representam, do ponto de vista da lei, uma iniciativa que possibilita, mesmo na esfera restrita, o estabelecimento de novos fóruns de participação e novas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, sendo instâncias de prerrogativas deliberativas e fiscalizadoras. Conforme o artigo 16 da Lei Orgânica, “as instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são os conselhos” (MACIEL, CAMPOS, 1997, p. 149).

É importante ter presente que os conselhos são locus de política e, por isso mesmo, por ser a política sua prerrogativa substantiva, um requisito central deve ser a representatividade da entidade que irá compor do conselho. Não podemos pensar em



construir uma nova política reprisando práticas elitistas ou precariamente democrática, assim,

para a eleição de uma entidade é indispensável a elucidação de algumas questões: que grupos ou camadas sociais estão representadas nesta entidade? a que interesses está vinculada? como esta entidade está organizada? o seu funcionamento propicia o debate democrático e a deliberação representativa? como se desenvolve o processo eletivo de seus representantes e dirigentes? Parece-nos que a inobservância com respeito ao critério da representatividade corrobora para a solidificação de processos representativos e participação elitistas burocráticas. Por mais idônea moralmente, e por menos vocacionados que sejam à lucratividade, esses valores são insuficientes para aferir a vinculação e a representatividade do organismo não-governamental, não o qualifica politicamente. É a existência de fóruns e práticas democráticas que possibilitará o debate acerca das questões afetas às políticas assistenciais das quais o Conselho se ocupará. A inexistência de fóruns e práticas democráticas incorrerá, inevitavelmente, na velha dinâmica da democracia representativa liberal, na qual o delegado (representante da entidade no Conselho) atuará de forma pessoal, subjetiva e arbitrária (MACIEL, CAMPOS, 1997, p. 152).

Cabe aqui, fazer referência a representação da categoria profissional, via conselho profissional, que no caso deste estudo é referente ao CRESS/SC, remetendo a uma dupla participação: participação da categoria profissional no Conselho Profissional, e por conseguinte, no processo representativo; e participação dos representantes da categoria nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito. A definição desses espaços de forma a assegurar a representatividade que se espera, buscando a efetivação de uma participação articulada e propositiva, é fundamental para garantir nesses espaço avanços a participação democrática.

A compreensão dos conselhos paritários como engenhos no processo de democratização da gestão pública implica, assim, uma necessária clareza acerca da natureza destes, bem como das suas potencialidades e limites, a fim de que as práticas aí manifestas não obstruam a percepção de duas fronteiras e horizontes, como também as interfaces como as outras políticas afins (MACIEL, CAMPOS, 1997).



Aqui, considera-se conforme Maciel, Campos (1997, p. 154) apontam, “que os conselhos, não podem ser confundidos com uma confraria de amigos, com um palco de conciliações, como desejam muitos governantes, por outro lado, também não deve ser entendido como fórum da discórdia e da oposição sistemática”.

Vê-se que o processo de construção dos conselhos é extremamente variável e tem relação direta com o nível de organização e organicidade da sociedade civil em cada um dos municípios brasileiros. O jogo de forças, concepções e interesses políticos dos governantes não deixam de ser, também, expressão da própria sociedade (NOGUEIRA, 1997).

O Estado brasileiro ainda não aprendeu a conviver no seu interior com os sujeitos políticos, usuários, trabalhadores organizados e organizações de defesa de direitos em geral, interferindo, propondo, influenciando as ações que são de caráter público. Conforme aponta Marco (1997), parece haver temor da participação ativa, sendo enormes as resistências para viabilizar o funcionamento desses espaços; respeitar seu caráter deliberativo; suas competências; dar transparências às ações do Estado; e prestar informações necessárias ao exercício das competências daquele espaço/instância. O Estado Democrático e Ampliado que queremos necessita de democracia participativa que prescinde de uma nova cultura; cultura esta que se forja a prática política. A participação é um elemento inerente à democracia, a participação, com sua função de pedagogia política, que propicia a mudança da consciência do povo; mudança do modo de ver e agir. Os conselhos e as conferências que hoje se realizam em todo o País constituem-se, portanto, em importantes fóruns de participação de que novas formas de relacionamento entre Estado e Sociedade, podem ser estabelecidas, colocando em xeque a tradição elitista e autoritária de fazer política.

Tem-se que entre a tradicional preocupação com a sobrevivência e a emergente ênfase à política como relacionada aos interesses cotidianos, vai-se firmando, paulatinamente, uma nova cultura política. O resultado desta reação política é uma nova concepção de cidadania e direitos, enunciada numa nova linguagem dos movimentos sociais, estabelecendo um horizonte democrático de maior alcance e contribuindo para repolitizar a esfera social que não pode ser mais classificada de pública ou privada, dada a degradação da esfera pública burguesa (Raichelis, 1997 apud Castro 1998).

Ao representar os interesses múltiplos da sociedade Castro (1998, p. 46) enfatiza que “os atores sociais participam junto com o Estado, de um sistema de mediações políticas, efetivando a democracia e viabilizando uma esfera pública de caráter plural”. E com as exigências crescentes de representação, os atores sociais tendem a exprimir-se mais diretamente no espaço público sem as mediações dos partidos políticos.

Assim, a representação como forma de participação direta encontra expressão nos Conselhos, onde o poder de cada um é delegado ao outro. Arent (1997) apud Castro (1998) ressalta o papel espontâneo do Conselhos, reconhecendo-os como organismos alternativos que fogem aos padrões tradicionais de mediação com partidos, profissionais ou técnicos de política, consistindo assim, em ideais reguladores do funcionamento das democracias modernas.

Os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governos e cidadãos e, principalmente, de construção de um processo de interlocução permanente, assim, por meio desta interlocução objetiva-se propor alternativas de políticas públicas, criar espaços de debate públicos, estabelecer mecanismos de negociação e pactuação. Neste processo a sociedade civil é chamada a modificar-se, a construir alianças em torno de pautas coletivas, a transcender a realização de interesses particularistas e corporativistas, convocada ao exercício de mediações sociais

e políticas para o atendimento de demandas populares. Trata-se portanto, de um movimento que pretende modificar tanto o Estado quanto a sociedade em direção à construção de esferas públicas autônomas e democráticas no campo das decisões políticas (RAICHELIS, 1998).

Portanto,

são espaços que estão sendo construídos pela ação coletiva de inúmeros sujeitos sociais, especialmente no âmbito dos municípios, que buscam a ampliação e o fortalecimento do poder local. Dessa forma, os conselhos representam uma conquista da sociedade civil. No entanto, não se pode imaginar que a participação seja reduzida apenas ao espaço dos conselhos. O exame das experiências em curso revela que os Conselhos não podem ser considerados como únicos condutos da participação política e nem exemplos modelares de uma sociedade civil organizada. Esta é uma das formas que o movimento social conseguiu conquistar, que precisa ser acompanhada e avaliada atentamente, e combinada com outras modalidades de organização e mediação política. O acompanhamento das práticas dos conselhos, nas diferentes políticas sociais e nos vários níveis governamentais, apontam para o risco de burocratização e rotinização de seu funcionamento. A centralização do poder no executivo fragiliza, em muitos casos, a autonomia dos conselhos diante das condições que os governos reúnem para interferir, neutralizar ou mesmo minar suas ações e decisões. São inúmeros os exemplos que revelam essa interferência em todos os níveis, que vai desde a sonegação de informações, principalmente as relativas ao orçamento, até a nomeação dos representantes da sociedade civil sem a mediação de um processo eleitoral democrático, mudanças unilaterais nas regras da eleição, cooptação de conselheiros, presidências impostas, etc. Ao mesmo tempo, é preciso enfrentar com maior determinação o desafio da qualificação dos conselheiros, especialmente da sociedade civil, que precisam incorporar novas competências políticas, culturais, éticas e técnicas, para desempenhar seu papel com seriedade e compromisso social com a coisa pública (RAICHELIS, 1998, p. 67).

Neste aspecto, ganha destaque a participação do assistente social que, como é conhecido, vem sendo uma das categorias com maior presença nos conselhos em suas diferentes áreas. A contribuição dos assistentes sociais para fazer avançar a esfera pública no campo das políticas sociais é incontestável. Mas, impõe-se à profissão e aos profissionais a participação cada vez mais qualificada, tanto do ponto de vista teórico-técnico, como sobretudo ético-político, para atuar nos conselhos e fóruns, em vários níveis,

notadamente no planejamento municipal, onde a força das elites locais se faz mais presente. Para tanto, é fundamental a ação do Serviço Social em dupla direção:

1)impulsionar e ampliar o movimento que se organiza em torno da defesa das políticas sociais, propondo novas estratégias para o enfrentamento das demandas sociais conjunturais, a partir da inserção dos assistentes sociais no aparato institucional onde se desenvolve o trabalho profissional, já que são cada vez mais requisitados a transcender funções executivas para desempenhar papéis de formulação e gestão de políticas e programas sociais (para aprofundamento da abordagem sobre o mercado de trabalho do assistente social e as novas demandas à profissão – cf. Iamamoto, 1998). 2) ao mesmo tempo, colaborar para a sistematização das experiências e para o adensamento da produção teórica no âmbito das políticas sociais, articulados à análise das tendências macrosociais que iluminem estrategicamente os rumos a serem perseguidos. Diante dessa dinâmica sociopolítica, é fundamental estimular a organização de fóruns mais amplos de representação e participação social e política. Integrado por um conjunto de organizações de amplo reconhecimento social, esta instância de articulação da sociedade civil organizada propõe-se a exercer o controle social sobre as ações e decisões governamentais e apresentar propostas alternativas que contribuam para a consolidação da assistência social como política pública universal de ampliação da cidadania. Este é um espaço importante, na perspectiva que vimos analisando, da criação de espaços democráticos que contribuam para fazer avançar a esfera pública no campo das políticas sociais (RAICHELIS, 1998)69)

Distintos dos conselhos, os fóruns configuram-se como espaços não institucionalizados, menos formalizados e ritualizados e, por isso, mais permeáveis à participação popular. Se fortalecidos, podem converter-se em instrumentos dinamizadores e ativadores dos conselhos, com vista a garantir que estes possam ganhar maior representatividade e legitimidade social. Os fóruns podem cumprir importante papel para que os conselhos não se fechem neles mesmos, superem seus próprios limites por meio da criação de mecanismos de escuta e articulação com a sociedade, e, finalmente, para que os próprios conselhos, que são instâncias de controle social, possam ser eles também submetidos aos controle da sociedade civil organizada (RAICHELIS, 1998).

Como observa-se no seu histórico, e conforme aborda Carvalho (1998, p. 9) pode-se dizer talvez, que esta é, de todas, a forma de participação e controle social mais enraizada na reivindicação dos movimentos sociais, especialmente os Conselhos Gestores

das políticas de saúde, criança e adolescente e de assistência social. Além desses, também é relevante a participação social na conquista e na constituição de conselhos gestores de políticas de habilitação, dos direitos da mulher, das pessoas portadoras de deficiência e idosos, além de outras temáticas que ganham relevância nas diferentes regiões. O enraizamento dos conselhos nas lutas populares e democráticas lhes dá uma qualidade especial enquanto uma das formas de participação mais permanente, que resistem às mudanças e aos diferentes graus de abertura dos governos à participação social. Existem conselhos sólidos e democráticos construídos a partir de iniciativas sociais; eles persistem na sua atividade, mesmo sem apoio significativo de governos, conseguindo inclusive pressionar governos contra atitudes privatistas, obter subsídios financeiros, a disponibilidade de funcionários públicos, de imóveis e equipamentos públicos. Estas conquistas não passam de direitos legais mas, especialmente quando se relacionam com governos conservadores, somente são obtidas pela ação de conselheiros muito fortes, articulados e competentes. É claro que os conselhos dependem de uma mínima resposta governamental, sem a participação dos representantes governamentais e um acesso mínimo às informações do governo, eles deixam de ser espaços de negociação e co-gestão, reduzindo-se a espaços de luta social reivindicativa como os demais movimentos sociais. Atualmente podemos destacar o município de São Paulo, como a única – e maior – capital brasileira que não tem um Conselho Municipal de Assistência Social e, conseqüentemente, não tem um Fundo e um Plano de Assistência Social que receba as verbas federais e estaduais e as destine de forma planejada às entidades e programas sociais; da mesma forma o Conselho Municipal de Saúde, eleito na 7.<sup>a</sup> Conferência Municipal de Saúde nunca foi mencionado pelo prefeito municipal, mas continua, as duras penas, a tentar exercer, mesmo que precariamente, o seu papel.



Por outro lado, já existem hoje no Brasil, nos 5 mil municípios, mais conselheiros que vereadores, o que nos dá a dimensão desta forma de participação popular, muito mais acessível aos participantes dos movimentos sociais do que a tradicional representação parlamentar, sendo relevante pontuar que

os conselhos são instâncias de formação de políticas que gozam de um alto conceito de respeitabilidade dos movimentos sociais do que a tradicional representação parlamentar, bem como são instâncias de formação política que gozam de um alto conceito de respeitabilidade espaços transparentes e comprometidos com o interesse público, espaços que tornam a política mais pública, pelo menos aqueles em que há participação de grupos sociais organizados e democráticos. Estudo recente, envolvendo 1422 secretários municipais de saúde, revela mudanças importantes na cultura democrática, que se expressam na expectativas de responsabilização dos governos frente à sociedade. 62,7% destes secretários consideram o Conselho de Saúde a força municipal mais influente na definição das prioridades em saúde; bem acima do Legislativo, de políticos isolados e de outros órgãos municipais. Quando se quer tomar decisões corporativas, clientelistas, baseadas em acordos políticos privados e escusos, trata-se de burlar, esvaziar ou desqualificar os conselhos. São pesados os embates travados em conselhos contra esse tipo de relações, principalmente quando se trata de enfrentar grupos de medicina privada, da construção civil, do transporte coletivo ou as grandes entidades assistenciais. O sucesso desses embates exige, como primeira condição, a transparência, o acesso às informações dos trâmites estatais e do que se passa no governo. Mesmo que não acumule poder para enfrentar as distorções da política, já esta relativa transparência, este conhecimento da máquina e dos caminhos da política, é uma importante conquista democrática da sociedade. A publicização da política, a construção de um sentido de interesse público, tanto nos movimentos - em geral particularistas e corporativos, como nos governantes - com seus vínculos privados elitistas e clientelistas, é uma das mais importantes potencialidades dos Conselhos como democratizadores da política. A Segunda condição para a eficácia dos conselhos é a capacitação técnica das lideranças sociais para a formulação e análise das políticas públicas e sua capacitação política para melhor avaliar os interesses envolvidos e para realizar as alianças eventuais ou estratégicas necessárias para a negociação de prioridades e decisões. Esta dupla necessidade de capacitar-se provoca um salto de qualidade nos movimentos sociais, muito difícil, porquanto majoritariamente constituídos de segmentos sistematicamente excluídos da escola e de todo tipo de acesso a informações, além de tradicionalmente avessos a relações institucionalizadas. O exercício da argumentação, a fundamentação de suas demandas em critérios de racionalidade pública, a explicitação de conflitos, geram uma nova forma de lidar com conflitos, diferenças e antagonismos, que o professor Francisco de Oliveira tem chamado de *conforto propositivo* ou de *antagonismos convergentes*. Nestes espaços, regulados por normas pactuadas pelas partes em conflitos, é preciso buscar denominadores comuns: apesar da existência de interesses antagônicos é preciso buscar acordos que interessem a ambas as partes, mesmo que limitados ou provisórios. Outra potencialidade características

dos conselhos é a capacidade de incorporar os movimentos organizados, fortalecendo, mais que outras formas de participação, o tecido social organizado de forma autônoma. Nascidos da reivindicação dos movimentos, os conselhos têm sido assumidos como espaço prioritário de sua atuação, nos locais onde os movimentos têm maior consistência. Entretanto, apesar de nascidos da reivindicação ou mesmo da iniciativa dos movimentos, é muito nítida a falta de preparo dos mesmos movimentos para ocupar qualificadamente estes espaços, onde é necessária uma maior capacidade técnica e política para a elaboração e a negociação de propostas frente a interlocutores distintos quanto a seus interesses, grau de capacitação técnica e acesso ao poder. A capacitação técnica e política de lideranças sociais para ocupar espaços de proposição e negociação de políticas tem sido assumida pelos próprios conselhos e movimentos, em parceria com ONGs e universidades, e é o grande desafio do movimento atual, provocando a realização de inúmeros cursos, oficinas e seminários de capacitação para conselheiros (CARVALHO, 1998, p.10).

Diante deste panorama, Carvalho (1998) ainda aponta que as assimetrias de saber, de acesso ao poder e às informações colocam os conselheiros que representam a sociedade civil, particularmente os representantes populares, numa grande dependência das informações, dos recursos materiais e da boa vontade do governo. É grande, portanto, “a capacidade dos governos de esvaziá-los, seja tomando decisões por fora dos conselhos, seja desmobilizando-se, retirando-se deste espaço ou indicando para os conselhos funcionários pouco representativos, com grande rotatividade, com pouca capacidade de tomar decisões” (CARVALHO, 1998, p. 10).

Decorre dessa dependência o perigo de vê-los limitados a assuntos periféricos, principalmente face à tendência atual dos governos neoliberais, que recusam terminantemente a vinculação de recursos financeiros a políticas específicas, tendo reduzido drasticamente os recursos orçamentários e os gastos públicos com políticas sociais. Esta política de desobrigar-se do social assenta-se numa postura sistemática de deslegitimação dos espaços de controle social, como o Conselho de Segurança Alimentar e as Conferências de Saúde, de Defesa da Criança, da Assistência Social, impedindo a participação social na definição dos orçamentos dessas áreas. Os conselhos não conseguem, então, apesar de construírem redes com uma boa densidade em todo o país,



deter processos como o privatização da saúde, da educação, da previdência. Esta descontinuidade gera a necessidade de uma melhor avaliação do alcance desses espaços participativos, que possa averiguar até que ponto eles mantêm a participação popular restrita a debates periféricos e entravados pela burocracia estatal enquanto assuntos fundamentais, como o orçamento e as políticas econômicas e industrial, não são debatidas democraticamente (CARVALHO, 1998).

Nesse sentido, merece atenção para a importância de se realizar este estudo junto a proposta de se debater sobre os avanços e desafios para a participação nos espaços de participação democrática, como forma de ampliar as discussões aqui apontadas como de grande relevância rumo a uma participação qualificada nesses espaços.

Ainda, faz-se importante apontar alguns limites à eficácia dos conselhos, afim de se avançar na sua superação

a grande absorção das lideranças de movimentos sociais no aprendizado técnico e político das políticas públicas e dos trâmites burocráticos e políticos de negociação, aprovação e encaminhamento de decisões. Absorvidas pela chamada *luta institucional*, falta tempo às lideranças para informar e mobilizar as bases sociais e seus movimentos, fragilizando-se a capacidade de pressão social que garantiria sua força e sua representatividade nas negociações. Apesar da importância da argumentação e dos critérios de racionalidade pública nos espaços de negociação, é indispensável aos atores que delas participam contar com retaguarda de mobilização que respalde sua legitimidade social. A fragilidade de mobilização social é apontada frequentemente como fator que limita a força dos conselhos. Aponta-se ainda uma grande proliferação de conselhos, uma chamada *febre conselhistas*, que absorve um grande número de lideranças, além de segmentar a participação social, setorizando o encaminhamento de políticas, reduzindo a capacidade da sociedade de ocupá-los todos com qualidade, democratizando-os e tornando-os mais eficazes. Escolher e priorizar os espaços que permitem uma participação mais efetiva pode garantir maior qualidade nessa participação. O aperfeiçoamento dos Conselhos como espaços de gestão participativa deve levar também à superação dessa multiplicação de espaços estanques, criando-se espaços de inter-relação entre eles (CARVALHO, 1998, p.10).

Ampliar a eficiência dos espaços de gestão participativa supõe ainda, aponta Carvalho (1998) romper a burocracia estatal e a manutenção dos *segredos de Estado* que

fazem do saber técnico um *bunker* intransponível de poder e romper a tendência de limitar a participação aos assuntos periféricos, dispersando-a em inúmeros espaços de um *conselhismo* segmentado. Considerada por muitos como coisa do passado, a questão de classe se repõe nos fóruns e conselhos, que são ocupados preferencialmente, ou pelos mais pobres, ou pelos segmentos médios empresariais. A dificuldade de diálogos e negociação numa mesma mesa, envolvendo interesses e pontos de vista muitos distintos e mesmo antagônicos tem-se mostrado um desafio difícil de superar em diversos municípios que promovem espaços e de gestão e decisão compartilhada com a sociedade.

Nesta medida, o controle social deve ser entendido no sentido do acesso aos processos que informam as decisões no âmbito da sociedade política, e da participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das políticas públicas, partindo do pressuposto de que o controle social é exercido sobre e na esfera pública. Entende-se, então, que todos os cidadãos são, a princípio, detentores do poder de controlar, tanto pela apropriação do conhecimento quanto pela participação das decisões e ações públicas (OLIVEIRA, 1999). Como ainda aborda a autora, é no espaço dos conselhos a participação representa uma alternativa concreta de exercício democrático na formulação e execução de políticas públicas, através da parceria entre Estado e Sociedade Civil, e para tanto, é necessário que o Estado se coloque efetivamente a serviço da sociedade civil, e os cidadãos precisam atuar nesses espaços conscientes e seguros para poderem assim propor e viabilizar transformações políticas e culturais.

Assim sendo, dada a importância desses espaços, cabe a seguir a indicação de alguns temas correntes no debate sobre representação e participação democrática, que em função da sua importância merecem ser especificados em bases mais claras.

### 2.2.1.1 Legitimidade, processo decisório e a publicização

Dentro a discussão sobre participação e representação nas sociedades modernas a categoria legitimidade afigura-se como um espaço discursivo político comum da retórica jurídica e política contemporânea. Usada quase que indistintamente por diversos e controversos segmentos teóricos, pretende ser estandarizada a um nível neutro de significados (LEAL, 1997).

Em sua origem, conforme expõe Leal (1997) o adjetivo *legitimus* significa um mandato ou legislatura adequada a uma ordem estabelecida, e o núcleo justificador deste sentido originário descansa no pressuposto de que os valores e normas de tal ordem se encontram fundamentados num princípio de justiça que transcende a arbitrariedade e as vontades particulares, o que equivale a sustentar que esta justificação se relaciona com um interesse ou bem comum público. A expressão legitimidade, no seu sentido ético de critério superior de moralidade acima da realidade factual dos governos e de suas leis positivas, operou, na Idade Média, em contraposição ao tirânico e à tirania. Com o passar do tempo, o termo foi adquirindo uma conotação mais empírica, apesar de não perder o sentido ético, referindo-se de certas condições materiais e históricas como sustentação do poder pela população, democracia representativa. Noções como *vontade geral*, *vontade popular*, *anseios da maioria*, *bem-estar social*, *sociedade justa*, *justiça social*, *desenvolvimento econômico*, etc., apontam fórmulas que pretendem aferir a legitimidade do direito e da política de modo geral.

Com o movimento do positivismo e do neopositivismo, a idéia de legitimidade é igualada à de legalidade, usurpando-lhe qualquer conotação política ou filosófica (LEAL, 1997). Entretanto, “a realidade factual e histórica, impondo-se diante do conservadorismo

social, faz irromper uma relação de enfrentamento e, por vezes, de contestação da legalidade e do próprio poder com a legitimidade, servindo esta como instrumental de crítica aos demandas e arbítrios impostos por uma hegemonia política de classes” (LEAL, 1997, p. 122). Ainda, segundo Leal (1997) somente no século XVIII é que a acepção político-filosófica da legitimidade vai aflorar, tanto no centro dos novos governos revolucionários da Europa e América, como na tradição da representação política que irá fundamentar os movimentos constitucionais. Na mesma oportunidade, a legalidade vai assegurar numa metáfora neutralidade axiológica e universalidade do tecido social instituídos pelo movimento liberal-burguês. Nesse sentido, observa-se também que o positivismo jurídico, em todas as suas formas, trata de despolitizar e neutralizar, por várias vias formais e procedimentais, a temática da legitimidade, estreitando os espaços e o significado da categoria, pois a vincula àquilo que o Estado, através da Lei, define como lícito e ilícito, estando aí os parâmetros do legítimo e ilegítimo. Qualquer outra abordagem sobre o assunto, trata-se de matéria afeta ao campo da filosofia, sociologia e política, e portanto, estranho ao universo de atuação dos operadores do direito. A verdade é que a busca de um critério de demarcação dos significados de legitimação passa necessariamente pela indicação de uma fundamentação/justificação à categoria, o que, sem dúvida, é algo de discricionário, trata-se porém, de discricionariedade pública, que se expõe não só à verificação como ao debate.

De qualquer forma, pode-se perceber a “estreita relação entre legalidade, legitimidade e Poder Político, revelando-se essencial que a ordem legal organize e justifique o exercício do poder objetivando garantir à sociedade um grau maximizado, para a cultura burguesa, de liberdade” (LEAL, 1997, p. 127).

No plano das concepções ideológicas, para grande parte dos cientistas políticos, a legitimidade enquanto parâmetro de justificação do poder político, é a representação de

uma teoria dominante do Poder e sua valoração no que se refere à autoridade, dominação, soberania e obediência. Enquanto isso, para a maioria dos juristas brasileiros, a partir do advento do positivismo jurídico, o problema da legitimidade fora subvertido, pois abre-se o caminho à tese de que apenas o poder efetivo é legítimo; efetivo no sentido de princípio de efetividade do direito (LEAL, 1997).

Segundo Canotillo apud Leal (1997, p. 138), vislumbra duas modalidades de concepção da legitimidade

a) a partir de critérios de competência e procedimentos, a qual se impõe não por critérios de valores de verdade e de justiça, mas por ser originada de um sistema regular e funcionalmente ordenado, partindo da premissa de que todo o ordenamento jurídico estabelece, ele mesmo, em virtude de uma lógica interna, seus critérios de legitimidade; b) a partir do aspecto consenso, associada à idéia de autonomia e de democracia, com fulcro no pressuposto de contrato social, o que permite verificar a coerência ou não entre as normas jurídicas e os princípios ou valores que deveriam estar inseridos no ordenamento. O tema legitimidade, por fim, não pode ser limitado nos estreitos termos da posituação da lei – metaforicamente considerada como síntese dos interesses e demandas sociais – e do seu plano de eficácia, porque isto significa afastar da polêmica os elementos políticos e filosóficos a ele inerentes (pressuposto teórico desta investigação) (LEAL, 1997, p. 138).

Ao realizar a aproximação de legitimidade com a temática da representação Mezzaroba (2000, p. 32) aborda que

a representação de categorias profissionais é um instituto jurídico constitucionalmente protegido no Direito brasileiro, e conforme a Constituição Federal de 1988 em seu art. 5.º, XXI, as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

Nesse contexto, no que se refere ao processo decisório, e sua importância para a legitimação dos espaços democráticos, Sartori (1987) aponta inicialmente algumas classificações. As decisões individuais são tomadas por cada indivíduo isoladamente, independente de sua decisão se referir a si próprio ou ao mundo exterior. As decisões grupais implicam que as decisões são tomadas por um grupo concreto, isto é, indivíduos que interagem face a face e participam de forma significativa na tomada dessas decisões.

As decisões coletivas não são passíveis de uma definição precisa; em geral são consideradas decisões tomadas por *muitos*. Em contraste com as decisões grupais, as decisões coletivas pressupõem um grande organismo que não atua e não pode atuar – devido a seu tamanho – da mesma forma que os grupos concretos. É preciso sublinhar que uma decisão coletiva não deve ser confundida com uma preferência coletiva; a primeira não precisa gerar a segunda, ou seja, um resultado que se expresse de forma significativa a preferência social. Depois temos as decisões coletivizadas. Pode-se dizer que as decisões coletivas e coletivizadas compartilham a propriedade de não serem, em qualquer sentido significativo, decisões individuais. Apesar disso, as decisões coletivizadas são muito diferentes de todas outras formas. Decisões individuais, grupais e coletivas referem-se todas a um sujeito, a quem toma as decisões. As decisões coletivizadas são, ao invés, decisões que se aplicam e são impostas a uma coletividade independentemente de serem tomadas por uma pessoa, por algumas ou pela maioria. O critério de definição não é mais quem toma as decisões, mas seu alcance: seja quem for que tome as decisões, decide por todos.

A noção de decisões coletivizada permite, em primeiro lugar, afirmar que a política consiste em decisões coletivizadas. Note-se que as decisões coletiva e coletivizada correspondem uma à outra apenas quando o universo que toma as decisões coincide com o universo que as recebe. Essa coincidência é de grande importância teórica e pode de fato ocorrer. Mas ocorre cada vez menos, à medida que as unidades políticas consistem, em última instância, em decisões (decisões tomadas) que se encontram fora da competência de cada indivíduo como tal e são tomadas por alguém para outrem. Isso não implica em absoluto que uma decisão coletivizada seja também uma decisão que corresponde ao interesse daqueles aos quais ela se aplica – pode ser e pode igualmente não ser. Quem



decide só decide por todos no sentido de que suas decisões recaem sobre todos (SARTORI, 1987).

Neste cenário, outro conceito relevante é o conceito de publicização que funda-se numa visão ampliada de democracia, tanto do Estado quanto da sociedade civil, e na implementação de novos mecanismos e formas de atuação, dentro e fora do Estado, que dinamizem a participação social para que ela seja cada vez mais representativa da sociedade, especialmente das classes dominadas. Nesse sentido, o local de consolidação da publicização é a esfera pública, entendida como parte integrante do processo de democratização, por meio do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expressa pela inscrição dos interesses das majorias nos processos de decisão política. Inerente a esses momentos, encontra-se o desafio de construir espaços de interlocução entre sujeitos sociais que imprimam níveis crescentes de publicização no âmbito da sociedade política e da sociedade civil, na direção da universalização dos direitos de cidadania. A partir desta perspectiva, o processo de publicização pretende alterar a tendência histórica de subordinação da sociedade civil frente ao Estado, pela via do fortalecimento das formas democráticas de relação entre as esferas estatal e privada. Trata-se de uma dinâmica sociopolítica que envolve a organização e a representação de interesses coletivos na cena pública, que possam ser confrontados e negociados a partir do enfrentamento dos conflitos que regem as relações sociais de classes (RAICHELIS, 1998).

Tendo como referência autores como Habermas (1984), Hannah Arent (1991) e Vera Telles (1990), Raichelis (1998) aponta que a esfera pública constitui um espaço essencialmente político, de aparecimento e visibilidade, aonde tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos. Nesta esfera, os sujeitos sociais estabelecem uma interlocução pública, que não é apenas discursiva mas implica a ação e a deliberação sobre



questões que dizem respeito a um destino comum/coletivo. É nesse sentido que se insere a dimensão propriamente política.

Portanto, posto esse apanhado geral de conceitos que aparecem com frequência ao tratar-se do aparato democrático, bem como realizada neste capítulo a discussão sobre Seguridade Social e políticas sociais, buscou-se o entendimento de como foram estabelecidas as relações entre Estado e Sociedade, na conquista de espaços e uma vez conquistados quais as indicações para que os mesmos sejam ocupados por personagens politicamente comprometidos e engajados para enfrentar os entraves de implementação da democracia participativa.

Deve ser realizada agora, a abordagem da representação no CRESS/SC, nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito, aproximando o debate teórico da experiência vivenciada na prática com a Comissão de Políticas Sociais do CRESS/SC, apontando para a participação democrática dos profissionais de Serviço Social, através do seu conselho profissional.

## CAPÍTULO III – A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

### 3.1 Procedimentos de Pesquisa

Os procedimentos de pesquisa, ou seja, a maneira pela qual se obtêm os dados necessários para a realização de um estudo, de acordo com Andrade (1993) permitem estabelecer a distinção entre pesquisa de campo e pesquisas de fontes, que nesta última, diferem na espécie de documentos que constituem as fontes de pesquisa, podendo ser caracterizados como “pesquisa bibliográfica que utiliza fontes secundárias, ou seja, livros e outros documentos bibliográficos, e pesquisa documental que baseia-se em documentos primários, (...) que ainda não foram utilizados em nenhum estudo ou pesquisa: dados estatísticos, documentos históricos, etc” (ANDRADE, 1993, p. 99), portanto, trata-se aqui de uma pesquisa bibliográfica e documental, na medida que utilizou-se de referencial bibliográfico (livros, artigos, etc) e documentos históricos (jornais, relatórios, atas, etc.), buscando-se realizar o debate teórico e histórico proposto neste estudo.

Trata-se ainda, de uma pesquisa de campo, conforme aponta Andrade (1993, p. 99) “o pesquisador efetua a coleta de dados *em campo*, isto é, diretamente no local da ocorrência dos fenômenos, utilizando-se de técnicas específicas, como a observação direta, os formulários e as entrevistas”.

Por conseguinte, como técnica utilizou-se de observação participante “obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado” (CHIZZOTTI, 1995, p. 90), uma vez que durante o período de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, maio a julho de 2003, e no segundo

semestre de 2003, pode-se vivenciar o processo na prática participando das reuniões da CPS, onde se reúnem os representantes do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região/SC para realizar o debate sobre sua representação nas Comissões, Fóruns e Conselhos de Direito, e também para a coleta de dados utilizou-se de entrevista estruturada, que de acordo com Andrade (1993, p. 118) “consiste em fazer uma série de perguntas a um informante, segundo um roteiro preestabelecido (...) o teor e a ordem das perguntas não devem ser alterados, a fim de que se possam comparar as diferenças entre as respostas” e ainda, “o tipo de entrevista padronizada ou estruturada baseia-se em formulários, elabora-se o formulário que conterá o número e o teor de perguntas de acordo com o material que se pretende coletar” (ANDRADE, 1993, p. 123).

Assim, tendo-se esses pressupostos, num universo de nove representantes (ANEXO G)<sup>6</sup>, foram entrevistadas oito representantes titulares que em 2003 (ANEXO H)<sup>7</sup> estiveram representando o CRESS – 12.<sup>a</sup> Região em Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito. Também realizou-se entrevista estruturada com a atual presidente do CRESS/SC, gestão 2002-2004.

O levantamento documental e bibliográfico, a observação participante e as entrevistas, realizadas nesta pesquisa, buscaram contemplar os objetivos indicados de: levantar a trajetória histórica do Conselho Regional de Serviço Social/SC, identificando como ocorreu a aproximação entre o CRESS/SC e abordagem das políticas sociais, privilegiando o período de 2002 a 2004; apresentar a estrutura organizacional da Comissão de Políticas Sociais do Conselho Regional de Serviço Social/SC; e identificar quais os limites e desafios existentes para a representação do Conselho Regional de Serviço Social/SC nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito.

---

<sup>6</sup> Quadro com as representantes titulares do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região/SC, em maio de 2003.

<sup>7</sup> Roteiro da Entrevista com as Representantes do CRESS/SC.

Cabe ainda, relatar algumas facilidades e dificuldades encontradas no processo, enquanto pesquisadora. No que se refere ao acesso as documentações, para realização do levantamento histórico, teve-se algumas dificuldades, sendo que alguns documentos não foram encontrados, para que se pudesse realizar um recorte histórico mais condizente com a realidade, principalmente jornais de gestões anteriores e relatórios dos Encontros Descentralizados e Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. Quanto as entrevistas, alguns contatos remeteram bastante tempo até sua realização, e também, algumas dificuldades surgiram em função da inexperiência da pesquisadora, que em destaque, lamenta a não realização de uma das entrevistas com as representantes, por um erro na comunicação, que mesmo com vários contatos posteriores não pode ser restabelecido, já que a entrevista estava em licença maternidade, bem como a não realização da entrevista com a presidente das duas últimas gestões anteriores a atual, em função de não ter sido realizado contato com a antecedência necessária.

Como facilidades encontradas, é relevante destacar a disponibilidade de atendimento oferecida pelos funcionários e diretoria do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, que auxiliaram tanto no período de estágio como posteriormente, durante a fase de elaboração da pesquisa. Também como facilidade, pode ser apontada a boa receptividade que tive junto as entrevistadas, representantes e presidente.

Assim, uma vez apresentadas as bases metodológicas desse estudo, a seguir tem-se a recuperação histórica dos Encontro Nacionais do Conjunto CFESS/CRESS, Encontros Descentralizados da Região Sul e das gestões do CRESS/SC<sup>8</sup>, centrado nas diretrizes que esse Conjunto apontou e tem apontado para a atuação frente as políticas sociais.

---

<sup>8</sup> Conforme a disponibilidade dos arquivos do Conselho Regional de Serviço Social – 12.<sup>a</sup> Região.

### **3.2 Recorte histórico dos Encontros CFESS/CRESS e das Gestões do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região: aproximação com a temática das políticas sociais**

Tendo em vista as necessidades impostas pela realidade social, em que estamos inseridos, e, tendo por base a fundamentação de um projeto ético-político-profissional, compreendido pela categoria e pela sociedade, disciplinando e defendendo o profissional de Serviço Social, bem como contribuindo na elaboração do projeto político social em nível Municipal, Estadual e Nacional, considera-se relevante realizar um recorte histórico a cerca de como foi construído o debate frente a abordagem das políticas sociais dentro do Conjunto CFESS/CRESS e especialmente no CRESS-12.<sup>a</sup> Região.

#### **3.2.1 Encontro Nacional CFESS/CRESS e Encontros Descentralizados da Região Sul**

De acordo com os arquivos de documentos encontrados no CRESS/SC-12.<sup>a</sup> Região, relativos aos Encontros Nacionais CFESS/CRESS e Encontros Descentralizados da Região Sul<sup>9</sup> procurou-se uma aproximação com as diretrizes desses Encontros voltadas para a temática das políticas sociais, no que diz respeito as formas de atuação e planejamento das ações, ou seja, buscando-se identificar quais as diretrizes que o Conjunto

---

<sup>9</sup> Os dois referidos encontros ocorrem anualmente, o Encontro Descentralizado antecede e encaminha as propostas para o Encontro Nacional, contando com a participação dos CRESS's da Região Sul, CRESS 10.<sup>a</sup> Região, CRESS 11.<sup>a</sup> Região e CRESS 12.<sup>a</sup> Região. O Encontro Nacional, fórum máximo de deliberações dos Assistentes Sociais, aponta as diretrizes do conjunto

CFESS e CRESS's tem apresentado para a categoria em torno deste debate. Assim, segue a tentativa de sistematização desses dados conforme o explicitado.

Uma abordagem mais ampliada no que se refere a atuação do Conjunto CFESS/CRESS no debate e enfrentamento das políticas sociais pode ser mais evidenciada, a partir do XXIII Encontro CFESS/CRESS, realizado em Brasília, no ano de 1994, com a participação do Conselho Federal de Serviço Social, de representantes dos 22 Conselhos Regionais de Serviço Social e de delegados de base eleitos conforme Regimento Interno do CRESS. O evento teve como um dos objetivos discutir a inserção do Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos, especialmente onde existe maior incidência dessa inserção: assistência, criança e adolescente e saúde. No debate efetuado através de oficinas sobre os três temas teve destaque

Saúde: a instrumentalização da categoria quanto ao conhecimento do SUS; na relação com o usuário, possibilitar a construção de uma cultura democrática no espaço constitucional; fortalecimento da participação da sociedade civil num trabalho conjunto com os Movimentos Sociais e Conselhos populares; implementações das Comissões de Saúde junto aos Regionais; engajamento dos Assistentes Sociais nos Fóruns de capacitação e instrumentalização dos Conselheiros e usuários do SUS; construção de espaços e práticas nas diferentes instâncias de políticas de saúde, no sentido da democratização das relações de saber e poder. Criança e Adolescente: garantir a inserção dos CRESS nas diversas instâncias deliberativas e de discussão, tais como Fóruns e Conselhos; implementar políticas internas nos CRESS que venham a fortalecer a discussão sobre a área da Criança e do Adolescente, buscando instrumentalizar e qualificar a categoria técnica, teórica e politicamente, na direção de efetivar uma prática profissional e participação nos Conselhos e Fóruns; instrumentalizar os profissionais da área no sentido do entendimento sobre a articulação do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) com as diversas políticas sociais de forma a não reforçar a compreensão equivocada sobre a natureza e o funcionamento dos Conselhos de Direito. Assistência Social: investimento na criação dos Conselhos, assegurando princípios fundamentais como paridade, aprovação do Regimento Interno, eleição do presidente, representantes escolhidos em fórum próprio com fiscalização do Ministério Público e autonomia. Estratégias: dos caminhos não excludentes, parceria com o Estado e politização do processo através do estudo sobre a realidade (pobreza, pauperização), elaborando diagnóstico que é condição para elaboração de políticas e mobilização da sociedade civil; socialização das

informações e experiências de cada estado, através do CFESS. (...) (CRESS EM RESGATE, 6, 1994, p. 2)

No encontro seguinte, XXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS realizado em 1995, no Rio de Janeiro, também teve destaque a defesa das políticas públicas e da democracia, no que diz respeito ao papel do Conjunto CFESS/CRESS. Algumas das propostas aprovadas foram: a realização de um seminário sobre Seguridade Social, contemplando as temáticas da saúde, idoso, criança e adolescente, previdência e assistência social; cabendo ao conjunto, implementar a discussão sobre Seguridade Social, articulado com os demais trabalhadores, através da criação de fóruns específicos, seminários e o Encontro Nacional de Seguridade (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 1995).

Nesse sentido, este 24.º Encontro ainda indicou a continuidade do engajamento nas esferas de discussão e deliberações de políticas, como Conselhos Paritários, fóruns, movimentos sociais, e para subsidiar esta articulação que os CRESS's retomassem e potencializassem suas comissões, instrumentalizando-as na direção da garantia da defesa dos direitos sociais (CRESS EM RESGATE SEMPRE, 10, 1995).

O Encontro de 1996, realizado em Fortaleza/CE, XXV Encontro Nacional CFESS/CRESS, no que tange a abordagem referentes as Políticas Públicas, aponta para a inserção do Conjunto de forma a manter a categoria informada acerca de todas as discussões nos Conselhos de Políticas, criando comissões nos CRESS com a participação da base por área de abrangência, e assegurando a representação dos CRESS junto aos Conselhos de Assistência Social, Previdência, Criança e Adolescente, Saúde, Idoso, Educação e demais. Também, destaca a importância que os conselheiros sejam técnicos com atuação na área do respectivo Conselho, e sejam estabelecidas parcerias com os Conselhos de Políticas (no caso daqueles que não tenham representação do CRESS/SC), no sentido de apoiar e subsidiar a efetivação das políticas públicas (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 1996).



Em 1997, tem-se o XXVI Encontro Nacional do conjunto CFESS/CRESS, realizado em Belém-Pará, apresentando como tema central a defesa das políticas públicas, indicando, assim, a grande atenção dada pelo Conjunto à temática das políticas sociais juntos aos Conselhos de Políticas Públicas. Assim sendo, no eixo da Política de Seguridade Social, foram aprovadas algumas propostas, tais como: investimento na capacitação de conselheiros, assistentes sociais, especialmente aqueles que representam a sociedade civil (a cargo do CFESS/CRESS); adoção de estratégias no sentido da melhor qualificação da relação entre os conselhos estaduais, municipais e nacional, bem como entre os demais conselhos setoriais de políticas e de defesa de direitos; defesa e constituição de um fórum de políticas públicas; publicização e divulgação da posição do conjunto CFESS/CRESS. E ainda, para o fortalecimento da área de defesa dos direitos, reconhece que é papel do Serviço Social e do conjunto CFESS/CRESS apoiar: controle social enquanto desafio à sociedade civil – articulação dos Conselhos de Direitos municipais/estaduais/nacional; monitoramento das deliberações dos Conselhos; publicização do ECA; princípios e compromissos; capacitação dos conselheiros da sociedade civil; investimento numa perspectiva propositiva na relação Governo/sociedade civil; etc (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 1997).

Em 1998, o Encontro Nacional foi realizado em Florianópolis/SC, com a organização do CRESS/SC – 12.<sup>a</sup> Região. O relatório de deliberações do XXVII Encontro Nacional CFESS/CRESS apresentou algumas deliberações frente as políticas e novas demandas, tais como: ampliação da participação nos diversos conselhos existentes; criação de comissões de Seguridade Social nos CRESS buscando dar continuidade às políticas setoriais; criação de mecanismos para despertar a consciência sobre a necessidade política dos fóruns; etc (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 1998).

O Relatório do Encontro ainda aponta que O CFESS em 1998 reordenou suas comissões decidindo pela constituição da Comissão de Seguridade Social, como uma experiência bastante interessante, agregadora das preocupações que são comuns as três políticas, e a partir desta vivência, foi proposto que os CRESS's instalem Comissões de Seguridade. Nesse sentido, o documento aponta que o indicativo da época era de que pensar em políticas em conjunto se mostrou estratégico no sentido de fortalecer a luta, somar esforços e caminhar na direção de universalizar o sistema de proteção social. Assim, nessa Comissão as preocupações deveriam confluir para três eixos guia para intervenção enquanto entidades: a continuidade de estratégias de defesa das políticas públicas e dos Direitos Sociais; exercício do controle social de forma mais qualificada tanto pelos próprios Assistentes Sociais quanto pelos segmentos da sociedade civil; investimento na qualificação teórica técnica e política do Serviço Social no âmbito das políticas e defesa do espaço profissional. Apontou igualmente que a concretização destes eixos deveria ocorrer através de ações conjuntas CFESS/CRESS de apoio e subsídios do CFESS ao CRESS e vice versa (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 1998).

Temos aqui, portanto, grande destaque para a discussão das políticas públicas no CFESS e CRESS's, remetendo ao próprio momento político vivenciado pelo Conjunto de instação da nova constituição do país.

Continuando o avanço histórico, o tema geral, do XXVIII Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Mato Grosso do Sul (1999), foi os desafios do projeto ético-político profissional no novo milênio e o protagonismo do conjunto CFESS/CRESS. No encontro a Seguridade Social foi abordada de forma global, com uma visão política articulada, na perspectiva da garantia social, devendo ser pensada a partir de então nos seguintes eixos: gestão, controle social e financiamento. Nesse sentido, o conjunto CFESS/CRESS aponta: para o investimento da representação e participação nos fóruns e

conselhos de políticas públicas e de segmentos, contribuindo, assim, para garantia do Controle Social; fortalecimento dos fóruns; para estratégias que viabilizem o discurso das políticas públicas de forma orgânica no conjunto CFESS/CRESS; para o Incentivo a instrumentalização sistemática dos representantes da sociedade civil nos conselhos de direitos de políticas públicas; para discutir e distribuir tarefas e responsabilidade entre conselheiros efetivos e suplentes, bem como, motivar a base para compor as comissões temáticas; etc. (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 1999)

Nesse sentido, ainda, de acordo com o Informe da Comissão de Seguridade Social do CFESS- Gestão 99/2002 a defesa da democracia e das políticas públicas terá centralidade nas ações do conjunto CFESS/CRESS nos próximos anos implicando no fortalecimento das Comissões de Seguridade; no acompanhamento atento e ágil dessas políticas pelo conjunto CFESS/CRESS; em publicização de posicionamentos e propostas; em rápida e eficaz articulação de parcerias (CFESS, 1999).

Em 2000, foi realizado na cidade de Curitiba o Encontro Descentralizado da Região Sul, tendo como objetivo preparar a delegação dos CRESS's da região sul para construção de encaminhamento e proposições comuns para discussão e deliberações no XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS a realizar-se em Maceió-Al. A pauta foi construída, previamente, em conjunto com os CRESS's e representantes do CFESS da região sul, conforme orientações apresentadas pelo CFESS. No âmbito da Seguridade Social, apoiado nos eixos de gestão, controle social e financiamento, os encaminhamentos foram

intensificar a socialização, capacitação e organização da categoria em prol da valorização profissional; fortalecer a luta da categoria pela gestão plena das políticas públicas; estimular a participação dos profissionais em posição estratégica na gestão das Políticas Públicas; instrumentalizar as práticas dos conselheiros para reconstruir hegemonicamente a concepção de controle social e representação; aprofundar e criar instrumentos facilitadores da interface entre as políticas públicas; ampliar as relações de parceria entre os CRESS e entidades para a formação de conselheiros formentando o processo de capacitação; construir uma nova cultura sobre o exercício do poder político nas instâncias de representação política; discutir a natureza diversificada dos conselhos de políticas públicas,

identificando a interface de forma articulada; fortalecimento dos fóruns de políticas públicas; realizar encontros de capacitação para os representantes dos CRESS nos conselhos de políticas públicas e fóruns para aprofundamento dos aspectos orçamentários e financeiros destas políticas a exemplo das experiências ocorridas no CRESS/RS. (ENCONTRO DESCENTRALIZADO DA REGIÃO SUL, 2000, p.5)

Para tanto, o plano de ação esteve baseado: na defesa das políticas públicas através da concepção de comprometimento com o Projeto ético-político da profissão com ações voltadas para a promoção de eventos destinados à capacitação e engajamento da categoria nos espaços das políticas públicas em defesa dos direitos sociais e pleno exercício da cidadania; na divulgação permanente das legislações sociais e da profissão que subsidie o exercício profissional; na inserção da representatividade da categoria dos assistentes sociais no Conselhos de políticas públicas; em explicitar e lutar pela consolidação da democracia e a efetivação dos direitos sociais na defesa do projeto ético-político da profissão, desta forma contribuindo com a valorização do assistente social e publicização da profissão; na inserção nas instâncias deliberativas e de controle social das políticas-públicas e segmentos; promover uma capacitação aos Assistentes Sociais, oferecendo subsídios para atuação nos espaços de defesa dos direitos das políticas-públicas; em implementar uma campanha ampla e maciça do projeto ético-político, junto aos Assistentes Sociais (ENCONTRO DESCENTRALIZADO DA REGIÃO SUL, 2000).

Com esses indicativos, conforme a proposta de organização desses encontros (Descentralizados/CFESS-CRESS), o XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizando em Maceió/AL (2000) no âmbito da Seguridade Social, conforme os eixos, apontou as seguintes ações

Gestão: fortalecer a luta plena pela gestão plena das políticas públicas; apoio à inserção profissional qualificada do (a) Assistente Social na gestão das políticas públicas; construir canais de informações permanentes para a categoria; efetivar a capacitação em gestão das políticas setoriais. Controle Social: discutir a natureza diversificada dos Conselhos de Políticas Públicas, identificando a interface de forma articulada; fortalecer os Fóruns de Políticas Públicas, Conferências, Conselhos; aprofundar e criar instrumentos facilitadores da interface

entre as políticas públicas; estimular a articulação de todos os conselhos, buscando uma maior integração faz questões das políticas públicas; criar instâncias, nos CRESS, que reúnam Assistentes Sociais que fazem sua representação nos Conselhos de Direito e de Políticas Públicas, que garantam uma perspectiva de integração das diversas áreas das políticas sociais, construindo uma agenda de discussão e encaminhamentos inter-conselhos para a categoria profissional; garantir a eleição democrática da presidência dos Conselhos, que se realize entre os pares mantendo uma alternância do poder; instrumentalizar as práticas dos conselheiros que atuam nas instâncias de participação popular das políticas públicas, para reconstruir a concepção de controle social e representação, contribuindo para uma cultura hegemônica sobre o exercício do poder popular; estabelecer elementos estratégicos que imprimam uma ação que avance na representação propositiva; ampliar as relações de parceria entre os CRESS e entidades para formação de conselheiros (as) fomentando o processo de capacitação na utilização dos aparatos jurídicos legais; realizar assembléias para aproximar de forma orgânica os Conselhos de Representação e as bases populares; propor maior função de controle social pelo conjunto CFESS/CRESS, no financiamento das políticas sociais; investir na capacitação técnico-política continuada dos representantes do CRESS com assento nos Conselhos de Políticas Públicas e nas diversas instâncias de defesa dessas políticas, levando essa capacitação para os municípios do interior; promover relações orgânicas entre os CRESS e outros conselhos de categoria na esfera das políticas públicas; publicizar para a sociedade a existência de instâncias de controle social dando visibilidade às suas deliberações; destacar o papel dos CRESS como articuladores e promotores e discussões de discussões com a sociedade civil e com os seus representantes nos Conselhos; definir e adotar estratégias políticas que possibilitem a participação dos (as) conselheiros (as) nas instâncias de controle social de forma comprometida com o Projeto de defesa das políticas públicas. Particularmente, a respeito desse ponto propõe-se: que os representantes do CRESS junto aos Conselhos não ocupem cargo de confiança na fonte empregadora; a inserção dos (as) Assistentes Sociais integrantes de fóruns e conselhos na comissão de seguridade/políticas públicas dos CRESS. Financiamento: lutar pelo financiamento da defesa da seguridade social; realizar encontros de capacitação sobre o orçamento público, troca de experiências e informação sobre fontes e formas de financiamento da Seguridade Social para intervenção qualificada de representantes dos CRESS nos Conselhos de políticas públicas e fóruns, estabelecendo, ainda, estratégias de mobilização em conjunto com outras organizações e articulação com outras profissões; Defesa das políticas públicas e da democracia, afirmando a Seguridade Social pública, universal e de qualidade com dotação orçamentária e controle social; Defesa das políticas públicas: articulação de eventos destinados à capacitação e engajamento da categoria nos espaços das políticas em defesa dos direitos sociais de cidadania; inserção nas instâncias deliberativas e de controle social das políticas públicas e segmentos; promover capacitação dos Assistentes Sociais, oferecendo subsídios para atuação nos espaços de defesa dos direitos das políticas públicas; intensificar a participação nos Conselhos e Fóruns; Fóruns permanentes de Assistentes Sociais, enquanto conselheiros (as) que representam o CRESS nos Conselhos de direitos e de políticas públicas; inserir as bases nas Comissões de Trabalho nos CRESS; monitoramento da participação do CRESS nos Conselhos; Organização de informações sobre as atividades



desenvolvidas nos Conselhos e Fóruns de Políticas Públicas como forma de monitoramento da participação das representações do CRESS; etc (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 2000, p. 13-18).

Observa-se, portanto, que a indicação dessas ações apontam para propostas no campo das políticas públicas e da representação da categoria profissional que significaram o fortalecimento da concepção de Seguridade Social e da determinação do Conjunto CFESS/CRESS em atuar frente a essas demandas de forma articulada em busca de subsídios para atuação nos espaços em defesa das políticas públicas e expressando as bases ético-políticas da profissão.

O Relatório de Deliberações do XXX ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, realizado em Belo Horizonte, em 2001, também aponta para a atuação frente a Seguridade Social no eixo do Controle Social

Manutenção da agenda e garantia da presença qualificada da categoria nos espaços de discussão e exercício do controle social, incluindo conferências e os diversos conselhos; Defender a realização das conferências como espaço propositivo e deliberativo; Garantir a presença dos CRESS, nas conferências; A inserção do Conjunto nas conferências das Políticas de Seguridade Social, participando da organização e acompanhamento, proferindo palestras, articulando a capacitação dos Assistentes Sociais; Acompanhamento quanto ao cumprimento das deliberações das conferências, recorrendo ao Ministério Público, se necessário. Incluir esta preocupação nas capacitações e conferências; Criação de indicadores sociais capazes de possibilitar a aferição de resultados e favorecer o controle social a fim de subsidiar as agendas sociais; Criação de mecanismo de controle das ações do 3º setor, subordinando-as às políticas Municipais, Estaduais e Federais de Assistência Social, a partir da ação dos respectivos Conselhos; Investimento na efetivação do controle social da Previdência Social, defendendo seu caráter paritário e deliberativo; Fortalecimento da luta pela defesa do espaço do Serviço Social na Previdência Social; Estabelecimento de Fórum de conselhos, (Federais e Regionais), das diversas categorias Profissionais que lidam com as questões sociais; Envolvimento da categoria na discussão da Seguridade Social pública como rede de proteção, tendo em vista a formação de quadros para ocupação dos espaços de controle social; Fortalecimento e/ou implantação da comissão de seguridade Social nos Regionais com participação, como membro nato, dos representantes do CRESS nos espaços de controle social; Reafirmação do compromisso do Conjunto com a rearticulação dos fóruns de defesa das políticas públicas; Mapeamento das Conferências Municipais e Estaduais de Assistência Sociais, da Criança e Adolescente e de Saúde, tendo em vista a elaboração de um quadro/panorama nacional, que subsidie a nossa



representação nas Conferências Nacionais; Articulações no sentido de garantir que os representantes dos Regionais nos Conselhos de Saúde sejam incluídos nos 70% dos conselheiros que serão capacitados, garantindo o critério da paridade na indicação; Aprofundamento da discussão sobre as implicações da natureza jurídica dos conselhos de classe, para o pleito deles, nos espaços de representação em conselhos de defesa de políticas públicas; Discussão de alternativas para ampliar a participação da categoria nas comissões temática dos Regionais; Criação de estratégias de fortalecimento da sociedade civil junto aos Conselhos de Políticas Públicas; Estudo sobre a criação de um Fórum Nacional de Políticas Sociais Públicas; Articulação com as unidades de ensino para representação nos conselhos de política pública, bem como para estabelecimento de parcerias para a realização de cursos de capacitação em financiamento das políticas (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS, 2001, p. 24-39).

No Encontro Descentralizado da Região Sul (2002), objetivando uma discussão prévia do que seria debatido no XXXI Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. Com relação a questão da Seguridade Social, cada região publicizou o que estava sendo realizado nos respectivos CRESS's

O CRESS Paraná informou que é necessário e emergencial, a participação dos CRESS's nas representações dos Conselhos de políticas públicas, certamente com um perfil e proposta de representar a população, caracterizando-se como articulador deste processo. Outra proposta foi necessidade de criarmos parcerias com o Ministério Público, capacitar os representantes dos CRESS que estão nos Conselhos de Direitos, como também os demais assistentes sociais que representam outras instituições. Rio Grande do Sul – discutiu o real papel dos Conselhos nestes espaços e que tipo de representação estamos fazendo, enquanto categoria profissional, junto aos usuários destas políticas. Reflete que não ampliamos as discussões na área e que precisamos avançar, exemplificando com a problemática da Previdência Social. Santa Catarina – a presidente Valéria Cabral Carvalho explana que na gestão anterior havia uma Comissão de Seguridade Social e subcomissões, nas áreas do idoso, assistência social, saúde, e que no início desta estratégia funcionou, porém num dado momento este processo foi esvaziando-se. Atualmente o CRESS 12.<sup>a</sup> Região possuem duas questões centrais: a proposta de criarmos uma Comissão de Políticas Sociais, afim de abranger todas as áreas e quiçá operacionalizar as discussões com uma visão mais ampla do direito, vislumbrados em cada política; e de outro lado, mapear que tipo de representação estamos fazendo nos espaços dos Conselhos de Direito e políticas públicas. Para isso, será realizado uma reunião, objetivando coletar mais informações e edificarmos novas propostas de atuação. Arelada a esta problemática também tem-se a questão das representações nos diferentes núcleos de SC, onde também será feito um estudo, afim de termos um perfil da categoria no Estado. Propostas: intercâmbio entre os CRESS: organização política da categoria, Seguridade Social e Divulgação e Imprensa: realizar seminários de capacitação dos representantes da sociedade civil em

conselhos de políticas públicas; criar mecanismos de articulação de representantes da sociedade civil em Conselhos de Políticas Públicas com os Conselhos Regionais de Serviço Social; Construir instrumentos para mapear a representação de Assistentes Sociais em Conselhos de Políticas Públicas e mecanismos de aproximação dos profissionais na apreensão do Projeto Ético Político; Construir mecanismos de ampliação da inserção de Assistentes Sociais em novos espaços sócio-ocupacionais no âmbito das políticas públicas; que o conjunto CFESS/CRESS realize um estudo aprofundado das propostas da seguridade, deliberada no último encontro do conjunto, na perspectiva de construir estratégias unificadas para sua operacionalização (ENCONTRO DESCENTRALIZADO DA REGIÃO SUL, 2002, p.18-19).

Portanto, através da citação acima, observa-se na explanação da então presidente, Valéria Cabral Carvalho, o apontamento de ações e diretrizes do CRESS/SC frente as políticas públicas e a representação da categoria profissional, neste período.

Posteriormente, realizado em Brasília/DF no ano de 2002, as deliberações do 31.º ENCONTRO CFESS CRESS, a Seguridade Social foi objeto de apurada análise, na medida de que as discussões estiveram pautadas em como o perfil do Conjunto pode auxiliar no fortalecimento de estratégias de implementação da Seguridade Social, defendendo enfaticamente o conceito de Seguridade Social indicado pelo Conjunto CFESS/CRESS, englobando o conjunto das políticas que assegurem a proteção social dos indivíduo. Assim, no âmbito do Controle Social, as deliberações do 31.º ENCONTRO CFESS/CRESS, apontaram para: criar mecanismos de articulação de representantes da sociedade civil em Conselhos de Políticas Públicas com os Conselhos Regionais de Serviço Social e fóruns; realizar seminários de capacitação dos representantes dos CRESS's e assistentes sociais que integram as políticas públicas; fortalecer as parcerias com entidades de defesa dos interesses populares, com os movimentos sociais e com o Ministério Público; construir instrumentos para mapear a representação de Assistentes Sociais em Conselhos de Políticas Públicas e mecanismos de aproximação dos profissionais na apreensão do Projeto Ético Político; reunião periódica com as representações dos CRESS's nos conselhos e fóruns; organizar uma listagem nacional com

nomes e contatos das representações dos CRESS's e CFESS nos conselhos e fóruns de políticas públicas para ser socializada entre os conselheiros e facilitar a articulação; dar visibilidade às ações de defesa da política de Seguridade Social; efetivar a sistematização da participação das representações (via relatórios) e socializá-la nas plenárias das comissões e/ou plenos. Financiamento – pautar no conjunto CFESS/CRESS discussões sobre orçamento participativo: como democracia direta ou como representativa? O que queremos (natureza)? Relações entre decisões dos orçamentos participativos com colegiados de políticas públicas; incluir na pauta de formação do CFESS a capacitação da (o) Assistente Social em orçamento público, tendo em vista seu controle social (ENCONTRO CFESS/CRESS, 2002).

O último Encontro Descentralizado da Região Sul, realizado em Curitiba, em 2003 apresentou um quadro, no âmbito da Seguridade Social (relatório de síntese das discussões em grupo), com as ameaças, estratégias e responsabilidades apontadas, como segue

1) Ameaças: tendência à focalização e fragmentação de políticas sociais e da seguridade social; Estratégias: propor definições claras de atribuições e ações das instâncias do Sistema Descentralizado e Participativo, garantindo a transversalidade da Seguridade Social, com ampliação de receitas e repasses com estabelecimento de critérios de partilha via fundos. Responsabilidades: Comissão de Seguridade Social CRESS e CFESS; 2) Ameaças: fragilidade das intervenções do Assistente Social sobre a Seguridade Social. Estratégias: Elaboração de documento que fundamente as intervenções dos Assistentes Sociais nas Conferências Municipais de Saúde, AS e Criança e Adolescente. Responsabilidade CRESS da Região Sul; reforçar a construção de uma ação nacional sobre o tema saúde e serviço social Responsabilidade: CFESS/CRESS. 3) Ameaças: Discussão fragmentada das políticas públicas nas Comissões dos CRESS. Estratégias: estruturar nos Regionais, a Comissão de Seguridade Social discutindo os eixos de gestão, controle e financiamento. Responsabilidade CRESS's. 4) Ameaças: precarização das estruturas institucionais nos três níveis. Estratégias: mobilizar as Secretarias para ampliar a inserção de Assistentes Sociais e outros profissionais para apoio técnico – político nas Unidades regionalizadas e nos municípios e articulação com a sociedade civil organizada e com os Conselhos de políticas públicas. Responsabilidade: conjunto CFESS, CRESS, cada CRESS levar para suas instâncias de representações nos Conselhos. Estratégias: encaminhar proposta (projeto de lei) de regulamentação da obrigatoriedade de Assistentes Sociais nas instâncias executoras das políticas públicas. Responsabilidade: CFESS/CRESS. Efetivação da política nacional de fiscalização / operacionalização da

ação fiscalizadora. Eixo IV – defesa das políticas públicas (contempla todas as comissões). Atividade/ação: mapeamento das representações de conselhos de direito. Metodologia: contatos institucionais, contatos com representantes dos núcleos, atendimento das solicitações dos Conselhos para, sensibilização da categoria para participação – Comissão Seguridade interface/capacitação; Atividade: Participação em fóruns e espaços de discussão referente a Direitos Sociais. Metodologia: comparecimento e apoio: fórum permanente de políticas públicas, congresso da cidade, representação nos Conselhos de Direito, Conferencias Municipais e Estaduais - Comissão Seguridade Social, interface/gestão (ENCONTRO DESCENTRALIZADO DA REGIÃO SUL, 2003, p. 4-5).

Assim, as Deliberações do 32.º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Salvador em 2003, último encontro realizado pelo Conjunto até então, teve como destaque na Seguridade social: estabelecer critérios de indicação das representações do conjunto nos espaços de controle social; mapear a representação do conjunto e criar mecanismos de articulação dos representantes dos CRESS nos Conselhos e Fóruns de políticas públicas; elaborar instrumentais para monitorar o acompanhamento das representações nas diversas instâncias (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS SALVADOR, 2003).

Dessa forma, fazendo-se necessário criar mecanismos de socialização das informações, para propiciar articulação das representações dos conselheiros do CRESS e CFESS nos espaços dos Conselhos e Fóruns, fortalecendo os Fóruns de políticas públicas como espaços de fortalecimento da sociedade civil, no âmbito estadual, inclusive promovendo momentos de integração entre os diversos conselhos, e avaliando a participação dos CRESS nos Conselhos de políticas públicas e de defesa dos direitos, articulando-a com as comissões temáticas do conjunto; garantindo a abertura de discussão sobre a legitimidade dos Conselhos de Fiscalização Profissional na representação dos trabalhadores; desenvolver ações com os movimentos populares e conselhos de políticas no sentido de defender a garantia de orçamento próprio para execução das políticas públicas, nas três esferas de governo; contribuindo no processo de capacitação dos conselheiros da sociedade civil para o exercício do controle social; defendendo a presença

do profissional de Serviço Social no planejamento e execução dos programas e projetos de Políticas Sociais Públicas; criando e/ou fortalecendo as comissões de segurança social/políticas sociais públicas nos CRESS; utilizando as reuniões das Comissões de Segurança e do pleno como espaço de mobilização e qualificação da participação nos Conselhos de Direito e Fóruns, buscando inclusive a colaboração de profissionais que sejam referência em temáticas específicas; mantendo periodicidade das reuniões; realizando eventos que oportunizem a capacitação de profissionais que representam a categoria nos conselhos paritários, bem como daqueles que representam o conjunto CFESS/CRESS, na perspectiva de qualificar suas intervenções, sugere-se ainda parcerias com Unidades de Ensino e outras entidades que atuam em espaços de defesa das políticas públicas (ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS SALVADOR, 2003).

Portanto, o Conjunto da categoria de Assistentes Sociais do país, representado pelos Assistentes Sociais de base, diretoria dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal, reunindo-se em Salvador para deliberar sobre questões técnicas, administrativas, financeiras e políticas que permeiarão o cotidiano do processo de trabalho do assistente social, tendo ficado cada vez mais afirmado “o compromisso da categoria com uma sociedade mais justa e igualitária, na participação em Fóruns, Conselhos de Direitos e Paritários e movimentos sociais na perspectiva de romper com a passividade em que se encontra a sociedade civil “ (JORNAL DO CRESS - 12.<sup>a</sup>, set. 2003, p.4).

Dessa forma, frente a esta exposição da trajetória do que foi construído pela categoria através do Conjunto CFESS/CRESS na articulação e visibilidade das ações destinadas a defesa das políticas públicas e inserção do profissional de Serviço Social nestes debates, pode-se observar uma crescente ampliação de espaços relativo a atuação dos CRESS's e CFESS sobre a Segurança Social e por conseguinte as políticas sociais, significando um grande destaque do Conjunto as discussões políticas da atualidade e



propondo-se o fortalecendo da relevância da abordagem do tema, para que entendamos como tem sido construída pela profissão suas base de lutas e através da organização dos trabalhadores atuando nos rumos do país.

Cabe assim, dentro dos objetivos propostos por este trabalho, identificar como essas deliberações tem ocorrido na prática, tendo-se como objeto de estudo o exemplo vivenciado no CRESS/SC 12.<sup>a</sup> Região, apontando os avanços e desafios que podem ser visualizados observando-se como a busca pela implantação dessas diretrizes.

### **3.2.2 Resgate histórico das Gestões do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região**

Dando prosseguimento, neste item cabe destacar o resgate histórico das gestões do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região apontando para como essas gestões foram incorporando as diretrizes do Conjunto CFESS/CRESS de atuação frente as políticas sociais, e realizando a aproximação com as diretrizes que foram sendo traçadas pela organização do Serviço Social em Santa Catarina .

O Conselho Regional de Serviço Social em Santa Catarina vem se consolidando através de uma longa trajetória que exigiu que seus dirigentes e colaboradores, empreendessem cotidianamente iniciativas no sentido de transformar possibilidades em efetividades, focando a dimensão política da profissão e respeitando os critérios definidos pela legislação, deflagrando-se assim o processo de construção do Conselho.

Inicialmente, observa-se que o então CRAS – 12.<sup>a</sup> Região, através de seus primeiros boletins informativos, apontava, como o momento de criação remetia, para a aproximação e participação da categoria junto ao Conselho



Como Assistentes Sociais devemos participar de nossas Entidades de Classe ou seja Associação Profissional de Assistentes Sociais e Conselhos Regional de Assistentes Sociais, independentemente de quem a dirige. Termos um Conselho Regional de Assistentes Sociais, 12.<sup>a</sup> Região, foi sem dúvida uma grande conquista para Santa Catarina. Somos alheios ao processo de participação. Como é difícil reunir nossa classe, até mesmo para discutir nossas reivindicações. (...) Devemos nos convencer de que sem a participação, muito pouco vamos conseguir para nossa profissão (BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 005, 1983, p. 2).

Nesse sentido, a atuação inicial do CRAS/SC, conforme a sua primeira presidente eleita Elisa Faustino da Silva, foi no sentido de organizar aos setores de Secretaria, Contabilidade, Fiscal, os trabalhos a serem desenvolvidos pelas Comissões de Inscrição e de Fiscalização, a fim de proporcionar um entrosado controle, cujo planejamento e execução viessem traduzir melhorias para nossos profissionais, quer na agilização dos serviços burocráticos, na defesa dos interesses da classe, na troca de informações técnicas e científicas (BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 005, 1983).

No que se refere ao planejamento, ainda nesse período da primeira gestão,

procurou-se dentro do possível dar condições de funcionamento do CRAS, visto ser da maior importância, primeiramente a realização de um trabalho de base e de fixação de rotinas de serviços, para após então, poder esquematizar o trabalho a ser desenvolvido na esfera das reivindicações, afirmação de direitos, etc (BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 006, 1983, p.1) .

A partir de 1984, no primeiro ano da 2.<sup>a</sup> gestão (1984-1987), a plataforma de ações da diretoria esteve pautada

na vigilância quanto a criação de Escolas de Serviço Social a nível médio ou superior; dar continuidade à organização, exercendo a fiscalização do exercício profissional; interiorização e descentralização do CRAS, através de Encontros Regionais, contatos técnicos-administrativos e estudos com vistas a implantação de Delegacias Seccionais, bem como constituição de grupos representativos e de apoio na Capital e no Interior do Estado de Santa Catarina; promoção de maior integração dos profissionais, visando aperfeiçoamento técnico-científico e conjugação de esforços na luta por objetivos comuns; promoção de integração com profissionais de outras áreas para um maior envolvimento nas questões sociais; atuação integrada com a APASSC; Articulação com órgãos públicos e participação em eventos que, de alguma forma, possam

contribuir para a divulgação e valorização do Serviço Social, e onde o Serviço Social possa prestar a sua contribuição; acompanhamento e divulgação de Leis de interesse do profissional de Serviço Social; agilização no processo no processo administrativo quanto à inscrição de novos profissionais, publicação de deliberações, horários e sistemática de atendimento ao público, prestação de contas e outros (BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 011, 984, p.1).

De acordo com sua presidente, Maria Givanete Claudino, na sua gestão a proposta de ação esteve fundada em 3 compromissos básicos: “fiscalização do exercício profissional, salvaguardando o direito de exercermos a profissão; continuidade na organização do Conselho, e interiorização, dando maior atenção aos colegas residentes fora da capital” (BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 009, 1984, p.3).

Após esse período, teve-se até 1990 a 3.<sup>a</sup> gestão que lançou como informativo seu *Folhetim de lutas – PASCRAS* como uma divulgação democrática de órgãos representativos da categoria, através da presidente Jucília Vieira de Castro, continuando a atuação frente a questão da fiscalização, e chamando a categoria a participar nas discussões da profissão como a nova regulamentação do exercício da profissão. A Gestão CRAS 90/93, por sua vez, surge também com um novo canal informativo *CRESS em Resgate*, tendo-se como presidente a Assistente Social Marília Celina Felício Fragoso, que apontava para um período de dificuldades financeiras no Conselho (CRESS EM RESGATE, , 4, 1993).

A partir da 5.<sup>a</sup> gestão (1993/1996), com a Assistente Social Eldy Marize Pereira Lima de Oliveira na presidência (em memória), que observa-se um destaque e aproximação mais efetiva com o debate das políticas sociais, abrindo espaço para a Política de Assistência Social, através da criação da Comissão de Assistência Social como encaminhamento do Seminário *A Política de Assistência Social e o profissional de Serviço Social* constituindo formalmente a Comissão Estadual de Assistência Social do CRESS/SC (CRESS em Resgate, 1993), cabendo lembrar que em 1993, tem-se a aprovação da Lei

Orgânica de Assistência Social, sendo evidenciado nos debates suscitados o compromisso da categoria no processo de criação da Lei, sua aprovação e posteriormente na sua implementação.

Nesse sentido, constatou-se a existência de uma aproximação com o debate da organização Nacional, através dos debates do XXIII Encontro Nacional CFESS/CRESS

No mês de setembro último, cinco profissionais de Santa Catarina uniram-se às preocupações de mais de cem companheiros dos outros estados para além de debruçar-se sobre as questões administrativas e estruturais dos Conselhos Regionais, refletir sobre a inserção do conjunto das entidades nacionais da categoria nos Conselhos de Políticas Públicas e de Direitos. A questão da Criança e do Adolescente, da Saúde e da Assistência Social foram amplamente debatidas, chegando-se a encaminhamentos importantes assumidos pelos delegados presentes.” O CRESS 12.<sup>a</sup> Região, em 1994, está também chamando a categoria para discutir a inserção dos Assistentes Sociais nestas políticas públicas; em abril realizou o Encontro Estadual preparatório ao Encontro Nacional de Saúde ocorrido em São Paulo; no mês de maio realizou um seminário sobre a área da Assistência Social cujas deliberações vêm sendo encaminhadas. A próxima etapa, no mês de novembro do corrente ano, será a da realização do Encontro Estadual de Assistentes Sociais, cuja temática será Criança e Adolescente. As três políticas públicas elencadas, constituem campo de trabalho da maioria dos Assistentes Sociais. O testemunho dos companheiros e a visão que temos da realidade catarinense, apontam para a necessidade de reformas estruturais, para que estas políticas públicas ofereçam melhores serviços à população usuária, alterando as condições de sobrevivência dos brasileiros. (...) (CRESS EM RESGATE SEMPRE, 6, 1994, p. 1).

Nessa perspectiva, a 6.º gestão (1996-1999), na figura da presidente Edi Mota de Oliveira, ao assumir a direção do CRESS 12.<sup>a</sup> Região, apontou como plataforma de compromissos

engajamento na luta pela implantação das políticas públicas e dos direitos sociais no cotidiano da prática político-profissional; participação na luta dos trabalhadores em defesa dos direitos sociais e cidadania; participação com a sociedade civil no controle social das políticas públicas; participação nos Conselhos de Direitos e na definição das políticas públicas com as demais categorias profissionais e sociedade civil (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, nov./dez 1996, p. 1).

No segundo ano da gestão, a então presidente do CRESS/SC continua a indicar que “o CRESS mostrou a sua cara em 1997 participando ativamente dos Conselhos de Direitos e fóruns afins, lutamos pela abertura e implementação das Comissões de trabalho nas áreas: Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso” (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, dez. 1997, p. 1). E, ainda, a 1.<sup>a</sup> Secretária dessa gestão, AS Valéria Cabral Carvalho, apontava como ação em 1998, participação como representantes dos trabalhadores do setor, em conselhos de políticas públicas, como: “Conselho Estadual do Idoso; Conselho Estadual da Assistência Social; Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, entre outros, nos municípios, sendo os representantes eleitos nos grupos de profissionais da região e referendados pelo CRESS” (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, dez. 1998, p.7).

Na 7.<sup>a</sup> Gestão (1999/2002), também teve como presidente Edi Mota de Oliveira, observa-se o fortalecimento do formato de Comissões conforme os eixos da Seguridade Social, apontando para a atuação de representantes do CRESS/SC nos Conselhos de Direitos e Políticas Públicas, como exemplo dessa organização, tem-se os indicativos da Comissão de Saúde

CRESS ocupa vaga titular no Conselho Estadual da Área da Saúde: O Conselho Estadual de Saúde de SC, está realizando eleições para a sua nova composição e no segmento – Conselhos Regionais da Área de Saúde. A eleição ocorreu no dia 19 de abril. Participou pelo CRESS a assistente social Luiza Maria Lorenzini Gerber e estavam presentes representantes do Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Nutrição, Conselho Regional de Odontologia, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Farmácia e Bioquímica, e Conselho Regional de Medicina. Os Conselhos têm, de acordo com a lei, duas vagas como titulares, (lei estadual n.º 1.982, de 15/12/98, parágrafo 1.º art.2.º). Como está prevista a alternância dos Conselhos na titularidade, a representação dos Conselhos de Profissionais de Saúde ficou estabelecida por ano: ano 1999: titulares – CRESS, Conselho Regional de Enfermagem, suplentes – Conselho Regional de Odontologia, Conselho Regional de Psicologia; ano 2000: titulares – Conselho Regional de Psicologia, Conselho Regional de Farmácia e Bioquímica, suplentes – Conselho Regional de Medicina, Conselho Regional de Nutrição; ano 2001: Conselho Regional de Nutrição, Conselho Regional Odontologia, suplente – Conselho Regional de Enfermagem, CRESS; ano 2004: CRESS, Conselho Regional de Medicina, suplente- Conselho Regional

de Farmácia e Bioquímica, Conselho Regional de Psicologia 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 1, 1999, p. 7).

E ainda, através de um espaço específico dedicado para *Informes das Comissões*, nova fase do Jornal do Conselhos que indica mais investimentos e mais visibilidade democrática

A Comissão de Saúde apresenta o cronograma das reuniões para o ano 2001 e convida você a participar! Os encontros acontecem na Sala de Reuniões do CRESS, das 14h as 18h. ( maio, dia 30; junho, dia 20; julho, dia 18; dia 22; setembro, dia 19; outubro, dia 24; novembro, dia 21) Tomaram posse, no dia três de março último, as novas entidades membros do Conselho Estadual de Saúde. Foram empossados dos titulares e suplentes para o período abril 2001/abril 2003. O CRESS ficou com a vaga de suplente do Conselho Regional de Nutrição. O CRESS é representado no Conselho pela Assistente Social Maria Isabel Vargas da Cunha. A entidade participativa também como membro da Comissão de Ética e Legislação do SUS. Para este ano, um dos principais desafios do Conselho Estadual de Saúde é elaborar a Agência Nacional de Saúde. O CRESS, através de sua representante, estará atuando na proposta e fiscalização para tornar o Sistema Único de Saúde (SUS) viável (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 1, 1999, p. 9). Comissão de Saúde: Cronograma das reuniões – A comissão de Saúde do CRESS 12.<sup>a</sup> Região já tem um cronograma de reuniões para o ano de 2000. As reuniões são abertas a todos os profissionais inscritos no Conselho. As pessoas que estiverem interessadas em sugerir assuntos ou participar das reuniões desta comissão devem fazer contato com o CRESS. Para melhor operacionalização, a Comissão decidiu fazer quinzenalmente uma reunião da micro-comissão para assuntos administrativos e quinzenalmente uma reunião ampliada, com a participação dos Assistentes Sociais da Saúde que discutirão um tema de interesse geral. Conheça as datas estabelecidas para as reuniões ampliadas: daí 24/05, 21/06, 19/07, 23/08, 20/09, 18/10, e 22/11. Sempre das 16:00 às 18:00h (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, maio 2000, p. 9-12).

Observa-se assim, visibilidade nas ações desenvolvidas na representação da categoria, nesse caso na política de saúde, retratando a tentativa de envolver a categoria nesse processo, chamando-a a participar das reuniões da Comissão de Saúde do CRESS/SC. Ainda, neste período, conforme a gestão 1999-2002, ocorreram avanço inéditos na democratização do CRESS junto a elaboração de seu planejamento, sendo realizado o Seminário de Planejamento Participativo em junho de 1999, tomando como ponto de partida os eixos de luta, os participantes elaboraram o planejamento participativo,



com um plano de ação para o período 1999/2002 e refletindo sobre as ações realizadas, os participantes consolidaram uma visão comum sobre as maiores deficiências do CRESS. Entre elas, destacam-se: pouca clareza da missão do CRESS; demandas que não competem ao CRESS (ex: salário); deficiente funcionamento das Comissões não obrigatórias; divulgação deficiente; espaço físico; quadro insuficiente de pessoal; articulação deficiente com a categoria; pouca participação dos assistentes sociais; relação anuidade versus salário; cadastro incompleto dos profissionais; deficiência do fluxo interno; pouca atuação no segmento privado; falta de parcerias; pouca disponibilidade de tempo dos conselheiros; falta de agentes fiscais (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 1, 1999).

Uma vez evidenciada as deficiências, entre os compromissos assumidos pela gestão destacaram-se

a defesa da democracia, da implementação das políticas públicas e dos direitos sociais com estabelecimento de dotação orçamentária e conseqüente controle social; compromisso com a ampliação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos dos cidadãos; participação nos Conselhos de Direitos, nos Fóruns setoriais e na definição das políticas públicas com as demais categorias profissionais; as diretrizes que irão assegurar o cumprimento das prioridades no primeiro ano de gestão: aprimorar a organização administrativa e financeira do Cress; potencializar a gestão colegiada e fortalecer a articulação entre Cress e categoria ; clarificar e fortalecer a missão do Cress junto à categoria; intensificar a participação na formulação das políticas públicas e defesa da cidadania; defender e provocar a ampliação do mercado de trabalho para o Serviço Social; intensificar a articulação da promoção de uma política de formação e qualificação profissional (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 1, 1999, p. 6).

Nesse contexto, a categoria realizou um balanço de 1999, e o planejamento para o ano 2000, com as assistentes sociais do CRESS/SC reunindo-se em assembléia geral para discutir as deliberações do XXVIII Encontro Nacional CFESS/CRESS, o relatório das ações do ano 1999, e aprovar o orçamento e a anuidade para o ano 2000. A então presidente, Edi Mota Oliveira, expôs o relatório das atividades efetuadas até novembro de 1999, enfatizando a inserção do CRESS nos movimentos de defesa das políticas públicas e os eventos que envolveram a categoria (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO SANTA



A seguir, faz-se relevante aproximação mais detalhada para a atual gestão, estando entre os objetivos desse estudo a ênfase neste período, aproximando-se das propostas e ações desenvolvidas para a representação da categoria.

### 3.3 Em foco a gestão 2002-2005 do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região

A Diretoria do CRESS/SC 12.<sup>a</sup> Região, como já mencionado no item anterior, eleita para a gestão 2002-2005, tomou posse no dia 23 de maio de 2002, em uma cerimônia realizada na sede da Associação Catarinense de Engenheiros, em Florianópolis, que contou com a participação de um número expressivo de autoridades, “estiveram presentes a presidente do Conselho Federal de Serviço Social, Lea Lúcia Cecílio Braga, Assistentes Sociais de diversas regiões do Estado, representantes de outras categorias profissionais, professores e estudante” (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, ago.2002, p. 1).

Como ações prioritárias a gestão apresentou

investimento no processo de fiscalização do exercício profissional, com vistas a garantia e abertura de novos campos de trabalho em instituições públicas e privadas; implementar e aperfeiçoar os canais de comunicação com a categoria, como jornal, boletim e o site do CRESS na internet; retomada do projeto de formação profissional *Um Projeto de Atualização*; incentivar os profissionais do Serviço Social e produzirem artigos científicos, que serão publicados em cadernos de textos; Encontro Estadual com os núcleos e associações de profissionais de Serviço Social; Parcerias em eventos de capacitação profissional; Encontro com os Conselhos Regionais da Região Sul; Conclusão da reforma da sede e do auditório do CRESS, iniciada na gestão 1999-2002; realização de oficinas de Ética na região da Grande Florianópolis; apoio aos representantes do CRESS nos Conselhos de Direito e Paritários (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, ago. 2002, p. 1).

Este último compromisso assumido pela gestão de apoio aos representantes do CRESS nos Conselhos de Direito e Paritários, conforme já mencionado no decorrer deste

CATARINA, dez. 1999). E ainda, durante sua gestão, apontou as três grandes metas a serem atingidas pelo Conselho até 2002, como sendo: “aprimorar a organização administrativa e financeira do CRESS; fortalecer a missão do CRESS potencializando a gestão colegiada entre CRESS e categoria; intensificar a participação na formulação das políticas públicas e defesa da cidadania” (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, dez. 2000, p. 6). Com relação ao último item, merece destaque as indicações quanto a Representação do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região nos Conselhos Estaduais e Municipais e Fóruns de Saúde, Idoso, Assistência Social, Criança e Adolescente, estudo e análise dos temas pertinentes à área da Criança e do Adolescente, e da Previdência e Assistência Social para subsidiar os Assistentes Sociais nos espaços de representação do CRESS” (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, dez. 2001).

Dessa forma, tem-se um período de visibilidade para a atuação do CRESS- 12.<sup>a</sup> Região frente as políticas sociais através de representantes nos Conselhos de Direito, que teve continuidade com a chegada da 8.<sup>a</sup> e atual gestão (2002-2005). Assim, além do compromisso de dar continuidade ao trabalho efetuado pelas gestões anteriores, a diretoria que assumiu a direção do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região em 2002 apresentando como o seu maior desafio estreitar e dinamizar a comunicação com os Assistentes Sociais de Santa Catarina, no entendimento que muito mais do que uma entidade de fiscalização, o Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina tem ultrapassado essa dimensão e atuado em diversas frentes, que vão desde a participação em conselhos de direito de políticas sociais e parcerias com as universidades para a discussão de aspectos pertinentes à formação profissional, até a realização de cursos, seminários e colóquios. Também para ampliar o leque da atuação fiscalizatória, o CRESS, a partir de um processo pedagógico, objetiva a explicação das atribuições e competências do assistente social, sempre visando a garantia e a abertura de novos campos de trabalho. (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, mar. 2003).

trabalho, será o foco central de atenção sobre a gestão 2002-2005, para tão empreendimento, no entanto, cabe realizar uma aproximação maior com as metas e diretrizes que a gestão apresentou em 2002 e 2003, e para 2004.

Ao finalizar o primeiro ano de gestão (2002), a Diretoria do CRESS 12.<sup>a</sup> Região – Gestão 2002-2005 - fez o relato das ações realizadas, e exposição das metas e propostas para 2003

Plano de Metas para 2003: organização Administrativo-Financeira; potencializar a Gestão Colegiada e fortalecer articulação com a categoria; intensificar a participação na formulação das Políticas Sociais e defesa da cidadania; articular a representação do CRESS nos Conselhos de Direitos – fortalecer a Comissão de Políticas Sociais e promover reuniões ampliadas com a categoria com o intuito de viabilizar debates sobre tais políticas; defender e propiciar a amplitude do Mercado de trabalho para o Serviço Social (CRESS EM GESTÃO, 2002, p. 8-9). Ações: realização de Colóquio, Seminário e Congressos; publicação de caderno de textos; publicização de nossas ações através de nosso jornal; projeto ética-movimento; parceria com outras entidades na defesa da garantia de direitos; atualização constante de nossa home page; participação nas Conferências de Saúde, Criança, Adolescente e Assistência Social, entre outras, (etapas municipais, estaduais e federal); realização de ato público como o Repúdio à Violência praticada contra a mulher; participação dos Conselhos Paritários de Políticas Sociais; Visita de orientação e fiscalização às entidades públicas e privadas, visando o fortalecimento do Serviço Social, o cumprimento da legislação profissional e abertura de campo de trabalho. Valéria Cabral Carvalho (CRESS EM GESTÃO 2003, p.1).

Portanto, o CRESS 12.<sup>a</sup> Região desencadeou no ano de 2003 as ações planejadas com a categoria na Assembléia Geral do ano de 2003 as ações planejadas com a categoria na Assembléia Geral do ano de 2002. Segundo sua diretoria, o trabalho realizado desenvolveu-se em ações na defesa das Políticas Públicas, meta de todo o Conjunto CFESS/CRESS foi também no decorrer do ano de 2003 uma ação que envolveu tanto a diretoria como os profissionais que representam o CRESS nas instâncias de controle social. Com participação efetivamente na realização das conferências tanto nas etapas municipais/regionais/estadual e nacional. Na defesa da Política da Política de Assistência Social, a participação do CRESS foi decisiva para que a Conferência se realizasse. Assim ,

dentro das ações empreendidas no ano de 2003, nosso objetivo foi o de manter o conjunto dos profissionais informados sobre o cotidiano do Conselho, com participação em movimentos de defesa e garantia de implantação das Políticas Sociais (CRESS EM GESTÃO, 2003).

Ainda, nesse sentido, das ações políticas, o plano de metas apresentado para 2004 foram de

intensificar a participação na formulação das Políticas Sociais e defesa da Cidadania através da articulação da representação do CRESS nos Conselhos de Direitos, fortalecendo a Comissão de Políticas Sociais e promovendo reuniões ampliadas com a categoria com o intuito de viabilizar debates sobre tais políticas e dar continuidade a campanha contra a violência à mulher, visando a criação pela esfera estadual de Centros de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica (CRESS EM GESTÃO, 2003, p.19).

Quando a este último ponto, da temática de atendimento as mulheres vítimas de violência, percebe-se que tem merecido grande destaque na Gestão em 2003 e 2004, conforme os jornais do Conselho retratam

entidades se unem para dar um basta na violência contra a mulher: Milhares de pessoas registraram sua adesão ao movimento iniciado por diversas entidades – entre elas o CRESS – 12 Região – em defesa da vida e para dar um basta à violência contra a mulher realizado no dia 26 de agosto, em frente à Catedral Metropolitana de Florianópolis. Durante todo o dia, foram recolhidas quase quatro mil assinaturas para o pedido de implantação de Centros de Proteção à Mulher Vítima de Violência. O abaixo-assinado será entregue ao secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Meio Ambiente, Bráulio Cesar da Rocha Barbosa e ao governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com uma proposta de projeto técnico para a implantação desses centros de cidades-pólos de Santa Catarina (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, set. 2003, p. 1).

E ainda,

Como aponta a atual presidente do Cress- 12.<sup>a</sup> Região, Valéria Cabral Carvalho, o CRESS/SC para 2004, em conjunto com as entidades parceiras, tem entre suas prioridades continuar debatendo a questão da mulher na perspectiva de afiançar direitos consagrados legalmente, como centros de proteção à mulher vítima de violência, rompendo, dessa forma, com a cultura tradicional e arcaica que as questões de violência são questão de natureza privada (JORNAL DO CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, maio 2004, p. 6-10).

Feito essa aproximação com as metas e ações da Gestão atual, agora merece destaque a forma de organização em Comissão de Trabalho, até chegarmos ao nosso foco de análise que é a Comissão de Políticas Sociais do CRESS/SC – 12.<sup>a</sup> Região, canal criado pela gestão atual para abordagem das políticas públicas, através das suas representações nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito.

Como foi visto no Capítulo I, o CRESS 12.<sup>a</sup> Região criado nos termos da Lei n.º 8662/93, tem sede na cidade de Florianópolis/SC e vinculado ao CFESS é o órgão competente em Santa Catarina para disciplinar, orientar e fiscalizar o exercício profissional do Assistente Social. Sua estrutura compreende as seguintes instâncias: Assembléia Geral; Conselho Pleno (órgão deliberativo); Diretoria (órgão executivo); Conselho Fiscal (órgão fiscal). E de acordo com seu Regimento Interno – art.24 – XVIII – compete ao Conselho Pleno – instituir as Comissões Permanentes de: Ética e Direitos Humanos; Orientação e Fiscalização e Inscrição (CRESS – 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 2002).

Como confirma a presidente Valéria Cabral Carvalho, na entrevista realizada

(...) é uma necessidade de cada diretoria, não é uma exigência legal estatutária, mas cada diretoria quando se forma tem Comissões de Trabalho, Grupos de Trabalho que são obrigatórios, é necessário ter uma Comissão de Ética, uma Comissão de Inscrição, uma Comissão de Inadimplência, e uma Comissão de Divulgação, as outras Comissões ou Grupos de Trabalho, elas surgem por necessidade, por demanda, por ação prioritária daquela gestão e é definido pela Diretoria que assume (...).

Além dessas Comissões Permanentes, a Gestão 2002-2005 instituiu as Comissões de: Políticas Sociais; Comunicação e Divulgação; Inadimplência; Descentralização e Formação Profissional; Administrativa-Financeira. Tais comissões são compostas por membros da Diretoria, Conselheiros Suplentes, Conselheiros Fiscais e por profissionais interessados em participar das discussões pertinentes à cada comissão (CRESS – 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 2002).

A Comissão de Políticas Sociais, do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-12ª Região, instituída pela Portaria nº 002 de 29 de maio de 2002 e pela Resolução nº 21/2002-2005 (ANEXO I) tem como atribuições a discussão sobre os seguintes segmentos: Saúde, Previdência Social, Assistência Social, Idoso e Criança e Adolescente. O objetivo geral da Comissão de Políticas Sociais é a discussão e o acompanhamento sistemático das questões referentes às Políticas Públicas articulando os segmentos: Saúde, Previdência, Assistência Social, Idoso e Criança e Adolescente; e fortalecer a representação dos Conselheiros de Direito em seus espaços de discussão, embasados no conjunto das diretrizes CFESS/CRESS (CRESS – 12.ª REGIÃO, 2002).

Como observado anteriormente, em 2002 assumiu a atual gestão do CRESS – 12.ª Região, com a proposta de trabalhar as políticas sociais de forma intersetorial, conforme aponta a presidente Valéria Cabral Carvalho

Historicamente, a partir do final dos anos 80, início dos anos 90, teve um enfoque muito grande no Serviço Social a discussão das políticas públicas, no nosso Código de Ética, tem-se descrito a defesa intransigente dos serviços sociais básicos, esse serviços sociais básicos acabam se traduzindo a partir da implantação e implementação de Políticas Sociais, então não vejo como o Conselho hoje pode não estar discutindo essas questões envolvendo as políticas sociais nas diversas áreas, embora a ação precípua do CRESS seja a fiscalização (...).

Dessa forma, o papel que os representantes do CRESS junto aos Conselhos de Direito apresentam é central para que os objetivos da Comissão de Políticas Sociais sejam alcançados. Assim, os objetivos específicos da Comissão de Políticas Sociais estão pautados em: possibilitar aos Assistentes Sociais um Fórum de debate sobre os tempos e as demandas que permeiam a área por ele representada no Conselho ou Fórum; analisar os documentos recebidos pelos diferentes instâncias, providenciando encaminhamentos pertinentes; subsidiar o Assistente Social, fortalecendo-o no momento de sua participação nos Conselhos; realizar oficinas de formação e capacitação; propiciar a intersetorização



entre as diferentes políticas sociais; elaboração e publicação de temas pertinentes às políticas sociais (CRESS 12.<sup>a</sup> REGIÃO, 2002).

A demanda atendida pela Comissão de Políticas Sociais do Conselho Regional de Serviço Social – 12.<sup>a</sup> Região, constitui-se de um espaço rico em informações e complexidade, revelando-se de grande relevância para o fortalecimento da profissão. Nesse sentido cabe uma aproximação com as discussões realizadas durante as reuniões da CPS, destacando os avanços e desafios apontados pelos participantes, no final de 2002, período de instalação desse modelo de comissão, e 2003, em que se buscou um trabalho mais efetivo.

No final de 2002, período de instalação deste modelo da CPS, cabe ressaltar, conforme a primeira ata de reunião da CPS, as indicações da Assistente Social e Presidente do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região Valéria Cabral Carvalho,

A nova Diretoria do CRESS apresenta como sugestão uma junção de todas as Comissões do CRESS 12<sup>a</sup> Região que abordam as políticas sociais, agregando-as em um só que poderia chamar-se Comissão de Políticas Sociais, uma vez que pretende abordar as mais diversas questões sociais e áreas de trabalho do Assistente Social. Acrescenta que a atual diretoria não tem interesse em alterar as representações já existente, apenas viabilizar um novo processo de trabalho para a referida Comissão e reforçar a parceria. Sugere que os representantes do CRESS sejam indicados pelos Núcleos, Grupos e Associações de Assistentes Sociais, também considerar o vínculo e/ou afinidade pela temática. Enfim, compreender os representantes do CRESS como potencializadores das diretrizes nacionais do conjunto CFESS/CRESS e das posições da categoria em Assembléias no que tange ao posicionamento das políticas sociais. AS Valéria reforça o papel do CRESS de sociabilização junto a categoria. Sugere que essa proposta seja experimentada por um período e depois avaliada (COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, n.1, 2002, p. 1).

Os principais pontos debatidos e sugeridos nas reuniões da CPS, neste período de instalação de agosto a dezembro de 2002, conforme as atas das reuniões podem ser assim elencados: proposta de que o CRESS trabalhe através de oficinas para definir as diretrizes de ações da Comissão; as Comissões de Ética e COFI deverão estar presentes nas reuniões da CPS; criação de um boletim relâmpago das principais demandas discutidas; que o

CRESS elabore uma proposta metodológica para agilizar essa nova forma da Comissão; necessidade de destacar as demandas pertinentes a cada área, além de desenvolver uma pesquisa para identificar quais as maiores dificuldades dos Assistentes Sociais do desenvolvimento das políticas públicas no cotidiano; garantia de uma política de fortalecimento dos representantes para representação mais efetiva; desenvolver diretrizes de trabalho, para evidenciar o que os representantes defendem nos Fóruns; que o CRESS oportunize uma Plenária ampliada com a categoria; que a Diretoria acompanhe essa Comissão constantemente; importância de promover eventos ampliados para a categoria; cópia das atas das reuniões anteriores; retorno das discussões do Pleno sobre as temáticas da Comissão de Políticas Sociais; que Assistentes Sociais do interior do Estado participem da Comissão de Políticas Sociais do CRESS; saber qual a provisão orçamentária do CRESS para as ações de articulação política que devem ser realizadas por essa Comissão; respaldo do CRESS no que diz respeito a ter uma posição unificada diante das políticas sociais; acesso ao documento do CFESS que define a defesa nos conselhos; que a Comissão de Políticas Sociais aconteça de forma descentralizada, visitando as regiões, incluindo Florianópolis; etc (COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, n. 1-5, 2002).

Dentro dessas propostas e sugestões apontadas pelas participantes das reuniões da CPS, a Coordenadora Técnica na época, Adriana Zanqueta Wilbert, apresentou a proposta do CRESS para a Comissão: divisão das representações; acompanhamento dos representantes uma vez por semana; manutenção dos dados (atas e pautas); relatórios; levantamento de subsídios necessários para a representatividade do CRESS; compilação dos dados; divisão de informações entre os representantes (COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, n.4, 2002).

Em 2003, assume a Coordenação Técnica a Assistente Social Maria Dolores Thiesen, sendo que as principais discussões pautadas, até maio deste ano: sistematizar a

prática, definindo o papel da CPS; importância de todos estarem contribuído com suas sugestões, apresentando elementos que serão contemplados no plano de ação da comissão; levantamento das demandas por segmento (saúde, idoso, etc), objetivando identificar os representantes destes setores (mapeando os profissionais de cada área) e diagnosticar as prioridades de atuação frente a essa demanda; relevância da candidatura de representantes comprometidos e participativos, ressaltando a importância da CPS na conscientização desses profissionais; estratégias para chamar os membros da Comissão a participarem das reuniões da Comissão (convite para IV Reunião da Comissão de Políticas Sociais com a ata das três reuniões anteriores e quadro da demanda da Comissão para o profissional integrante da comissão e para o seu chefe); apresentação inicial do que até então foi levantado de demanda para a Comissão, seus segmentos e Eventos; contato com os representantes de cada segmento separadamente; questionar quais propostas que cada segmento tem para a Comissão, na sua área de atuação; realizar reunião com os segmentos e eleger seus representantes; escolher um interlocutor de cada segmento (COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, n. 1-4, 2003).

A presidente Valéria Cabral Carvalho participando de uma das reuniões, apontou para alguns pontos que considerava-se relevante para a Comissão naquele momento: “marketing do que está sendo feito, dando visibilidade as ações; qual a situação das representações, se o CRESS está correspondendo; operacionalização das atividades; intercâmbio entre os profissionais; etc” (COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, n.4, 2003, p. 1). Nesta oportunidade, ainda, os presentes indicaram algumas ações referentes ao plano de ações da Comissão, conforme segue: cada representante fica responsável por trazer o cronograma de atividades do Conselho onde está exercendo a representação; capacitação dos representantes (identificação das demandas – o que esses Conselhos estão defendendo); fundamentação legal para essas demandas, através do resgate da legislação

vigente; conhecimento do que foi deliberado na Conferência Municipal, Estadual e Nacional de cada setor; discutiu-se sobre a questão do repasse dos documentos que chegam ao Conselho para os representantes de cada segmento da Comissão, uma vez que se tem encontrado dificuldades em repassar os documentos, definindo-se que tais demandas serão repassadas para os representantes, que nas reuniões da Comissão de Políticas Sociais farão a exposição de suas deliberações, através de uma síntese das atividades realizadas.

A partir de junho, deste mesmo ano, 2003, as principais discussões foram: discutiu-se sobre o papel da Comissão de Políticas Sociais frente às representações do CRESS nos Conselhos de Direitos, sendo que os principais pontos a organização da Comissão frente às demandas que chegam, frente ao número de representantes existentes; dificuldades no repasse e discussão das demandas (sobrecarga de atribuições), mecanismos para trazer a base para as discussões (só a representação não é suficiente), qualificação da representação através do projeto político do CRESS, retorno das ações dos representantes; como tem ocorrido o processo de eleição das representações; estratégias para definir a representação do CRESS; organização das oficinas de qualificação para as representações; elaboração de um documento na área da saúde, para auxiliar o CRESS/SC em sua participação no Encontro Descentralizado da Região Sul, que servirá de base para a participação no Encontro Nacional CFESS/CRESS; Comissão de organização das oficinas de qualificação para as representações; Comissão de discussão – tema Conferências de Assistência Social; Levantamento das legislações; Resultados das demandas do CRESS repassadas para os representantes, diagnóstico das demandas a partir dos espaços de representação; Ato Público – Proteção a mulher vítima de violência; Reunião Temática – Saúde; discutiu-se sobre a ausência dos representantes nas reuniões da Comissão de Políticas Sociais, e as dificuldades de acompanhamento da participação desses representantes nos Conselhos de Direito, sendo definido a realização de uma reunião para discutir essas questões, com

ênfase nos seguintes pontos: compromisso na representação, papel assumido (ausência nas reuniões); realização de uma tarde temática, a fim de construir a agenda da Comissão de Políticas Sociais para 2004; compromisso assumido com a representação tanto do representante suplente como do representante titular, abordagem encaminhada para a oficina com os representantes; ênfase a questão da participação da Diretoria do CRESS/SC nos processos decisórios de posicionamentos junto as questões trazidas pelos representantes nos Conselhos; etc (COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, n. 5-10, 2003).

Na oficina para a discussão da representatividade realizada em novembro de 2003, em função da ausência de coro foi indicada a retomada da discussão em 2004, tendo como apontamentos

representação da entidade – assumir compromisso – subsídios da instituição; necessidade de aproximação, não no sentido fiscalizador; agenda das plenárias com a participação da diretoria, avanços, relatório anual, atas; respaldo, propostas, resultados; avaliação do ano, necessário fortalecer a representação ativa e não faz de conta; importância do processo periodicidade das reuniões; etc (COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, n. 11, 2003, p. 1).

Em 2004, entretanto, as reuniões da CPS não foram retomadas, em função do afastamento médico da Coordenadora Técnica do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, de acordo com a presidente, que avalia o processo, através da entrevista realizada em maio de 2004

(...) um dos avanços dessa gestão é a Comissão de Políticas Sociais, que teve um grande destaque no ano de 2003, no final de 2003 e principalmente 2004 em que essa Comissão está mais voltada a questão da Mulher, questão de gênero em relação a mulher. Não trata-se de não querer trabalhar como trabalhávamos antes, que é uma discussão que se fazia com relação aos representantes do CRESS, mas em função do afastamento, por motivos médicos, da Coordenadora Técnica, nesse último ano, a CPS está mais voltada a questão de gênero, do debate sobre a violência contra a mulher (...).

Desta forma, observados os principais pontos debatidos desde a criação da CPS, bem como sua inserção no CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, segue a abordagem das entrevistas com

as representantes, participantes da CPS representando o CRESS/SC nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito, apontando para os avanços e desafios que o processo de representação da categoria profissional via CRESS/SC tem suscitado entre as representantes.

### **3.4 Os avanços e desafios na representação do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região junto aos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito**

Através das oito entrevistas realizadas com representantes titulares do CRESS/SC - 12.<sup>a</sup> Região, nos Conselhos de Direitos, Fóruns e Comissões, conforme consta na portaria de nomeação de representantes de março de 2003, procurou-se levantar como a representação tem ocorrido e qual a avaliação dos representantes sobre o processo instalado, buscando-se ainda identificar os desafios e avanços que os mesmos apontam para o processo que vivenciaram e vivenciam na representação da entidade profissional. Neste item, quando pertinente, será incorporado as contribuições da atual presidente do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, gestão 2002 – 2005, Valéria Cabral Carvalho, afim de aprofundar as discussões, visualizando o debate entre os participantes desse processo. Ainda, serão incorporados nas discussões os apontamentos relevantes para o debate, obtidos através das atas das reuniões da Comissão de Políticas Sociais, quando pertinente.

Através da primeira questão, procurou-se conhecer como ocorreu a escolha do representante e sua inserção na representação do conselho profissional. A maior parte das entrevistadas apontam que a indicação se deu em função do envolvimento e engajamento destacado na área de atuação e política representada, como observa-se em algumas falas: “Fui convidada pelo Cress, em função do meu envolvimento destacado na área do idoso, e



indicada pelo Cress para eleição que pleiteava uma vaga no Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis (E1)<sup>10</sup>; “Acredito que a escolha do meu nome se deu em função da minha atuação anterior no Conselho Social no SUS” (E2); “Era coordenadora do Fórum Estadual de Assistência Social que realizava suas reuniões no CRESS/SC, e membro da Diretoria do CRESS/SC, surgindo daí a indicação, pelo reconhecimento do meu engajamento na área de Assistência Social.” (E6).

Também aparece em uma das falas, a indicação a partir da solicitação da representante, como segue

Já era representante pela Associação de Assistentes Sociais do Vale do Itajaí, porém em 2001 foi colocado que teria que ser o Conselho Profissional indicando um nome para representar, então fiz contato com o CRESS/SC, através de ofício retratando a situação, o mesmo aprovou a representação, encaminhando o comunicado para o Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Camboriú (E3).

Nesse contexto específico, por se tratar de uma representação que se dá em outra região, seguiu-se a legislação interna vigente no CRESS/SC, conforme observa-se na Resolução n.º 21/2002-2005 do CRESS/SC que normatiza e disciplina a representação do Conselhos Paritários de Políticas Sociais e/ou Fóruns

resolve que a indicação do representante, no caso do Município, ou região, que possui Núcleo ou Associação de Profissionais, a indicação deve ser feita através de reunião realizada pelos associados do Núcleo com esse objetivo; devendo ser encaminhado ao CRESS, ofício indicando o profissional Assistente Social, cujo nome deverá ser referendado pelo CRESS. Em caso de não haver Núcleo ou Associação Profissional, o Assistente Social que desejar ser representante do CRESS/SC deve: encaminhar ofício ao CRESS/SC, que analisará a solicitação e verificará a situação do Assistente Social junto ao CRESS/SC; a Diretoria do Conselho analisará a solicitação, verificará a situação do Assistente Social junto ao CRESS/SC (RESOLUÇÃO, abr. 2003, p. 1).

Assim, tal contexto é confirmado na fala da atual presidente do CRESS/SC, Valéria Cabral Carvalho em maio de 2004, quando aborda

<sup>10</sup> Forma utilizada, neste item, para indicar o relato das entrevistadas, portanto: E1, corresponde a Entrevistada 1; E2 corresponde a Entrevistada 2; e assim por diante.

(...) os representantes são escolhidos por indicação nossa ou as vezes até uma solicitação do próprio profissional de representar o CRESS/SC. Escolhemos alguém que já trabalhe há algum tempo na área da política a ser representada ou então a representação, como dissemos, a representação se dá por um desejo da pessoa em estar nos representando, porém antes do desejo vêm a formação e se sua capacitação, está voltada a política representada. Essa representação ela conjuga mais que um desejo da pessoa, acima disso está sua formação, sua militância naquela área (...).

Portanto, de acordo com o relato das representantes entrevistadas e confirmado pela presidente do Conselho, a questão da experiência e visibilidade do profissional em sua área de atuação e o interesse do Assistente Social em ser representante são os eixos norteadores da indicação para a representação via CRESS/SC nos Conselhos, Fóruns e Comissões de Direito, cabendo essa indicação a instituição representada e/ou pelo próprio Assistente Social que externiza a vontade de ser representante. Tem-se, assim que a participação da categoria profissional na escolha do representante se dá via *representação* pela Presidência/Diretoria do Conselho, que é quem tem poder decisório.

Neste contexto, considera-se relevante, para aumentar os canais de escolha do representante, que houvesse uma aproximação maior da categoria profissional com o Conselho Profissional, ampliando a divulgação de informação da categoria sobre a representação, o debate, as possibilidades, etc. E, para tanto, sendo fundamental a exploração da divulgação do processo de representação entre os profissionais.

Cabe destacar, ainda, que a regularização do Assistente Social junto ao CRESS/SC é condição básica de aprovação de sua representação, estando de acordo com o princípios e existência do Conselho.

A segunda questão apresentada aos representantes, diz respeito a como ocorre a participação dos mesmos na Comissão de Políticas Sociais. A maioria apontou a *presença nas reuniões* como maior meio de participação na Comissão (E2, E5, E6, E8), sendo que dois representantes apontaram *presença quando possível*, ou seja, esporádica, em função

de outros compromissos profissionais que às vezes tem que ser atendidos (E1, E4) “em função das atividades desenvolvidas no trabalho é difícil estar sempre presente nas reuniões” (E1), “tenho participado nas reuniões mensais, com algumas dificuldades de assiduidade em função dos compromissos da instituição de trabalho” (E4); e outros dois *indicaram ausência nas reuniões*, por problemas pessoais e dificuldade de deslocamento (representante de Balneário Camboriú) “o afastamento se deu em função de problemas de questões pessoais (saúde), além das dificuldades de deslocamento, para o as reuniões em Florianópolis” (E3) e por não receber as convocações “não tenho participado, não tenho recebido as convocações e as vezes que participei senti uma enorme dificuldade de me situar, fiquei muito mais como observadora, tentando entender a dinâmica da reunião” (E7).

Tais colocações remetem a discussão sobre a questão da disponibilidade dos profissionais para exercer a representação, sendo bastante relatado a falta de tempo do Assistente Social, em função da grande demanda e responsabilidade da profissão, que se choca, por vezes, como vimos, com os compromissos que se assume na representação. E também, o apontamento para a necessidade de respaldo do Conselho junto as instituições de trabalho do representante para que seja fortalecida a liberação do representante para as atividades que a representação remete, como aponta uma das entrevistadas “considero que o CRESS/SC precisaria dar mais respaldo para os representantes dentro das instituições que eles atuam, para que também a instituição de trabalho do representante valorize essa representação” (E4), e nesse caso, seja fortalecida a assiduidade do representante nas reuniões da CPS.

Lembrando que a Resolução n.º 21/2002-2005 do CRESS/SC relativa a normatização e disciplinamento da representação do Conselhos Paritários de Políticas Sociais e/ou Fóruns, deixa claro a necessidade de participação nas reuniões da CPS e o

encaminhamento bimestral de relatório das atividades à CPS (aos representantes que residem em Florianópolis), sendo que este último aspecto, da entrega de relatório sequer foi mencionado nas entrevistas pelas representantes, exceto na fala de uma representante para a indicação de que não estava sendo feita a entrega do mesmo “não tenho participado nem com relatório” (E3). Portanto, cabe uma reavaliação de como tem se dado o processo de retorno das demandas que o representante atuam, e o acompanhamento das mesmas através da CPS.

Outro aspecto abordado da Resolução diz respeito ao representante que não reside em Florianópolis, indicando que o mesmo além de encaminhar relatório semestral de suas atividades deve participar de duas reuniões anuais da CPS, que como observou-se não está sendo operacionalizado pela representação de Balneário Camburiú (única representação fora de Florianópolis, no período de realização dessa pesquisa).

Também observa-se que esta ausência dos representante no processo aparece como uma dificuldade constante apontada nas atas da reuniões da CPS, além da dificuldade que algumas representantes relatam de receber as convocações para as reuniões. Assim, considera-se relevante, mais uma vez, propor maior atenção para os aspectos organizativos de coordenação da CPS, para o atendimento dessas dificuldades e necessidades e para que o processo de representação flua sem entraves.

Outro ponto, bastante relevante que esta segunda questão apresenta diz respeito a forma de participação (conteúdo) nas reuniões da CPS, além da simples presença. Nesse sentido, alguns representantes relatam a observação, como forma de interação com o processo, “as vezes que participei senti uma enorme dificuldade de me situar, fiquei muito mais como observadora, tentando entender a dinâmica da reunião” (E7), remetendo, assim, a falta de repasses da sua atuação na política que representa e a distorção de como deveria

estar sendo utilizado esse espaço de debate reservado para a atuação do representante frente suas demandas e de respaldo da entidade representada junto aos representantes.

Entretanto, a maior parte das entrevistadas, relatam a participação através de repasses e debates sobre sua atuação no Conselho de Direito, bem como debates sobre os avanços e desafios para uma representação mais coerente com o desejo da categoria profissional e politicamente comprometida com o fortalecimento dos direitos sociais, conforme observa-se nos relatos “participo acompanhando as reuniões promovidas pela CPS, contribuindo com minha experiência de atuação na política social referente ao idoso” (E1); “o objetivo central da minha participação na CPS é a discussão de como a categoria pode qualificar sua participação nos Conselhos de Direito” (E2); “participava nas reuniões, como membro do grupo, relatando os acontecimentos do local de representação, realizando-se uma discussão da representação de cada política” (E5); “levo para a CPS as demandas mais relacionadas ao meu campo de trabalho, sendo que a CPS é o local que devemos trazer as discussões que tem que ser encaminhadas via CRESS/SC em defesa dos usuários” (E6).

Portanto, mesmo com as limitações aqui evidenciadas, os relatos expõem que tem-se buscado fazer um debate intenso sobre questões e princípios norteadores da representação que os representantes precisam ter clareza.

Ainda, merece atenção o relato de uma das entrevistadas que aponta para a importante perspectiva de que a participação não deve se limitar apenas a presença na CPS, com a breve exposição da suas demandas, uma vez que na avaliação da entrevistada sua participação na CPS esteve assim caracterizada “na verdade fiz um ensaio de participação, porque como foi um período curto estava apenas participando das reuniões e trazendo as notícias do Fórum” (E8). A entrevistada parece avaliar a participação como algo mais efetivo e comprometido, para que se torne uma participação de fato e não, como a mesma

relata, um *ensaio de participação*. Cabe, assim, refletirmos sobre os moldes e elementos que são necessários para uma participação efetiva e qualificada nessas reuniões, e por conseguinte, na representação da categoria profissional, sendo este um processo a ser construído não apenas pelo Conselho profissional e seus representantes, mas por toda a categoria profissional que deve ser chamada para o debate, apontando para a uma participação propositiva e engajada.

Cabe apontar, de acordo com as entrevistas realizadas, que essa abordagem da participação dos representantes do CRESS/SC na CPS, aparece no decorrer das outras questões, podendo ainda ser retomado esse debate.

A terceira questão também foi sobre a participação do representante, mas agora a análise está voltada para sua participação nos Fóruns, nas Comissões e Conselhos de Direitos, com a indagação de como participa nesses canais representando o CRESS/SC.

A maioria das entrevistadas indicaram participar das reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias, que ocorrem mensalmente, bem como indicam a presença em comissões de trabalho específicas, desenvolvendo atividades técnicas e administrativas internas desses canais, uma vez que a maior parte dos Conselhos está organizado em Comissões de Trabalho, onde os representantes são chamado a se inserir, conforme os relatos “participo nas reuniões plenárias mensalmente, e nas reuniões de grupo de trabalho na área de finanças com reuniões quinzenais” (E4); “participava das reuniões do secretariado do Fórum, acompanhando algumas discussões principalmente de organização do próprio Fórum que estava bastante fragilizado” (E8); e ainda apontam que acabam atuando também em atividades muitas vezes da prática do profissional de Serviço Social, como por exemplo na emissão de parecer, como observa-se “estou inserida na Comissão de Políticas do Conselho de Direito, onde chegam os projetos que necessitam de análise e parecer (...)” (E6);



assumi o cargo de vice-presidente do Conselho, e minha ação esta voltada para visitas a entidades que pedem credenciamento, visitas a entidades que já estão credenciadas, verificando se estão atuando dentro da legalidade, e acabo atuando enquanto categoria profissional mesmo, até porque sou uma das únicas Assistentes Sociais dentro do Conselho Municipal de AS de BC (E3).

Dessa forma, percebe-se uma inserção técnica, administrativa e política, dos representantes e mais especificamente no caso do Serviço Social parece haver uma demanda que favorece a atuação desse profissional nesses espaços, partindo daí a discussão sobre a importância desse profissional nesses espaços e a necessidade de uma participação assegurada.

Nota-se, porém, em algumas falas que a decisão na escolha de qual Comissão participar acaba sendo mais pessoal, do que uma discussão levada a CPS, para decisão do conjunto, de acordo com o relato: “a partir desta segunda eleição está se iniciando o trabalho em Comissões, estando inserida na Comissão de Políticas Públicas., sendo que a decisão na participação nesta Comissão foi minha, não havendo interferência do CRESS na escolha” (E1); e ainda com relação aos subsídios para essa participação nos canais de representação tem-se

participo como profissional atuante na área de prevenção DST/AIDS, mas enquanto CRESS/SC não estou vendo essa articulação do que eu poderia estar trazendo de demanda para ser compartilhada e encaminhada, participo nas reuniões da CMAIDS, que não tem caráter deliberativo, e sim de proposições e encaminhamentos na área (E1).

Nesse contexto, podem ser apontadas estratégias que auxiliem nas relações que se estabelecem entre Categoria , CRESS, Representantes e Conselho de Políticas, no que se refere ao alcance da representação, conforme aponta este relevante relato

(...) quando se representa uma entidade num Conselho, é necessário ter clareza de que não se está representando nós mesmos, mas sim representando uma entidade, um segmento e no caso do Serviço Social está se representando o CRESS/SC e todos seus princípios éticos que o Código de Ética prevê. Assim, com base nesses princípios básicos do Código de Ética da profissão, logo quando comecei na representação a discussão sempre foi de que não é uma representação de si mesmo, mas

sim tem que se buscar na categoria espaço de discussão para fazer representação de fato, e é onde a CPS abre caminhos para apontar esse espaço de discussão da representatividade nos Conselhos de Direito, mas além da aliança com a categoria profissional é necessário também aliar-se com outros movimentos, movimentos do campo popular, onde então teve-se a inserção no Fórum Popular Estadual de Saúde, vindo na perspectiva de buscar na articulação política com esse movimento popular, para fazer uma representação qualificada com base nos princípios éticos políticos da profissão. Então, essa participação no Conselho, via Fórum, vêm nessa perspectiva de articulação das discussões não só dos pontos de pauta das reuniões do CES, mas no sentido das discussões que estão em pauta na saúde pública, seja no âmbito estadual e nacional (E2).

Entretanto, é necessário ainda apontar que esse relato, apesar da sua importância, apareceu mais destacado, apenas na fala dessa representante, não podendo dizer, portanto, que é uma diretriz de todo o conjunto de representantes aqui analisados.

Também, deve ser destacado que na fala de alguns representantes a representação da categoria profissional através da inserção nos canais de Direito, aparece ainda muito restrita a sua atuação profissional, no sentido de experiência profissional, e não fruto de uma junção da sua formação, sua atuação profissional e qualificação continua junto a entidade que representa, afim de resultar numa participação mais condizente com a categoria que se está representando.

Na sequência, tem-se a quarta pergunta realizada junto as representantes entrevistadas, procurou levantar a avaliação das mesmas para a forma de organização atual da CPS, Comissão na qual reúnem-se os representantes das diferentes políticas, numa proposta de intersetorialidade nas discussões. Cabe lembrar como já abordado anteriormente no item histórico deste Capítulo, que antes desse modelo as representações do CRESS/SC junto aos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito se reuniam conforme os segmentos que representavam, realizando-se a discussão de cada política isoladamente.

Como foi visto, a nova forma de organização da CPS está centrada na intersetorialidade entre as diferentes políticas sociais representadas, como forma de

propiciar um debate ampliado entre as áreas de representação. Entretanto, a maioria das entrevistadas apontaram para a lacuna deixada com a ausência das reuniões específicas do antigo modelo (mesmo algumas que não vivenciaram o antigo modelo), indicando como estratégia para solucionar esta lacuna, o resgate das reuniões específicas e a união com esse modelo atual ampliado, que também é apontando como relevante para realizar a interface entre as polícias, portanto avançando numa proposta de conciliação entre os dois modelos, com observa-se nas respostas

(...) é necessário que se tenha espaços em conjunto com as diversas áreas, como no atual modelo, porém, é necessário também espaço de discussão específica de cada área, já que observa-se um acúmulo de ansiedade para discutir o que está sendo debatido e encaminhado, votado nos locais de representação, assim as reuniões da CPS, sem um espaço de discussão para cada política, parecem ser muito mais um local de desabafo das nossas ansiedades do que uma discussão aprofundada sobre a nossa representatividade, no sentido de definir qual a posição do CRESS/SC e por conseguinte da categoria profissional nessas questões, portanto os espaços entre as várias políticas é importante e tem que ser garantido, mas é necessário criar, paralelo a isso, espaços de maior direção para as situações de cada política (E2);

considero o atual modelo é bom para a discussão das diferentes políticas, mas fica defasado sem o espaço que existia no modelo anterior, para a área específica de atuação, no caso a hospitalar (E5);

(...) o atual modelo é bastante relevante para a troca de informações com as diversas políticas, mas acho que deveria existir um momento de reunião dos grupos específicos de cada política, como era no modelo anterior., o ideal seria a união desses dois modelos, através de comissão específica de cada área e reuniões integradas das diversas áreas (E6);

considero que o antigo modelo deve ser retomado, articulado com o atual modelo. A intenção e proposições do atual modelo são bastante válidas, porém com o rompimento com o antigo modelo, trouxe uma lacuna na discussões específicas das políticas, devendo ser pensada uma forma de unir os pontos positivos dos dois modelos (E7).

Uma das entrevistadas faz o relato da experiência vivenciada no modelo anterior, avaliando-o como bastante positivo

(...) anteriormente existia no CRESS/SC um grupo que participavam só Assistentes Sociais que atuavam na área hospitalar, então era debatido exclusivamente a experiência de atuação dos profissionais representantes que atuavam em hospitais, a discussão era mais aprofundada e refletia-se na atuação profissional e na representação, através da troca de

experiências e debates, hoje a discussão é baseada na política, e para fazer política não adianta vir só nas reuniões, tem que ser feito um trabalho na base, a política já está pronta, não vamos reformulá-la (E5).

Por outro lado, algumas entrevistadas abordando a questão mais operacional deram grande ênfase ao modelo atual, como pode-se identificar: “não participei do modelo anterior, mas considero a proposta de intersectorialidade entre as políticas muito importante já que acaba proporcionando a aproximação com as outras políticas e representantes” (E4);

não participei da anterior, mas considero este modelo melhor, até porque unificam-se as ações, através das reuniões com os vários segmentos, há uma discussão mais ampla entre as pessoas que estão participando da questão da política social, do que um que só fala da assistência, por exemplo, assim pelo menos há uma discussão mais unificada e um avanço nas ações desenvolvidas (E3);

talvez pelo fato de já entrar estando nesse modelo, nessa discussão entre as políticas, pra mim isso é muito obvio, considero que pensar em estar como representante sem ser na perspectiva da intersectorialização não faz sentido, inclusive minha permanência tem haver com essa proposta de organização (E8).

Nessa perspectiva também, verifica-se o relato da atual presidente do CRESS/SC, gestão que instalou o modelo da CPS quando abordou na entrevista realizada que

na nossa gestão, observamos que não se podia restringir a questão das políticas sociais só a área da assistência, ou só a área da saúde, isoladamente, então a partir de 2002, se avançou em discutir a CPS como um subsídio aos nossos representantes nos Conselhos de Direito e Políticas”, ainda complementa “estariamos sendo incoerentes no discurso se a nossa ação interna fosse de forma fragmentada, essa mudança se deu em torno de todo um estudo que foi feito, e para atender as demandas, porque se vai trabalhar, por exemplo a assistência entram questões do idoso, saúde, etc.

Neste contexto, cabe destacar, que de acordo com as atas das reuniões da CPS, em função das próprias discussões ocorridas na Comissão sobre a necessidade de uma abordagem específica das políticas, resgatando o modelo anterior, a saída encontrada foi a realização de oficinas, em momentos específicos, através de reuniões temáticas, e a formação de grupos de trabalhos para organização das mesmas, de acordo com a política a ser abordada, como evidencia uma das entrevistadas “minha maior aprovação quanto a

esse modelo são as oficinas” (E1). Porém, a única política que teve esse espaço, mais destacado, no ano de 2003, foi a política na área da Saúde, através da realização de uma oficina específica com resultado avaliado como bastante satisfatório, conforme as atas evidenciam e como ainda aponta a presidente do Conselho, “outra experiência que consideramos bem sucedida, é que ao mesmo tempo que se realiza reuniões discutindo como se dá a representação dos representantes do Cress nos conselhos, também pode-se realizar oficinas específicas, como a oficina na área da saúde, realizada em 2003”.

Dessa forma, faz-se necessário uma reflexão mais aprofundada sobre esses espaços específicos e uma maior articulação para que as diversas políticas sejam contempladas de forma a fortalecer o conjunto e a discussão geral.

Ainda nessa questão, algumas entrevistas deram ênfase a assiduidade nas reuniões, fator importante para que o modelo atual tenha legitimidade, proporcionado um espaço real de abordagem intersetorial, uma vez que para que o debate entre as políticas ocorra é necessário que estejam presentes os representantes das diversas políticas. O relato de uma das entrevistadas

a questão da assiduidade dos representantes na reuniões da CPS, é preocupante, porque é necessário assegurar participação nessas reuniões, já que não somos conselheiros, estamos conselheiros representando uma entidade, sendo necessário esse debate no coletivo da categoria para que não haja distorção das posições políticas a serem tomadas no Conselho de Direito (E4).

Portanto, para assegurar maior legitimidade as reuniões da CPS e por conseguinte, dos representantes do CRESS/SC nos conselhos, comissões e fóruns, entende-se ser relevante que se priorize estratégias de chamamento dos representantes à participação junto ao Conselho profissional e que na sua escolha seja enfatizado o aspecto do compromisso de assumir esta participação.

No que se refere aos subsídios que a CPS vem propiciando para a participação do representantes nos canais de representação, como sendo o quinto questionamento realizado

junto as entrevistadas, observa-se posições extremas - positivas e negativas. Quatro representantes apontam, enfaticamente, a falta de subsídios para a sua área de representação como observa-se nas falas: “quanto as demandas do Conselho de Direito levadas a CPS, em alguns momentos houve apenas relata, mas nenhuma discussão aprofundada que subsidiasse a ação” (E5);

(...) até então, considero que na área específica do Idoso a CPS não trouxe nenhum subsídio, já que a temática do Idoso, não conseguiu ser abordada satisfatoriamente, além de muitas atividades que envolviam a representação no CEI não serem repassadas pelo CRESS/SC para a representação, tendo-se acesso a tais informações somente através dos contatos no CEI, assim considero que deve ser fortalecido esses canais de comunicação entre instituição representada e representante, afim de auxiliar no processo de representação (E4).

Esta última citação, remete para uma questão bastante relevante de operacionalização da CPS e de como tem ocorrido o processo de comunicação entre Conselhos, CRESS e Representante; a entrevistada aponta dificuldades de subsídio na sua política nas reuniões e o não repasse de informações para a representação que dificulta o processo, e que a mesma remete ao CRESS/SC, através da CPS o repasse das atividades dos Conselhos, assim conforme sugere a representante, fica aqui destacado a importância do fortalecimento de canais de comunicação entre instituição representada e representante, como subsídio uma representação mais qualificada.

Cabe ainda destacar entre as falas, “para mim em nada, minha atuação está pautada na atuação profissional na área, no que se refere ao CRESS/SC não me sinto subsidiada, nesse sentido estou bem solta mesmo” (E7), a representante que diz se sentir bem solta, sem subsídios da CPS, também relatou na segunda questão, de como participa nas CPS, sua dificuldade em receber as convocações e a ausência em muitas reuniões. Também , merece destaque

a CPS não tem me subsidiado diretamente na área de atuação, justamente pela ausência de reuniões específicas na minha área de atuação, mas



sempre recorro a diretoria do CRESS/SC, o que é facilitado em função da minha proximidade enquanto membro da diretoria (E6).

A representante aponta sua proximidade com a diretoria do CRESS/SC, como facilitador para ter subsídios na representação do Conselho na sua área de atuação, uma vez que esse apontamento remete para a reflexão, sobre as possibilidades de subsídios existentes, fora CPS, bem como questionar se o interesse dos representantes para utilizar essas possibilidades., ou seja, se as outras representações observando o não atendimento dos subsídios necessários, junto a CPS, optassem por contato direto junto a diretoria do CRESS/SC, seria preenchida a lacuna, ou seria um desvirtuamento da forma de organização que o CRESS estabeleceu para o atendimento das representações, bem como sobre abertura que a diretoria do Conselho apresenta para essas solicitações. Tais questionamentos, servem de sugestão para o debate da CPS e seus representantes, juntamente com a Diretoria do CRESS/SC, afim de clarear os canais que podem ser utilizados para uma melhoria na representação da categoria profissional nos Conselhos de Direito.

No que se refere as abordagens positivas quanto aos subsídios da CPS, na fala das entrevistadas tem-se que

(...) contribui para uma melhor representação, sinto-me bem mais preparada para estar representando, já que nem sempre as discussões estão centradas numa única política social, no caso do idoso, então, a as discussões das outras políticas na CPS, qualifica as discussões no Conselho (E1);

um ponto forte esse ano, no caso da saúde foi a realização da oficina de Pré-Conferência Estadual de Saúde, sendo realização da CPS com ganho significativo, foi a única entidade no Estado que fez uma pré-conferência dessa, assim a CPS, num ano de Conferência Estadual de Saúde fez uma pré-conferência chamando os Assistentes Sociais que atuam na área de saúde, para fazer o debate das principais propostas da categoria para essa área. Nesse ponto, considero que a CPS subsidiou bastante, porque o debate que foi levado tanto para a Conferência Municipal, quanto para a Comissão Estadual e Nacional foi debate discutido anteriormente com a categoria. Outro ponto de subsidio é a possibilidade de observar o funcionamento dos outros Conselhos, por mais que

ainda seja um espaço mais de desabafo, existe a oportunidade de visualizar as questões surgidas nos outros espaços de representação. Por outro lado, tem-se como desafio para o próximo ano, a realização de oficinas que possam aprofundar a qualidade da participação a partir de uma base de organização política mais definida e aprofundada (E2);

(...) a participação na CPS fortalece na medida que você tem condições de estar trocando, sabendo das demandas que o Conselho está recebendo, em termos de denúncia, de eventos, discussões inclusive no âmbito federal, havendo a possibilidade de acesso a essa informação é extremamente relevante, já que temos ali representantes de diversos setores de diversas políticas, sendo assim essa troca entre os profissionais subsidiou demais a participação (E8).

Assim sendo, observa-se, mais uma vez, que a realização de oficinas por área, política específica, aliada ao modelo da intersetorialidade, de atenção as políticas em conjunto, é apontado como bastante positivo, sendo um desafio a continuidade e fortalecimento dessa organização, e uma tarefa conjunta do CRESS/SC e seus representantes, junto a categoria profissional. Portanto, na leitura dos pontos positivos e negativos, apontados pelas representantes entrevistadas, observa-se que uma das estratégias para enfrentar a falta de atendimento a todas as políticas, ponto negativo apontado, pode ser com o fortalecimento da realização das oficinas específicas, para as diversas políticas, ponto positivo apontado, ou seja, o enfrentamento dos pontos negativos pode ser realizado através do fortalecimento dos pontos positivos apontados. Entretanto, é necessário identificar que em muitos relatos, como vimos, aparecem elementos que sobrepõem essa dedução, e que devem ser melhor debatidos e avaliados pelos participantes desse processo.

Na próxima questão que é relativa ao processo de decisão e/ou encaminhamento das demandas que os representantes tem que deliberar nos Conselhos de Direitos, quase que unanimemente as entrevistadas indicaram que as decisões e/ou encaminhamentos relativos as demandas da representação são tomadas a partir de decisão pessoal, apontando

as limitações que ainda são evidenciadas na relação Representante e CRESS/SC, via Comissão de Políticas Sociais, como podemos verificar no relato das entrevistadas: “(...) não é algo decidido, discutido com o CRESS/SS, é uma decisão no momento em que as questões aparecem, ocorrem na hora das votações e você tem que decidir na hora, não pode esperar para tomar uma posição” (E3);

as decisões e posições tomadas no Conselho de Direito que represento são pessoais, entendo que deveria dar mais retorno das demandas discutidas no Conselho de Direito junto a CPS, porém nas reuniões da CPS sou mais ouvinte, falta tempo nas reuniões para exposição das atividades de todas as áreas, as discussões são focalizadas em algumas políticas, a coordenação das reuniões deveria ser revista, revendo as especificações de cada política, tendo-se o CRESS como organizador dos debates (E1);

considero que esse aspecto é um nó, que existe hoje na CPS, a comissão acaba não conseguindo aprofundar de fato as temáticas e as pautas que estão sendo discutidas nos Conselhos, e acaba tendo-se dificuldade na representação do CRESS/SC, também, ocorre das discussões ficarem só na Comissão, não se tendo o posicionamento da diretoria do CRESS/SC, então, é relevante que aconteça essa mão dupla: a posição da Comissão e a posição da Diretoria do CRESS/SC, que não tem ocorrido, sendo necessário a construção desse processo, assim, a grande dificuldade encontrada para se ter subsídios nas decisões e encaminhamentos é um espaço de aprofundamento de pautas, junto com essa aproximação da diretoria na CPS (E2);

(...) na realidade esse processo não ocorre, em função de não ser oportunizado as discussões da minha área de atuação na CPS e principalmente das limitações de tempo que a CPS enfrenta, assim, as decisões e encaminhamentos se dão mais individualmente, no meu posicionamento enquanto profissional da área (E4).

Nos relatos descritos acima, aparecem apontamentos relevantes para se pensar em proposições que atendam os subsídios necessários para a tomada de decisão e/ou encaminhamentos respaldada pela instituição representada. Nesse sentido, a falta de tempo suficiente nas reuniões da CPS para o atendimento das necessidades de subsídios a todas as políticas apresentadas, deve ser revista para que as representações de todas as políticas sejam contempladas nas discussões, devendo-se pensar em estratégias de enfrentamento, a serem debatidas por todo o conjunto, representantes e CRESS; outro aspecto relevante

apontado diz respeito a necessidade de posicionamento da diretoria do CRESS/SC junto a CPS, podendo ser sugerido a presença na reunião de um representante da diretoria, que possa subsidiar a representação, sobre qual o posicionamento da diretoria quanto as demandas e necessidades que aparecem representação.

Também pode ser indicada uma orientação de agendamento das reuniões da CPS de forma a favorecer os debates antes que sejam deliberados nos conselhos, como indica

a reunião no Conselho de Direito era mensal, e da CPS também, então quando ocorria a reunião da CPS, a representação e a demanda já tinha sido deliberada no Conselho, não havia uma aproximação de datas que facilitasse esse subsídio na CPS, para a atuação na representação, então as decisões eram tomadas mais em função da experiência profissional de atuação na área da saúde (E5).

E ainda merece atenção o apontamento de que a CPS por estar num processo de formação não pode ser avaliada em função das demandas que não tem atendido:

não tive essa experiência na Comissão, normalmente ela ainda estava com esse novo formato, ainda não tinha se conseguido desenvolver uma postura de tomada de decisões que fosse mais participativa, até porque ainda era um momento de conhecimento do grupo, então essa questão da decisão em grupo nessa instância de participação vai acontecer na medida que se amadurece e que se tem pleno conhecimentos dos setores ali representados e na CPS estavam ainda num momento de conhecimento, o processo era inicial, não se efetivando ainda na prática (E8).

Portanto, num entendimento que o processo tem que ser construído em conjunto e continuamente, pelos atores participante, nesse caso representantes e Conselho profissional.

Duas das representantes retrataram que buscam subsídios na tomada de decisões, através das discussões que se realiza no próprio local de representação, no caso, especificamente, da representação no Fórum Popular de Saúde conforme relata a representante “no caso da saúde, o Fórum tem sido em muitos momentos utilizado como esse espaço, onde se discute com as outras entidades as pautas do Conselho Estadual de Saúde” (E2) e na Comissão Municipal de Prevenção das DST/HIV/AIDS (CDAIDS), “por

se tratar de uma Comissão, minha participação não é deliberativa, mas no que se refere aos encaminhamentos a ação está pautada nas discussões e proposições na área entre os profissionais presentes.” (E7). Portanto, são canais de representação anteriores aos Conselhos de Direito, e tem como objetivo basicamente a qualificação para participação, sendo a representação nesses espaços facilitada, por ser um local de debates, porém, de qualquer forma, seria relevante, também nesses espaços, o posicionamento do representante do CRESS/SC de acordo com as discussões na CPS, afim de proporcionar um debate ainda maior e mais qualificado sobre as deliberações e/ou encaminhamentos. Assim, no caso da CDAIDS, mesmo como espaço não deliberativo, também seria relevante o fortalecimento junto ao Conselho profissional, para proporcionar um profissional preparado para os encaminhamentos necessários, na local de representação.

E ainda, cabe apontar que uma das entrevistadas que já havia relatado na questão anterior sua aproximação com a diretoria do CRESS, como forma de ter subsídios para a representação, aponta novamente para sua aproximação com a diretoria como facilitador de respaldo nas deliberações e/ou encaminhamentos no local representação, conforme o relato “para decidir e encaminhar as questões referentes a minha atuação enquanto representante recorro diretamente a diretoria do CRESS/SC, já que o espaço atual oferecido na CPS é limitado, não dando tempo para a exposição de todas as políticas” (E6). Reforçando, assim a questão da falta de subsídios na CPS, para os representantes, e mais uma vez apontando para um aproximação direta a diretoria, como facilitador, no caso desse representante que tem uma maior aproximação com essa diretoria, por fazer parte da mesma, cabendo as mesmas considerações do item anterior para esse debate.

Quanto ao posicionamento da diretoria do CRESS/SC para essa questão da tomada de decisão individual, a presidente Valéria Cabral Carvalho, faz alguns apontamentos, conforme segue

a grande dificuldade que a outra gestão já tinha e a nossa ainda tem é a questão de como se dá essa representação, às vezes a representação acaba sendo uma representação personalista, falando mais especificamente em relação a 2004, por exemplo, na representação do CRESS no CEJA – Comissão Estadual de Adoção Internacional, hoje não temos conseguido realizar a discussão interna de como se dá a representação neste espaço, considero isso uma das maiores dificuldades, por duas razões, todos os conselheiros do CRESS são militantes, não tendo nenhum tipo de remuneração e assim por diante, e a CPS, que era diretamente coordenada pela Coordenadora Técnica, e com estagiária nessa área para atendimento dessas demandas, atualmente temos duas estagiárias, mas estão atuando em outros processos, e estamos com a Coordenadora Técnica afastada por motivo de saúde, então essas representações, hoje estão se dando de forma individual, mas independente disso, considero que continua sendo um processo importante e ainda temos 11 meses de gestão e estamos querendo ativar novamente essa Comissão.

Dessa forma, observa-se que a posição da diretoria do CRESS/SC, quanto ao processo decisório realizado individualmente pelo representante no local de representação, no que se refere as demandas que tem que deliberar e/ou encaminhar, aparece atrelada a eventual *paralisação* dos trabalhos, em função do afastamento da coordenação técnica do conselho, e a ausência de um estagiário que atue na CPS, não sendo explorada, portanto a contextualização desse panorama, de decisões individuais, também em 2003, quando a referida comissão tinha seu funcionamento, considerado normalizado.

Na sétima questão, as entrevistadas foram questionadas se a participação na CPS tem propiciado a intersetorialização entre as políticas sociais representadas, ou seja, se a proposta da CPS de se trabalhar as políticas sociais intersetorialmente, tem ocorrido na prática. A maioria das representantes indicaram que o debate intersetorial sobre as políticas representadas não tem ocorrido ou quando ocorre, é forma superficial, não atendendo todas as políticas, como podemos identificar nas falas

faz-se necessário uma organização maior das reuniões para que todas as políticas possam ser apresentadas e discutidas, necessário sair mais do trabalho com as políticas para a elaboração dessas políticas, a intersetorialização é fundamental para ter informações dos outros setores, sendo que haja espaço para que todos possam se posicionar (E1);

(..) é mais uma questão de informe, não há aprofundamento para se realizar a intersetorialidade e algumas ações entre os Conselhos, o que



acontece é mais um desabafo e algumas pautas dos outros Conselhos, então quanto proposta mesmo de intersetorialidade ainda não conseguiu-se avanços (E2);

o tempo das reuniões da CPS é limitado para a apresentação e discussão de todas as políticas, faz-se necessário intensificar as reuniões gerais e voltar a existir um espaço para as discussões mais específicas de cada política (E6).

Assim, tem-se alguns apontamento relevantes para a não efetividade do trabalho intersetorial, conforme as entrevistadas, como a questão da organização das reuniões e o tempo das reuniões, que seriam os principais responsáveis por não se conseguir atender o debate de todas as políticas, cabendo lembrar que na questão quatro, também nesse contexto foi indicada a baixa assiduidade dos representantes nas reuniões como um entrave para o debate das políticas de forma intersetorial. Portanto, considera-se relevante que a coordenação da CPS, juntamente com a diretoria do CRESS/SC e seus representantes, realizem um debate mais aprofundado desses entraves, afim de avançar para uma representação conforme os objetivos propostos.

Como na questão quatro, aqui também alguns representantes apontaram como positiva a proposta desenvolvida pela CPS, como vê-se: “tem me auxiliado na medida que proporciona o contato com as demandas e legislação atualizada das políticas apresentadas, proporcionando contato com as discussões atuais de cada política” (E5); “ (...) nas reuniões houve discussões principalmente nas áreas da saúde e assistência, sendo um facilitador para a representação, um exemplo, seria as abordagens compartilhadas com a política de saúde que foram levadas tanto para o Conselho do Idoso como para instituição que trabalho (E4).

Assim, observa-se para essas entrevistadas a participação na CPS tem propiciado a intersetorialização com outras políticas, cabendo aqui refletir que de alguma maneira, algumas políticas são atendidas, mas é fundamental para que essa intersetorialização seja completa que todas as políticas sejam debatidas, ampliando as possibilidades e atendendo a

todas as representações, para tanto, faz-se necessário investimentos na organização da CPS, realizando um trabalho conjunto com seus representantes e diretoria do CRESS/SC.

Dando continuidade, a oitava questão foi relativa as implicações da inserção junto aos canais de representação, enquanto representação da categoria profissional.

As entrevistadas de forma geral, apontam principalmente para as responsabilidades e os desafios que implicam estar representando a categoria profissional, como observa-se na fala

implica uma grande responsabilidade, tanto responsabilidade como desafio, responsabilidade porque não é uma participação individual e sim coletiva, mas também uma responsabilidade individual de se fazer essa articulação com a entidade, e é um desafio pois a categoria tem que avançar muito na discussão política e na qualificação de sua representatividade nesses espaços de inserção, assim, além da responsabilidade e do desafio requer uma disponibilidade de atuação não só nos espaços do CES e da CPS, como também em entidades populares, para participar nos conselhos deve-se ter claro, portanto, a necessidade dessa disponibilidade, responsabilidade com essas questões (E2).

Nesse sentido, tem-se alguns apontamentos relevantes como a questão da qualificação da representação e a disponibilidade de atuação do representante, enquanto desafios a serem debatidos pelos participantes desse processo a fim de que se visualize estratégias que fortaleçam a responsabilidade assumida com a representação, considerando também o Assistente Social representante com um profissional capacitado para atuar na implementação e elaboração de políticas sociais, como foi abordado,

considero que é importante que o Serviço Social esteja presente em todos os Conselhos de Direito, uma vez que é um profissional capacitado para atuar na implementação e elaboração de políticas sociais, e tal inserção possibilita a visibilidade do profissional de Serviço Social em ocupar esses espaços, e também a representação via CRESS/SC representa uma responsabilidade muito grande frente a categoria profissional, assim como a inserção nas discussões, não se está mais isolado na instituição de trabalho, o representante fica inserido na política mais amplamente (E4).

E portanto, de grande relevância na ocupação dos espaços deliberativos e de discussão das políticas sociais, sendo abordado também a importância da aproximação com a categoria profissional como forma de garantir legitimidade na representação

profissionalmente é muito importante, muito além da política social é uma questão da classe, do papel enquanto profissional, extrapolando a questão pessoal, enquanto Assistente Social representando o CRESS, porém a representação não está tão forte em função da falta de tempo, e agora que o Conselho de Direito vai iniciar uma atuação mais direta (exigindo mais do representante) e a representante não tem muito tempo está colocando a vaga a disposição (E1).

E, ainda, como aponta

(...) é uma grande responsabilidade participar do Conselho Municipal porque você está representando uma categoria que muitas vezes nem está a par das discussões e encaminhamentos que estão sendo tomados no Conselho, o ideal seria que tivesse mais de um representante, nesse caso a presença constante de suplente e titular fortaleceria a atuação e a representação da profissão” (E6).

Portanto, sendo importante estratégias de agilização do processo e facilitação da questão do tempo, sugerido um fortalecimento na ação conjunta entre representante titular e representante suplente, como forma de divisão de tarefas e debate mais qualificado, com a troca de experiências.

Ainda, algumas entrevistadas, apontam dificuldades nesse processo em função das deficiência de interação com a instituição representada e por conseguinte com a categoria profissional, como segue: “sinto estar representando como Assistente Social de atuação ativa na área da saúde, mas sem a interlocução do CRESS/SC e esse contato mais específico com que almeja a categoria profissional” (E7). E ainda, fortalecendo a participação do profissional nesses canais, apontam

essa inserção implica em dar uma dinâmica diferenciada, de estar avaliando, questionando, apreciando as contas, dinamizando em que está sendo aplicado, atuar na fiscalização e parecer junto as entidades que procuram o Conselho, esclarecendo aos demais conselheiros, implicando também em muitos ganhos para a categoria profissional, afinal é um Conselho que tem muito a ver com o Serviço Social, e a ocupação desses espaços é importante para a categoria (E3);

implica troca de informações, subsídio profissional, aprendizagem, capacitação, além da possibilidade de socializar, enfatizando a importância de uma ação coletiva e integrada com o desejo da categoria profissional (E6).

Portanto, parece consenso a participação nesses espaços de forma qualificada e interada com as diretrizes que a categoria profissional aponta para a representação, ocupado espaços de visibilidade para o profissional de Serviço Social, indicando o fortalecimento da profissão e por conseguinte da categoria profissional.

A nona questão, foi sobre as possibilidades de se criar mecanismos que garantam maior legitimidade aos representantes junto a categoria e efetivamente o que poderia ser feito para que ações na representação estejam de acordo com que a categoria profissional almeja e considera importante na atuação frente as políticas públicas.

As representantes entrevistadas, em sua grande maioria, quase unânime, realizaram vários apontamentos que consideram relevantes para a ampliação e fortalecimento da legitimidade da representação, tais como: a) investimento na qualificação do representante; b) respaldo da instituição representada; c) escolha do representante discutida com a categoria, que deve decidir quem a representará; d) rotatividade na representação; e) aproximação da categoria com forma de incentivar a participação do Assistente Social como representante e como representado; f) fortalecer o formato da CPS, bem como as reuniões específicas por política; como observa-se nos relatos das entrevistadas:

(...) mesmo a representação sendo extremamente legítima e de grande relevância para o CRESS, o Conselho profissional poderia utilizar meios para qualificar mais a participação do representante, ampliando os espaços de discussão e consequentemente nas reuniões da CPS (E1);

(...) havendo uma rotatividade na representação, fazendo chegar as demandas até a categoria, ampliação dos canais de informação, sendo um desafio trazer a categoria para a discussão e participação ativa junto ao conselho profissional (E5);

A legitimidade da representação via CRESS/SC é indiscutível, é uma das entidades mais presentes, o que pode ser mais intensificado são as reuniões gerais e a instalação de reuniões específicas para ampliar as discussões (E6);

Seria mais um bom motivo para estar se reunindo e discutindo novas possibilidades juntos, considero que o contato maior com as Assistente Sociais da área da saúde, no antigo modelo, era uma forma de estar legitimando mais a participação do representante do CRESS/SC e deveria ser retomado (E7);

Fortalecer esse formato de discussão em comissões e trabalhar na perspectiva da formação é fundamental, ou seja, para garantir legitimidade esses profissionais tem que estar se reunindo (E8).

Cabe ainda, destacar importantes indicações, por exemplo, sugerindo respaldo financeiro junto aos representantes, oferecendo maiores subsídios e como forma de incentivar a participação, atraindo mais profissionais para a representação, como aborda

Primeiramente, a questão da dificuldade de se encontrar Assistentes Sociais que queiram ser representantes, esse tipo de participação e envolvimento tem se mostrado escasso na categoria, e o respaldo do CRESS/SC para com os representantes deveria ser ampliado, respaldo junto a instituição de trabalho, respaldo financeiro de gastos com a representação, até como forma de atrair a participação de outros profissionais na representação (E4).

Ou ainda, a sugestão de realização de plenária junto a categoria para escolher os representantes,

Considero que o processo de legitimidade se dá na medida que as decisões aconteçam no âmbito coletivo, então, iniciando esse processo, a escolha do representante tem que ser coletiva, sendo necessária a realização de uma plenária da categoria de cada área específica, para dali retirar um representante não só com profissionais da capital, mas também do interior, uma vez que estar conselheiro tem que ser uma decisão do coletivo da categoria, assim, entendo que a legitimidade passaria inicialmente por um processo no momento da escolha do representante e depois no retorno de sua representação junto ao CRESS/SC e a categoria profissional, sendo que só na CPS não é garantida essa legitimidade, já que a legitimidade passa por como é realizada essa interlocução dessa representatividade com o coletivo (E2).

Como forma de trazer profundando ao processo de escolha democrática, e enfatizando a ampliação dos canais de informação. Assim sendo, deve merecer atenção da Conjunto - representantes, representados e Conselho Profissional - , essas proposições, indicando maior legitimidade ao processo de representação. É relevante esclarecer que não está sendo aqui negado a legitimidade da representação via CRESS/SC, mas sim

discutindo-se propostas para um maior alcance dessa legitimidade, e consequentemente, tornando o processo mais legítimo.

E ainda, dentro dessa discussão sobre a legitimidade, cabe destacar mais alguns relatos das entrevistadas

(...) criar mecanismos para garantir um processo mais legítimo, não é só possível, como necessário, o problema está em definir quais esses mecanismos, e aplicá-los, quais seriam, que tipo de incentivo seria necessário para que esses representantes tivessem mais inseridos, seria aumentando as informações sobre o que acontece, me sinto sozinha, os profissionais estão dispersos, não há discussão das ações, situação que também é identificada no Conselho de Direito, não há aproximação entre o Conselho Estadual e o Conselho Municipal, por exemplo, deveria haver essa aproximação, até porque os conselheiros estão totalmente desamparados, despreparados, muitos estão lá e nem sabem porque estão, não há formação para os Conselheiros, não há critérios legítimos de seleção dos conselheiro, e tal contexto, afeta diretamente a representação da categoria profissional, já que o representante se vêem de mãos atadas (E3).

Assim, tem-se destacado dificultadores na própria operacionalização desses mecanismos de legitimidade, e para que os mesmos sejam efetivados, é indispensáveis que todos os atores que participam do processo representativo estejam inseridos no debate, e quanto a essa inserção e participação cabe outro relato relevante

Historicamente a categoria tem um perfil de muita dificuldade de estar se reunindo para fazer discussões, que implicam num maior aprofundamento da formação, o CRESS/SC tem investido em informação, principalmente nos dois últimos anos e considero essa uma forma interessante, uma vez que o profissional de Serviço Social historicamente não tem muito essa pratica de estar buscando sua formação, muitas vezes também em função das limitações relativas ao própria remuneração do profissional que ainda é muito baixa, então as vezes não é nem pela falta de interesse do profissional (E8).

Dessa forma, tem-se apresentando alguns dificultadores também da participação desses atores, a representante descreve a participação do profissional de Serviço Social historicamente com limitações, sendo a este profissional remetida eticamente a participação nesses espaços, tal abordagem é bastante problemática, nos moldes do que se defende por participação representativa, e deve ser constantemente levada para o debate.



Portanto, merece relevante destaque que essas proposições sejam analisadas, discutidas e implementadas, como forma de realmente garantir um espaço cada vez mais legítimo, com retornos imensos para a organização profissional e para a efetivação da democracia participativa.

A décima questão, aponta para a identificação das facilidades existentes (encontradas) em se representar o CRESS/SC, enquanto organização da categoria, nos Conselhos de Direito, Fóruns ou Comissões.

As principais facilidades encontradas na representação do CRESS/SC, de acordo com as representantes entrevistadas, podem ser assim destacadas: liberdade no exercício da representação; estímulo a participação; participação na CPS; respaldo do CRESS/SC; visibilidade profissional; aquisição de conhecimentos; possibilidade de envolvimento com as discussões mais ampliadas e atuais nas diversas áreas; participação e troca de experiências com os outros profissionais; credibilidade e aceitabilidade que o CRESS/SC apresenta nos espaços de atuação do Serviço Social; representação na área de atuação profissional.

Faz-se relevante, apontar alguns desse relatos, afim de pontuar melhor essas facilidades, como segue: “entendo que as facilidades estão presentes até mesmo enquanto profissional, como conselheira há um respeito por parte dos demais profissionais (...)” (E3); “a facilidade é a própria Comissão de Políticas Sociais, e também tive todas as facilidades com relação as questões internas de contato com o CRESS/SC” (E8);

(...) por mais que não seja ainda aquilo que almejamos, a CPS é um espaço facilitador do processo de representatividade da categoria, como exemplo a pré-conferência de saúde, realizada pela CPS, e no Conselho Estadual de Saúde a interlocução com os outros representantes também tem sido um facilitado (E2);

A inserção no CRESS/SC proporciona a apreensão de informações importantes para o exercício profissional, e junto a isso, participação e troca de experiências com os outros profissionais (E5);

Uma das maiores facilidades é a credibilidade e aceitabilidade que o CRESS/SC apresenta nos espaços de atuação do Serviço Social, sempre sendo solicitado a participar, também, no meu caso, há facilidade de contato com os membros da diretoria, acesso fácil ao CRESS/SC em função da minha proximidade, enquanto membro da diretoria e flexibilidade por parte da categoria profissional nas articulações interventivas, bem como visibilidade e abertura profissional (E6);

As facilidades são no sentido de ser profissional atuante na área que sou representante, facilitando a articulação com os profissionais, dando visibilidade a minha atuação profissional (E7).

Observa-se que algumas falas apontam muito mais conseqüências pelo fato de estar representando do que facilidades encontradas no processo de representação, que é o que a questão solicita. Assim, como na abordagem da entrevistada “conhecimentos adquiridos, compartilhar com outros profissionais as questões de sua área de atuação, também a possibilidade de envolvimento com as discussões mais ampliadas e atuais nas diversas áreas, e sobretudo na área do Idoso” (E4), em que tem-se referência aos conhecimentos adquiridos e possibilidade de envolvimento com as discussões das diversas políticas, sendo entendida aqui muito mais como conseqüências da inserção na representação do que uma facilidade encontrada.

Com relação a colocação “não há interferência negativa do CRESS junto ao representante, não há cobranças excessiva, o Conselho deixa o representante livre para exercer a representação, havendo também estímulo a participação permanente” (E1) que aponta a não cobrança do CRESS/SC junto a representação, pode-se entender que a representante dá um sentido mais de respeito a autonomia na representação, e de certa forma aponta para um atuação do Conselho Profissional, não fiscalizatória mais de respaldo as solicitações dos representantes.

Desse forma, cabe, mais uma vez, que esses debates sejam suscitados entre os atores que atuam no processo de representação, afim de que se tenha um envolvimento fortalecido e articulado nas diferentes instância.

Contrapondo essa questão das facilidades, na 11.<sup>a</sup> questão, as representantes foram chamadas a relatar as dificuldades existentes para representar o CRESS/SC, enquanto organização da categoria nos Conselhos, Fóruns e Comissões de Direito.

A maior parte das entrevistadas aponta como dificuldade a questão da assiduidade nas reuniões da CPS, em função da dificuldade de conciliar as atividades profissionais com a representação, e nesse caso, também destacam como dificultador a falta de respaldo do Conselho Profissional frente as instituições de trabalho do representante; bem como a questão do tempo de duração das reuniões da CPS, apontado como insuficiente para o atendimento das diversas políticas, como podemos verificar nos relatos: “dificuldade na assiduidade, conciliar as atividades do trabalho e pessoais com a representação, e dificuldade de acesso aos assuntos relativos ao idoso nas reuniões da CPS” (E1); “a questão do respaldo oferecido pelo CRESS/SC, principalmente frente a instituição de trabalho, frente ao amparo financeiro necessário, também dificuldade de estar presente nas reuniões da CPS, em função da impossibilidade de sair da instituição de trabalho” (E4); “tempo limitado e insuficiente nas reuniões da CPS impossibilitando a exposição das demandas de todas as políticas, falta de um espaço específico para as demandas da saúde” (E5);

Enfrento algumas dificuldades com as datas de realização das reuniões da CPS, que coincidiam com reuniões de outras instâncias, além do tempo restrito dado as reuniões em função da grande quantidades de demandas que não podem ser contempladas, bem com a falta de reuniões específicas de cada política (E6);

Considero uma dificuldade essa forma atual de organização, seria importante pensar uma forma de articulação deste modelo atual com o antigo modelo, é relevante buscar novas formas de discussão, encaminhamentos para as reuniões, também deveria ser revisto a questão das convocações para as reuniões e a questão da participação dos representantes, para fortalecer os momentos de discussão dos representantes (E7);

Portanto, observamos algumas proposições quanto a esses dificultadores, que são desafios para a efetivação da representação, tais como: respaldo do CRESS/SC nos locais de trabalho do representante de forma a esclarecer e fortalecer a dispensa do representante para as atividades relativas a representação, e nesse sentido o envio de ofício/convocação oficializando a dispensa é relevante; e articulação do modelo atual da CPS com o modelo antigo, de discussões específicas, afim de que nas reuniões da CPS seja contemplado os debates de todas as políticas representadas.

Merece destaque, a exposição da representante de BC, como observa-se

As dificuldade maiores estão em não ter discussão com os demais profissionais do município, até mesmo junto a Associação do Assistentes Sociais do Vale do Itajaí não há uma sistemática de reuniões e esse aspecto de discussão fica ausente, também a representante suplente, em função dos compromissos de trabalho não se adequarem aos horários das reuniões suplente, não pode participar das discussões, nesse sentido o envio de ofícios para o local de trabalho pelo CRESS, é relevante para a valorização da representação (E3).

Além de apontar a questão da dispensa do local de trabalho, que já foi evidenciada, indica também a situação do interior do Estado, com dificuldades de se reunir para realizar o debate regional e estadual, assim, tem-se também como sugestão a criação de novos canais de discussão nas associações e o fortalecimento dos já existentes, afim de incentivar uma maior participação das associações de Assistentes Sociais do Estado, abrindo novos canais de representação, participação e fortalecimento do âmbito estadual das representações e do Conselho Profissional, como sugere outra entrevistada

(...) como sugestão, considero relevante que o CRESS/SC deveria sair de Florianópolis um pouco mais e ir para o interior, ou seja, expandir as realizações no interior do Estado, até na que diz respeito as ações da Comissão de Políticas Sociais, favorecendo uma maior aproximação entre os profissionais, até para despertar a vontade de participação desses profissionais que estão ausentes nas discussões, e indo de encontro também, com a questão dos gastos e dificuldades no deslocamento dos Assistentes Sociais dos demais municípios para Florianópolis e quanto aos relatórios seria importante a criação de um modelo, para facilitar a dinamicidade do processo (E2).

Nesse sentido, tem-se a fala da presidente do CRESS/SC, Valéria Cabral Carvalho, como segue

A situação ideal, é que a representação atenda o âmbito estadual da categoria, trazendo todos os profissionais do Estado para o debate, só que a forma de operar é muito difícil e tem-se uma certa dificuldade em ter representantes, em função da realidade de falta de tempo, luta pela sobrevivência, trabalho redobrado, isso é uma dificuldade que se traduz a democracia participativa, isto é um desafio que já temos.

Dessa forma, a Presidente aponta para entraves operacionais e de participação que devem ser superados, sendo desafios a serem enfrentados para a efetivação da representação da categoria no âmbito estadual.

No que tange as dificuldades apresentadas, ainda merece destacada relevância das colocações de uma das representantes, que não apareceram na fala das outras entrevistadas nesta questão, sendo indicado como dificultadores: a falta de retorno da diretoria referente aos encaminhamentos realizados pela CPS, e que não se tem retorno da posição da diretoria; a falta de debate na categoria sobre a representação de forma articulada com seus princípios éticos; a falta de participação da mesma nos espaços de participação democrática; e a falta de canais de qualificação de novos conselheiros para que se garanta uma rotatividade qualificada nas representações; como podemos identificar na fala da entrevistada

Na CPS são definidas algumas ações que são encaminhadas para a diretoria, e há dificuldade desse retorno da Diretoria e até mesmo desses encaminhamentos, ou seja, o posicionamento da diretoria sobre as discussões, faltando então essa mão dupla, entre CPS e diretoria, nas discussões trazidas pelos representantes, falta mais espaços de discussão, outro dificultador é a falta de aprofundamento da categoria como um todo na importância do debate político da representação dentro dos princípios éticos da profissão, sendo um desafio para os representantes a garantia de estar representando no seu cotidiano o que está estabelecido no Código de Ética profissional, então o dificultador é a falta de aprofundamento coletivo de como transpor esses princípios na nossa representação nos Conselhos de Direito, como garantir nos debates estar representando eticamente o que a categoria defende; outro dificultador é a participação, se fala muito em participação mas ela efetivamente pouco acontece, tem poucos Assistentes Sociais hoje participando ou debatendo, para ser representante é necessário uma caminhada de discussões, inicialmente

teria que se ampliar os espaços de discussão entre os Assistentes Sociais, a CPS está concentrada entre os conselheiros, e como fica a qualificação de novos conselheiros para representar a categoria? como estão sendo trabalhados hoje outros Assistentes Sociais para assumir esses espaços de representação, como oxigenar o movimento da categoria nesses espaços? serão sempre os mesmos representantes? não, seria necessário criar outras possibilidades, para que outros profissionais entrem no processo de discussão para ser representante, então, o dificultador é a falta de participação também da categoria nessas questões, e nesse sentido também aparece a falta de interlocução com as Associações do interior do Estado (E2).

Assim, como proposições tem-se centralmente o chamamento da categoria profissional para ocupação dos espaços de representação, e criando novos espaços, primando pela qualidade dos debates e por conseguinte, qualificação de novos representantes, bem como que o Conselho profissional assuma seu papel de articulador do processo.

A última questão realizada refere-se a importância da representação para o atuação profissional do representante, ou seja, quais os reflexos da representação na atuação do profissional de Serviço Social.

Em sua maioria, as entrevistadas destacaram grandes ganhos pessoais e profissionais alcançados com a representação da categoria profissional nos canais de participação política, apontando principalmente: subsídios para a atuação profissional, qualificando-a; visibilidade profissional e da profissão, bem como do próprio CRESS/SC; incentivo a apropriação de conhecimentos; interação com outros profissionais; e possibilidade de contato com as discussões da atualidade.

Tais apontamentos, quanto o papel da representação na atuação profissional do representante, podem ser melhor visualizados através da fala de algumas representante, como tem-se

Fundamental, considero que o Assistente Social que fica trancado em uma sala, só no seu cotidiano perde muito, a representação tem sido um espaço de aprendizado constante, os momentos vivenciados tem sido constantes, nas relações éticas, políticas, do controle social, da participação, assim a atuação profissional se qualifica na medida que



existe participação nesses espaços, não apenas no desempenho profissional, enquanto representante, a representação também qualifica como pessoa, como cidadão (E2);

(...) os ganhos profissionais são muito grandes, a representação proporciona o contato com as notícias atuais da profissão e da sua área de atuação específica, a troca de experiência enriquece muito a prática profissional (E5);

A representação trouxe bastante visibilidade profissional, consegui vencer o medo da exposição, recebi muitos incentivos para a busca de conhecimentos cada vez mais aprofundados, a fim de conhecer os recursos e as possibilidades de atuação existentes, sinto-me mais valorizada e realizada profissionalmente, pessoalmente (E6);

Não consigo ver a importância de uma forma isolada ela vai aparecer no conjunto das minhas ações profissionais, se estou mais interada das questões da categoria, sem dúvida vou estar em melhores condições de exercer a profissão e de estar atuando, entendo a representação, muito relacionada com uma possibilidade de troca com outros profissionais das questões da profissão (E8).

Portanto, como podemos visualizar nas falas apresentadas, a representação trouxe muitos avanços profissionais e pessoais, remetendo a um profissional mais qualificado, e mais interado com as discussões que remetem a sua profissão, que no caso do Serviço Social, aparecem mais evidenciadas pelo reconhecimento de que a participação desse profissional nesses espaços faz parte do seu próprio compromisso ético com a profissão.

Ainda, nessa perspectiva, cabe destacar a fala da entrevistada “é extremamente importante até porque o Serviço Social de certa modo é notado e tem que se fazer presente, o compromisso assumido junto aos conselhos de direito é difícil de ser efetivado, mas é muito importante aos usuários, estando aí grande relevância na nossa atuação” (E3). A entrevistada, aborda portanto, o papel da representação também junto aos usuários, remetendo a atuação profissional na representação, além da militância pela defesa da categoria profissional.

Outro destaque, remete a uma posição contrária das vistas até então, quanto a visibilidade individual na representação, como segue

Como profissional é muito relevante, principalmente para o meu exercício profissional, a representação oferece muita articulação, porém, no que refere-se a visibilidade que a representação apresenta, considero que a representação no meu caso não tem grande ressonância, em função da falta de articulação com o CRESS, mas para o CRESS/SC considero que há muitos ganhos (E7).

Assim, a representante aponta para a questão da visibilidade e ganhos que a representação oferece ao CRESS/SC, enquanto instituição representada nos canais de discussão das políticas sociais. Dessa forma, como sugestão, é relevante destacar a indicação “(...) o CRESS deve ampliar os debates da CPS, afim de atuar na motivação dos profissionais a estarem ocupando os espaços de representação qualificadamente” (E1), primando-se, por um processo de mão dupla de qualificação e como retorno visibilidade. Portanto, este item permite observar uma série de avanços e desafios que a representação da categoria profissional aponta, na visão das representantes titulares do CRESS/SC em Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito, servindo de referência para o debate e apontando estratégias para dinamizar e qualificar o processo.

Dessa forma, entende-se que para avançar nas proposições e desafios aqui elencados faz-se necessário um trabalho conjunto entre categoria, Conselho Profissional e representantes, articulado com os locais de representação, sendo um desafio para as próximas Gestões do CRESS/SC – 12.<sup>a</sup> Região e para os profissionais de Serviço Social, implementar os debates aqui suscitado, como aborda a presidente Valéria Cabral Carvalho “ (...) é uma discussão nos Conselhos de todo país, como se criar a democracia participativa junto com a democracia representativa, sendo que o maior desafio é consolidar o processo democrático, quem sabe as próximas gestão tenha-se maiores avanços”, sendo assim um desafio a ser enfrentado na atual e nas próximas gestões do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região e por toda sociedade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, dada a impossibilidade nas sociedades modernas de se exercer o poder diretamente, como idealizava Rousseau, em função da sua complexidade na organização da sociedade atual o poder é exercido por representantes escolhidos para tomar as decisões, a chamada democracia representativa. A cidadania, por sua vez, nestes moldes, é entendida como direito à representação política e o cidadão definido como indivíduo titular de direitos eleitorais e ocupação de cargos públicos, sendo esta a concepção observada na cultura jurídica e política brasileira.

Entretanto, a heterogeneidade das demandas e a própria pluralidade da vida social ampliou as garantias democráticas e multiplicou as possibilidades de ocupação de espaços, merecendo destaque o processo de organização dos trabalhadores e a constituição dos direitos sociais no Brasil.

A organização dos trabalhadores, teve no corporativismo as disposições políticas e institucionais para estruturar a representação de interesses, no caso brasileiro, cada profissão remeteria a um sindicato, visando ao controle social que pudesse levar à construção de um país harmonioso e pacífico, e os direitos ficavam reservados apenas para os trabalhadores urbanos que pertencessem a profissões reconhecidas e regulamentadas pelo Estado.

Neste contexto, insere-se a criação dos Conselhos Profissionais, quando na década de 50 o Estado regulamenta profissões e ofícios considerados liberais, preconizados como entidades corporativas com função controladora e burocrática, surgindo os Conselhos Regionais e Federais. E, com essas premissas, em 1982 foi criado o então CRAS – 12.<sup>a</sup> Região de Santa Catarina, hoje CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, atendendo os Assistentes Sociais de

todas as regiões do Estado, operacionalizando ações e chamando os Assistentes Sociais a participar de sua organização profissional.

Concomitantemente, a essa organização da categoria, principalmente no final da década de 80 tem-se na abordagem das políticas sociais grande destaque face ao agravamento da questão social e a pressão das organizações trabalhistas, culminando com a instalação de um sistema de Seguridade Social no país, efetivado no ato constitucional de 1988. Entretanto, antes que ocorresse a efetivação desses direitos na realidade brasileira, como preconizava o modelo institucional instalado, tem-se um movimento de desresponsabilização do Estado, e dismantelamento dos direitos sociais, através da adoção da política neoliberal, que basicamente restringiu as políticas sociais à população mais vulnerável, com vista na redução de gastos.

Em contrapartida, junto a esse cenário, a população brasileira tentava assegurar os direitos conquistados e expressos na legislação com a inserção nos espaços públicos, como remetia o texto constitucional, através da participação organizada, cabendo destacar aqui a aproximação com a representação de interesses e a organização do Serviço Social, na figura do CRESS - 12.<sup>a</sup> Região, no que remete incluir no processo de planejamento, implementação e avaliação, a abordagem das políticas sociais em canais de participação, Fóruns, Comissões e Conselhos de Políticas Públicas.

Portanto, através da aproximação com o debate sobre as políticas sociais no âmbito das organizações profissionais de Serviço Social, no caso específico do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região, procurou-se durante o transcorrer do estudo, identificar os avanços e desafios existentes para participação representativa do CRESS 12.<sup>a</sup> Região, junto aos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direitos, na busca pela efetivação dos preceitos constitucionais, e por conseguinte da democracia participativa.

A CPS do CRESS/SC faz a interlocução entre essas políticas setoriais através de representantes em Fóruns, Comissões e Conselhos de Direitos. Assim, a demanda atendida pela Comissão constitui-se num espaço rico em informações e complexidade, de relevância para o fortalecimento da profissão e para a implementação de Políticas Sociais.

Dessa forma, a CPS é o espaço de interlocução, articulação e fortalecimento das demandas relativas a profissão nos espaços de participação da sociedade civil na esfera pública, fortalecendo “a inclusão de um número cada vez maior de indivíduos no processo político, até então impedidos de participar politicamente” (CRUZ, 2000, p. 6).

Nesse sentido, com relação a proposta do CRESS/SC para se discutir, encaminhar e intervir no processo de planejamento, execução e avaliação das políticas sociais, através da organização da Comissão de Políticas Sociais e na análise de suas representações, cabe ressaltar, algumas limitações, desafios, avanços e sugestões apontadas pelos representantes do CRESS/SC na representação da categoria profissional e por conseguinte na implementação da democracia participativa.

Como dificuldades e limitações visualizadas no processo, tem-se: falta de disponibilidade dos profissionais para exercer a representação, em função da grande demanda e responsabilidade indicadas no exercício profissional do Assistente Social, apontando para a ausência dos representante nos compromissos que são assumidos na representação, principalmente relacionados a presença nas reuniões da CPS; dificuldade dos representantes em receber as convocações para as reuniões da CPS; falta de respaldo do Conselho Profissional frente as instituições de trabalho do representante; dificuldades de subsidio para atuação frente a política a ser representada que algumas entrevistas apontam como sendo a lacuna deixada com a ausência das reuniões específicas do antigo modelo; decisões e/ou encaminhamentos relativos as demandas da representação são tomadas a partir de decisão pessoal, apontando as limitações que ainda são evidenciadas na

relação Representante e CRESS/SC, via Comissão de Políticas Sociais; tempo de duração das reuniões da CPS, apontado como insuficiente para o atendimento das diversas políticas; falta de retorno da Diretoria referente aos encaminhamentos realizados pela CPS; falta de debate na categoria sobre a representação de forma articulada com os princípios éticos da profissão, bem como ausência da mesma nos espaços de participação democrática; falta de canais de qualificação de novos conselheiros para que se garanta uma rotatividade qualificada nas representações.

Diante das limitações e dificuldades apontadas, os desafios indicados pelas representantes foram: ampliação do tempo das reuniões da CPS, para que as representações de todas as políticas sejam contempladas nas discussões, efetivando-se a intersetorialidade entre as políticas representadas; assiduidade dos representantes nas reuniões da CPS; participação efetiva e qualificada do representante nas reuniões da CPS; operacionalização da CPS de forma a dinamizar a relação entre canais de representação, CRESS e representante; fortalecimento de canais de comunicação entre instituição representada e representante, e categoria profissional; além da aliança com a categoria profissional faz-se necessário aliar-se com outros movimentos, movimentos do campo popular; reavaliação de como tem se dado o processo de retorno das demandas que o representante atua, e o acompanhamento das mesmas através da CPS.

Faz-se relevante também a indicação dos avanços apontado pelas representantes: a CPS, como caminho de discussão da representatividade nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito; a participação através de repasses e debates sobre sua atuação do representante, bem como debates sobre os avanços e desafios para uma representação mais coerente com o desejo da categoria profissional e politicamente comprometida com o fortalecimento dos direitos sociais; realização de oficinas por área, política específica, aliada ao modelo da intersetoriadade, de atenção as políticas em conjunto; estímulo a



participação; possibilidade de envolvimento com as discussões mais ampliadas e atuais nas diversas políticas; participação e troca de experiências com os outros profissionais; subsídios para a atuação profissional, qualificando-a; visibilidade profissional e da profissão, bem como do próprio CRESS/SC; incentivo a apropriação de conhecimentos e a possibilidade de contato com as discussões da atualidade.

E finalizando, as sugestões das representantes, através das análises e proposições indicadas são: divulgação das ações da CPS e do CRESS/SC frente a categoria profissional e vice-versa, afim de ampliar e qualificar o processo representativo, possibilitando, mais especificamente, a escolha de representantes com a participação da categoria profissional e suscitando o interesse pela representação; realização de plenária junto a categoria para escolher os representantes, aprofundando o processo de escolha democrática, e enfatizando a ampliação dos canais de informação; respaldo do CRESS/SC nos locais de trabalho do representante de forma a esclarecer e fortalecer a dispensa para as atividades relativas a representação, e nesse sentido o envio de ofício/convocação oficializando a dispensa; atenção aos aspectos organizativos de coordenação da CPS, para o processo de convocação dos representantes; realização de oficinas, em momentos específicos, através de reuniões temáticas, e a formação de grupos de trabalhos para organização das mesmas, de acordo com a política a ser abordada; reflexão mais aprofundada sobre os espaços de representação e uma maior articulação para que as diversas políticas sejam contempladas de forma a fortalecer o conjunto e a discussão geral; presença nas reuniões da CPS, de um representante da Diretoria, oferecendo maiores subsídios à representação; agendamento das reuniões da CPS de forma a favorecer os debates antes que sejam deliberados nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito; respaldo financeiro junto aos representantes, até como forma de atrair mais profissionais para a representação; incentivo a atuação conjunta entre representante titular e representante suplente; articulação do modelo atual da CPS com o

modelo antigo, de discussões específicas, afim de que nas reuniões da CPS sejam contemplados os debates de todas as políticas representadas; criação de novos canais de discussão com as associações do interior do Estado e o fortalecimento dos já existentes, afim de incentivar uma maior participação das associações de Assistentes Sociais do Estado, abrindo novos canais de representação, participação e fortalecimento do âmbito estadual das representações e do Conselho Profissional.

Desta forma, merece atenção do Conjunto: representantes, representados e Conselho Profissional, essas proposições, indicando maior legitimidade ao processo e realizando um debate mais aprofundado, afim de avançar para uma representação conforme os objetivos propostos.

Entretanto, é necessário pontuar que muitas dessas proposições, indicadas pelas representantes, já vinham sendo debatidas e implantadas através da CPS, como pode ser visto na abordagem das atas das reuniões, como por exemplo, a publicação das atas no site do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região como forma de publicizar para a categoria profissional os debates realizados.

Entendendo-se então, que talvez a questão maior seria como fazer chegar para a categoria as necessidades e as informações necessárias à uma discussão conjunta sobre a representação. E neste caso, cabe uma importante reflexão sobre a articulação entre CRESS/SC, Comissão de Políticas Sociais e Categoria Profissional, no sentido de se pensar em estratégias de aproximação entre esses canais: CRESS/SC – CPS, CRESS – Categoria Profissional, CPS – Categoria Profissional.

Enquanto, ex-estagiária do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região e através da atuação junto a CPS, compreendendo a relevância desse espaço, considero que as principais proposições para fortalecer e ampliar a atuação dos representantes do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região e portanto, da categoria profissional, nos espaços de representação, vão no sentido de que as próximas e

ainda, a atual gestão, retomem a organização da CPS, incorporando os debates já travados de forma a avançar na operacionalização dessa Comissão, tendo-a entre as prioridades de gestão, afim de se efetivar os preceitos éticos políticos estabelecidos pela profissão. Também, é relevante apontar o fortalecimento do CRESS/SC como campo de estágio e pesquisa, bem como ampliar o número de Assistentes Sociais que participam das atividades do CRESS/SC, tendo em vista a magnitude do trabalho a ser realizado de aproximação com a categoria. E ainda, intensificar canais de interação com o Conselho Federal e os demais CRESS, realizando um trabalho conjunto de enfrentamento dos desafios da representação da categoria profissional.

Assim, pensar em estratégias para garantir maior legitimidade, caminhando contra as dificuldades de operacionalização observadas, é fundamental para a efetivação da democracia representativa nesse espaço que é o Conselho Profissional e nos espaços de representação Fóruns, Comissões e Conselhos de Direitos, sendo esse o maior desafio do processo democrático na atualidade, a discussão nesses espaços para a efetivação da democracia representativa e participativa. A construção democrática passa portanto, pela ampliação dos objetivos dos CRESS – 12.<sup>a</sup> Região quando se insere nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direito, assim como os outros Conselhos Profissionais.

Sobre os avanços e desafios da democracia representativa, face ao estudo realizado, conclui-se que o afastamento entre representantes e representados deve ser superado, observando o fenômeno da representação como um processo global e não fragmentado, baseado no fortalecimento entre os *atores* do processo através de uma cultura democrática participante e flexível, como supõe o ideal democrático de cidadãos atentos aos acontecimentos da esfera pública informados dos acontecimentos políticos, capazes de escolher entre as diversas alternativas políticas apresentadas e interessados em formas diretas e indiretas de participação.

Para que esse processo avance, rumo a uma representação participativa de fato, como debate crucial para o posicionamento do profissional de Serviço Social de acordo com os princípios éticos da profissão, indica-se o compromisso com a ampliação e a consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras; bem como a defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; e por fim o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos as políticas sociais, e sua implementação democrática, conforme a abordagem que a profissão propõe.

Finalizando, como sugestões decorrentes do processo de pesquisa, no que se refere as limitações encontradas para a realização deste estudo, aponta-se que o processo de arquivamento dos Conselhos Profissionais seja sistematizado de forma a facilitar o acesso histórico e organizacional de cada gestão, bem como do próprio Serviço Social, Jornais do Conselho, Relatórios do Encontros Nacionais e Descentralizados, Plano de ação e avaliação de cada gestão, etc., de forma a facilitar o acesso a tais informações, fortalecendo o material histórico disponível e as bases teóricas-metodológicas da profissão.

Sabe-se que ainda há muito a ser debatido e avançado, porém, acredita-se ter dado um passo importante nas reflexões a cerca da representação da categoria profissional nos canais de participação e da democracia representativa, ao mesmo tempo que outras pesquisas poderão surgir a partir desse trabalho, como por exemplo uma pesquisa com a categoria profissional, avaliando sua participação junto ao Conselho Profissional e sobre o trabalho desenvolvido por ele, podendo avançar nos debates aqui realizados e na abordagem de temas relevantes para a organização profissional e consequentemente para o fortalecimento da profissão de Serviço Social.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABESS. Configuração de um Projeto Profissional para o Serviço Social: O pensamento das entidades nacionais. **Cadernos de Pesquisa CEDEPSS**, São Paulo, Cortez, n.1, 109p., ago.1994.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 1993. 140p.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Cidadania, Direitos Humanos e Democracia: reconstruindo o conceito liberal de cidadania. In: SILVA, Reinaldo Pereira e. **Direitos Humanos como Educação para a Justiça**. São Paulo: LTr, 1998. 196p. p.123-134.

ARENT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, 338p. As Esferas Públicas e Privada, p.31- 129.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986. 1318p.

\_\_\_\_\_. **Estado, Governo e Sociedade**: para uma teoria geral da Política. 2.ed. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1988, 173p.

BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO: Florianópolis/SC: Cras/sc, ano 1, n. 001, jan./fev. 1983.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cras/sc, ano 1, n. 002, mar. 1983.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cras/sc, ano 1, n. 005, set./out. 1983.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cras/sc, ano 1, n. 006, nov./dez. 1983.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cras/sc, ano 2, n. 009, jun./jul. 1984.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cras/sc, ano 2, n. 011, dez. 1984.

BOLETIM INFORMATIVO – CRAS 12.<sup>a</sup> REGIÃO: Florianópolis/SC: Cras/sc, ano 2, n. 013, mar./abr. 1985.

BRANDÃO, Assis. Sobre a democracia participativa: Poulantzas, Macpherson e Carole Pateman. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XVIII, n. 54, p. 113-131, jul. 1997.

CAMPOS, Edval Bernardino, MACIEL, Carlos Alberto Batista. Conselhos Paritários: o enigma da participação e da construção democrática. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 55, p.143-155. 1997.

CARVALHO, Maria do Carmo A. **A Participação Social no Brasil Hoje**. Instituto Polis Papers, 1998. 17p.

CASTRO, Alba Tereza B. de. O espaço público como espaço de cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9, 1998. Goiânia/GO. **Anais ...Goiânia/GO**: [s.l.], 1998, p. 45-48.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 164p.

CFESS. Brasília/DF. **Informes da Comissão de Seguridade** – Gestão 1999/2002. Cfess, jul. 1999. 21p.

COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS. Conselho Regional de Serviço Social - 12.<sup>a</sup> Região. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 1, ago. 2002. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 2, 2002. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 3, set. 2002. 4p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 4, out. 2002. 3p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 5, dez. 2002. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 1, mar. 2003. 2p.



COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS Conselho Regional de Serviço Social - 12.<sup>a</sup> Região **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 2, abr. 2003. 1p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 3, maio 2003. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 4, maio 2003. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 5, jun. 2003. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 6, jul. 2003. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 7, ago. 2003. 1p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 8, set. 2003. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 9, out. 2003. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 10, nov. 2003. 2p.

\_\_\_\_\_. **Reunião**. Florianópolis/SC, n. 11, dez. 2003. 1p.

CRESS – 12.<sup>a</sup> REGIÃO. **Políticas Públicas**: desafios e perspectivas. Caderno de estudos nº 1. Florianópolis, 1997.

\_\_\_\_\_. **Transparências**. 2002. 24p.

CRESS EM GESTÃO. CRESS – 12.<sup>a</sup> Região Gestão 2002/20005. Caderno do CRESS/SC, Florianópolis/SC, Lettère D'arte, 9p., 2002.

\_\_\_\_\_. Caderno do CRESS/SC, Florianópolis/SC, Lettère D'arte, 21p., 2003.

CRESS EM RESGATE. Florianópolis/SC: Cress/sc, ano 1, n.4. 1993.

CRESS EM RESGATE SEMPRE. Florianópolis/SC: Cress/sc, ano 2, n. 6, nov. 1994.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, ano 3, n. 10, out. 1995.

CRUZ, Gisele dos Reis. A democracia “realista” e o problema da representação. Revista Desafio, Rio de Janeiro: [s.n], set. 2000. 13p.

D’ARAUJO, Maria Celina. **A Era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997. 103p. A Legislação Social, p.72-95.

ENCONTRO DESCENTRALIZADO DA REGIÃO SUL. Curitiba/PR. **Relatório do Encontro Descentralizado da Região Sul**. Curitiba/PR: Cress/pr, jul. 2000. 12p.

\_\_\_\_\_. Porto Alegre/RS. **Relatório do Encontro Descentralizado da Região Sul**. Porto Alegre/RS: Cress/rs, ago. 2002. 29p.

\_\_\_\_\_. Curitiba/PR. **Relatório do Encontro Descentralizado da Região Sul**. Curitiba/PR: Cress/pr, ago. 2003. 38p.

ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS. XXIV, Rio de Janeiro/RJ. **Deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Rio de Janeiro/RJ: Cress/rj, set. 1995. 21p.

\_\_\_\_\_. XXV, Fortaleza/CE. **Relatório de Deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Fortaleza/CE: Cress/ce, set. 1996. 21p.

\_\_\_\_\_. XXVI, Belém/Pará. **Relatório de Deliberações do Encontro Nacional CFESS/CRESS em defesa das Políticas Públicas**. Belém/Pára: Cress, set./out. 1997. 56p.

\_\_\_\_\_. XXVII, Florianópolis/SC. **Relatório de Deliberações do XXVII Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Florianópolis/SC: Cress/sc, out. 1998. 54p.

\_\_\_\_\_. XXVIII, Campo Grande/MG. **Relatório de Deliberações do XXVIII Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Campo Grande/MG: Cress/MG, out. 1999. 48p.

\_\_\_\_\_. XXIX, Maceió/AL. **Relatório de Deliberações do XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Maceió/AL: Cress/al, out. 2000. 88p.

\_\_\_\_\_. XXX, Belo Horizonte/MG. **Relatório de Deliberações do XXX Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Belo Horizonte/MG: Cress/mg, set. 2001. 111p.

\_\_\_\_\_. XXXI, Brasília/DF. **Conferências e Deliberações do XXXI Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Brasília/DF: Cfess, set. 2002. 120p.

ENCONTRO NACIONAL CFESS/CRESS. XXXII, Salvador/BA. **Relatório Parcial das Deliberações do XXXI Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Brasília/DF: Cfess, set. 2003. 38p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**: as funções da Previdência e da Assistência Social. São Paulo: Cortez, 1980. 176p. Seguros Sociais no Capitalismo Dependente: Corporativismo, Populismo, e Previdência Social no Brasil e no México. p. 97-117.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo/SP, Cortez, ano XVII, mar/1997.

GONÇALVES, Rita de Cássia (org.). Passos e Significados da Trajetória: 20 anos – Memória histórica do Conselho Regional de Serviço Social -Santa Catarina. **CD-ROM**, maio de 2002.

JORNAL DO CRESS - 12.<sup>a</sup> REGIÃO. Florianópolis/SC: Cress/sc, nov./dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, dez. 1997.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, dez. 1998.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, maio 1999.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, ano 1, n. 1. nov. 1999

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, maio 2000.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, ago. 2002.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, mar. 2003.

\_\_\_\_\_. Florianópolis/SC: Cress/sc, set. 2003.

JORNAL DO CRESS – 12.<sup>a</sup> REGIÃO. Florianópolis/SC: Cress/sc, maio 2004.

LEAL, Rogério Gesta. **Teoria do Estado**: Cidadania e poder político na modernidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 195p.

MACHADO, Simone Cristina Vieira. O protagonismo da sociedade civil no CEAS/SC: perspectivas e desafios na consolidação da política pública de Assistência Social. **Revista Katálisis**, Florianópolis/SC, n.4, maio de 1999, p.101-111.

MARTINS, Ismênia de Lima. **Cidadania e História**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1996. p. 17-25.

MARCO, Patrícia Souza. Estado, políticas públicas e participação pós-Constituição de 1998. de 1998. **Cadernos Abong**, São Paulo, n.19, p. 42-43, out. 1997.

MEZZAROBBA, Orides. **Da representação política liberal ao desafio de uma democracia partidária**: o impasse constitucional da democracia representativa brasileira. Florianópolis/SC, 2000. 303p. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

MOTA, Ana Elizabete. Trocando em Miúdos: Seguridade Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.50, p. 191-199, mês 1996.

NOGUEIRA, Vandevaldo. Os Conselhos e a construção da cidadania. **Cadernos Abong**, São Paulo, n.19, p. 24-26, out. 1997.

OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Controle Social e Assistência Social : o desafio im(possível). **Revista Katálisis**, Florianópolis/SC, n.4, maio de 1999, p.37-50.

PASSOS, Simone. **Novos Parâmetros para a Organização da Política Social Brasileira**. 1999. 4p. (Trabalho de aluno).

PAIVA, Maria Arair Pinto. Espaço Público e Representação Política. **Revista, Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro, n. 7, 1995 p .1-19 .

RAICHELIS, Raquel. Assistência Social e esfera pública: os conselhos de direito no exercício do controle social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo/SP, Cortez, nº 56, ano XIX, mar/1998.

RESOLUÇÃO. CRESS – 12.<sup>a</sup> REGIÃO. **Resolução n.º 21**. abr. 2003. 2p.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987. 89 p. Do Laissez-faire repressivo à cidadania em recesso, p.64-89.

SARTORI, **A teoria da democracia revisada**: o debate contemporâneo. Local: Ática, 1994. v.1, 336p.

SIMIONATTO, Ivete. **Crise, Reforma do Estado e Políticas Públicas**: implicações para a sociedade civil e para a profissão. Florianópolis/SC: Autor Independente, 1998. 48p.

SIMIONATTO, Ivete, NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Pobreza e Participação: o jogo das aparências e as armadilhas do discurso das agências multilaterais. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez,, n. 66, p.1- 24. 2001.

SPOSATI, Aldaíza. Serviço Social em Tempos de Democracia. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, nº 39, ano XII, ago. 1992.

STEPAN, Alfred. **Estado, Corporativismo e Autoritarismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 375.

TAPAJÓS, Luziele Maria. Seguridade Social: aportes tecnológicos como um elemento de democratização e controle social. **Revista Katálisis**, Florianópolis/SC, n.4, maio de 1999, p.51-63.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e Política Social**. São Paulo: Cortez, 1992. 99p. Política Econômica e Política Social, p 9-26.

\_\_\_\_\_. As Políticas Sociais e os Direitos Sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.53, p. 67-73, mar. 1997.

## **ANEXOS**



**ANEXO A** - Portaria n.º 002 de 29 de maio de 2002 do CRESS/SC



# Conselho Regional de Serviço Social CRESS 12ª Região

PORTARIA Nº 002 DE 29 DE MAIO DE 2002

Institui e nomeia a **COMISSÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS**, do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS-12ª Região.

A PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 12ª REGIÃO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, em conformidade com as deliberações da Reunião de Diretoria do dia 29 de maio de 2002.

## RESOLVE:

Art. 1º - Instituir e nomear a **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL**, com a atribuição de discutir sobre os seguintes segmentos: Saúde, Previdência e Assistência, Idoso e Criança e Adolescente.

Art. 2º - Nomear os membros para integrar a Comissão de Seguridade Social, conforme relação abaixo.

### Coordenadora:

- o Valéria Cabral Carvalho – AS. Nº 0897

### Segmento Criança e Adolescente:

- o Kátia Regina Madeira – AS. Nº 1227
- o Márcia Lange de São Thiago - AS. Nº 0814 – Representante do Fórum DCA;

### Segmento Saúde

- o Rosângela Stuart Valentin – AS. nº 0402 – Representante no Conselho Municipal de Saúde
- o Shirley Guimarães Rocha – AS. nº 0112 – Representante no Conselho Municipal de Saúde
- o Mônica Novoa de Queiroz – AS. nº 1693 - Representante na Comissão Municipal de Prevenção as DST/HIV/AIDS
- o Débora Cristina Dolzan – AS. nº 1514 - Representante na Comissão Municipal de Prevenção as DST/HIV/AIDS
- o Andréia de Oliveira – AS. nº 1547 – Representante do Conselho Estadual da Saúde
- o Maria Isabel Vargas da Cunha – AS. nº 2062 – Representante do Conselho Estadual da Saúde

### Segmento Idoso

- o Maria Cirlene Cordioli – AS. nº 0247 – Representante no Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis/SC
- o Elizabeth Bahia Spindola Bittencourt Férrer – AS. Nº 0328 - Representante no Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis/SC
- o Edi Mota Oliveira – AS. nº 227 – Membro



## Conselho Regional de Serviço Social CRESS 12ª Região

- Vera Nícia Fortkamp de Araújo – AS. nº 0233 – Representante do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina – CEI/SC
- Patrícia Elza da Silva – AS. nº 2712 – Representante do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina – CEI/SC

### **Segmento de Assistência Social:**

- Dineuza Aparecida Souza – AS. nº 1041 – Representante no CMAS/Balneário Camboríu
- Adriana Rodrigues Machado – AS. nº 1525 – Representante no CMAS/Balneário Camboríu
- Cristiane dos Santos Fabrício – AS. nº 2945 – Representante do Conselho Estadual da Assistência Social/SC
- Monyk Mafra – AS. nº 2830 – Representante do Conselho Estadual da Assistência Social/SC
- Sueli Jampietro – AS. Nº 2281 – Representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis/SC
- Luiza Maria Lorenzini Gerber – AS. Nº 0968 – Membro

### **Funcionárias:**

- Maria de Lourdes Graciosa – AS. Nº 1097 – Membro
- Maria Dolores Thiesen Silva – AS. Nº 1811 – Membro

*Parágrafo 1º* - A Comissão terá um Coordenador e um Secretário eleito pelos demais membros.

*Parágrafo 2º* - A Comissão reunir-se-á mensalmente em caráter ordinário e extraordinariamente, quando houver necessidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as seguintes Portarias: Portaria nº 041 de 05 de Novembro de 2001, Portaria nº 32 de 27 de julho de 2001; Portaria nº 009 de 21 de março de 2000 e Portaria nº 008 de 21 de março de 2000.

Florianópolis, 29 de maio de 2002.

**Valéria Cabral Carvalho**  
Presidente do CRESS 12ª Região/  
AS. nº 0897/CRESS 12ª Região

# CRESS 12ª Região

**ANEXO B - Lei n.º 3252/57 de Regulamentação do Exercício Profissional de Assistente  
Social**

LEI Nº 3.252, DE 27 DE AGOSTO DE 1957

publicada no Diário Oficial nº 197, de 28 de agosto  
de 1957 - Primeira página

Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu  
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É livre em todo o território nacional o  
exercício da profissão de Assistente Social, observando-se as dis-  
posições da presente lei.

Art. 2º - Poderão exercer a profissão de Assis-  
tente Social:

a) - os possuidores de diploma expedido no Brasil  
por escolas de Serviço Social oficiais ou reconhecidas pelo Govê-  
no Federal, nos termos da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953;

b) - os diplomados por escolas estrangeiras, re-  
conhecidas pelo país de origem, cujos diplomas tenham sido reva-  
lidados de conformidade com a legislação em vigor;

c) - os agentes sociais qualquer que seja sua de-  
nominação, com função nos vários órgãos públicos, segundo o dis-  
posto no art. 14 e seu parágrafo da Lei nº 1.889, de 13 de junho  
de 1953.

Parágrafo único - Vetado.

Art. 3º - São atribuições dos Assistentes Soci-  
ais:

a) - direção de escolas de Serviço Social;

b) - ensino das cadeiras ou disciplinas de servi-  
ço social;

c) - direção e execução do serviço social em es-  
tabelecimentos públicos e particulares;

d) - aplicação dos métodos e técnicas específicas do serviço social na solução dos problemas sociais.

Art. 4º - Só assistentes sociais poderão ser admitidos para chefia e execução do serviço social em estabelecimentos públicos, para-estatais, autárquicos e de economia mista.

Parágrafo único - Em caráter precário, até 31 de dezembro de 1960, poderão ser admitidos para o Serviço Social, - nos vários órgãos públicos, para-estatais, autárquicos e de economia mista, candidatos não diplomados, desde que estejam cursando o 3º ano da Escola de Serviço Social. Após essa data, o preenchimento das vagas se fará mediante concurso de conformidade com o disposto neste artigo.

Art. 5º - Nas escolas oficiais de Serviço Social, que se criarem, apenas Assistentes Sociais poderão assumir os cargos docentes, de direção, secretaria e supervisão, excetuando-se, no caso do ensino, as cadeiras ou disciplinas que pelo seu programa, possam ou devam ser ensinadas por outros profissionais.

Art. 6º - O disposto nos artigos anteriores se praticará sem prejuízo da observância das normas relativas ao provimento de cátedra de ensino e da legislação geral sobre os funcionários públicos civis da União.

Art. 7º - Vetado.

Art. 8º - Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data da publicação da presente lei, o Poder Executivo baixará a sua regulamentação.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1957; 136ª da  
Independência e 69ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

NEREU RAMOS

ANTONIO ALVES CÂMARA

HENRIQUE LOTT

JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

JOÃO DE OLIVEIRA CASTRO VIANA JR.

LÚCIO MEIRA

MÁRIO MENEGHETTI

CLÓVIS SALGADO

PÁRSIFAL BARROSO

FRANCISCO DE MELO

MAURÍCIO DE MEDEIROS

**ANEXO C** - Decreto de Lei n.º 994/62 que Regulamenta a Lei 3252/57 que Disciplina o

Exercício de Assistente Social

DECRETO Nº 994 DE 15 DE MAIO DE 1962

publicado no Diário Oficial de 15 de maio de 1962;

Seção I - Parte I - pags. 5326 e 5327.

Regulamenta a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social.

O Presidente do Conselho de Ministros, usando das atribuições que lhe conferiu o art. 18, item III, do Ato Adicional à Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 8º da Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento da Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, que dispõe sobre o exercício da profissão de Assistente Social e que a este acompanha, assinado pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social.

Art. 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, Distrito Federal, em 15 de maio de 1962; 141ª da Independência e 74ª da República.

TANCREDO NEVES

ANDRÉ FRANCO MONTORO

REGULAMENTO DA LEI Nº 3.252, DE 27 DE AGOSTO DE 1957

Art. 1º - O Serviço Social constitui o objeto da profissão liberal de Assistente Social, de natureza técnico-científica.

Parágrafo único. A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 2º - São atividades profissionais do Assistente Social aquelas cujo exercício determina a aplicação dos processos específicos de Serviço Social.

Art. 3º - O exercício da profissão de Assistente Social é livre em todo o território nacional observadas as exigências previstas na legislação em vigor e no presente Regulamento.

Art. 4º - Somente poderão exercer a profissão de Assisten

## te Social:

I - Os possuidores de diploma de Assistente Social expedido no Brasil por Escolas de Serviço Social oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953;

II - Os diplomados em Serviço Social, por escolas estrangeiras, reconhecidas pelas Leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados de conformidade com a legislação em vigor;

III - Os Agentes Sociais, qualquer que seja sua denominação, que tiverem seus direitos resguardados, segundo o disposto no art. 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

§ 1º - Aos Assistentes Sociais, para que possam exercer a profissão, é obrigatório o registro do diploma no órgão competente, assim como a inscrição no respectivo Conselho Regional de Assistentes Sociais, previsto no art. 6º deste Regulamento;

§ 2º - Aos Agentes Sociais, referidos no item III deste artigo, para que possam exercer a profissão de Assistente Social, é obrigatória a inscrição no respectivo Conselho Regional de Assistentes Sociais de acordo com as instruções que forem expedidas pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais.

Art. 5º - São prerrogativas do Assistente Social:

I - Dirigir Escolas de Serviço Social;

II - Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Serviço Social e supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Serviço Social;

III - Planejar e dirigir o Serviço Social, bem como executá-lo em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, para-estatais e de economia mista e particulares;

IV - Assessorar tecnicamente assuntos de Serviço Social nos órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, para-estatais, e economia mista e particulares;

V - Realizar perícias, judiciais ou não, e elaborar pareceres sobre matéria de Serviço Social.

Parágrafo único - Além do disposto no artigo, constituem atribuições do Assistente Social:

a) - integrar comissão examinadora de concursos e provas em cadeiras ou disciplinas específicas de Serviço Social, assim como representar congregação ou corpo de professores em conselho universitário;

b) - participar de comissões, congressos, seminários e outras reuniões específicas de Serviço Social, como representante dos poderes públicos, da classe, de órgãos e estabelecimentos de Serviço Social público.

autárquicos, para-estatais, de economia mista e particulares.

Art. 6º - A disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Assistente Social caberão ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (C.F.A.S.) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (C.R.A.S.), criados por este Regulamento.

Art. 7º - Para o efeito da constituição e da jurisdição dos C.R.A.S. fica o território nacional dividido nas seguintes regiões:

- 1ª Região: Amazonas, Pará e Territórios do Acre, Rio Branco, Roraima e Amapá, com sede em Belém;
- 2ª Região: Maranhão e Piauí, com sede em São Luiz;
- 3ª Região: Ceará e Rio Grande do Norte, com sede em Fortaleza;
- 4ª Região: Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Território de Fernando de Noronha, com sede em Recife;
- 5ª Região: Sergipe e Bahia, com sede em Salvador;
- 6ª Região: Espírito Santo e Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte;
- 7ª Região: Estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro, com sede no Rio de Janeiro;
- 8ª Região: Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso, com sede em Brasília;
- 9ª Região: São Paulo, com sede na Capital;
- 10ª Região: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre.

Parágrafo único - Qualquer dos Estados poderá constituir-se em região autônoma desde que atinja o número de 500 profissionais que exerçam a profissão na área respectiva.

Art. 8º - O Conselho Federal de Assistentes Sociais será constituído de nove Membros efetivos e nove suplentes: Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros, três Membros do Conselho Fiscal, todos Assistentes Sociais, habilitados de acordo com o item I do art. 4º, deste Regulamento, devidamente inscritos no C.R.A.S.

§ 1º - A eleição dos Membros do C.F.A.S. far-se-á indiretamente, por delegados-eleitores credenciados pelos C.R.A.S., na proporção de um delegado para cada grupo de 50 Assistentes Sociais, ou fração registrada na região, devendo recair, preferencialmente, a escolha daqueles Membros em profissionais residentes na sede do Conselho Federal.

§ 2º - O Presidente do Conselho será escolhido dentre seus Membros.



§ 3º - Ao Presidente caberá a administração e a representação legal do Conselho.

§ 4º - A substituição de qualquer Membro, em seus impedimentos, far-se-á pelo suplente na ordem da votação obtida e, em caso de empate, pela antiguidade do registro do diploma.

§ 5º - O mandato dos Membros do C.F.A.S. será de 3 (três) anos.

Art. 9º - O C.F.A.S., com sede no Distrito Federal, terá as seguintes atribuições:

- I - Orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Assistente Social;
- II - Conhecer as dúvidas suscitadas pelos CRAS e dirimi-las;
- III - Examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.A.S., assegurando sua uniformidade na medida em que desta depender a necessária unidade de ação;
- IV - Elaborar e aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais;
- V - Funcionar como tribunal superior de Ética Profissional;
- VI - Julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos C.R.A.S.;
- VII - Estabelecer o sistema de registro dos profissionais habilitados de acordo com o art. 2º da Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957;
- VIII - Servir de órgão técnico-consultivo do Governo, em matéria de Serviço Social;
- IX - Organizar o seu regimento interno, dentro de 120 dias, após a sua instalação.

Art. 10 - O C.F.A.S. será mantido:

- I - Por 20% das contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos C.R.A.S.;
- II - Por subvenções do Governo;
- III - Por doações e legados;
- IV - Por outras rendas.

Art. 11 - Os C.R.A.S. serão constituídos de nove Membros e nove suplentes, Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros, três Membros do Conselho Fiscal, todos Assistentes Sociais habilitados de acordo com o item I do art. 4º; deste Regulamento, devidamente inscritos nos C.R.A.S., procedendo-se à escolha por eleição direta.

§ 1º - A escolha dos Membros de cada C.R.A.S. será feita por eleição direta dos Assistentes Sociais inscritos na região e em pleno gozo de seus direitos.



§ 2º - Aplica-se ao C.R.A.S. o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 8º do presente Regulamento.

Art. 12 - São atribuições dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais:

- I - Organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais;
- II - Expedir os títulos dos Agentes Sociais, referidos no item III do art. 4º deste Regulamento, observado o § 2º do mesmo artigo;
- III - Fixar as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;
- IV - Expedir Carteiras Profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;
- V - Fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;
- VI - Zelar pela observância do Código de Ética Profissional aprovado pelo C.F.A.S., funcionando como tribunais regionais de Ética Profissional, segundo normas expedidas por aquele Conselho;
- VII - Impor as sanções prescritas no Código de Ética Profissional;
- VIII - Elaborar o respectivo regimento interno e submetê-lo à aprovação do C.F.A.S., dentro de 120 dias da data de sua instalação.

Art. 13 - Os C.R.A.S. serão mantidos:

- I - Pela receita das anuidades pagas pelos Assistentes Sociais;
- II - Pelas taxas de registro de profissionais;
- III - Pela receita da expedição de carteiras profissionais;
- IV - Por subvenções governamentais;
- V - Por doações e legados;
- VI - Por outras rendas.

Art. 14 - As Carteiras Profissionais emitidas pelos CRAS conterão:

- I - Nome por extenso do profissional;
- II - Filiação;
- III - Nacionalidade e naturalidade;
- IV - Data do nascimento;
- V - Estado civil;
- VI - Nome da Escola de Serviço Social em que se diplomou;
- VII - Data da expedição do diploma ou do título previsto no art. 4º, itens II e III, deste Regulamento;
- VIII - Número do registro do diploma no órgão competente;
- IX - Número do registro no C.R.A.S. respectivo;

X - Fotografia de frente, autenticada;

XI - Impressão dactiloscópica;

XII - Assinatura do presidente do C.R.A.S. e do portador.

§ 1º - A expedição da Carteira Profissional está sujeita ao pagamento de taxa a ser arbitrada pelo C.R.A.S. de acordo com o artigo 12, item IV, do presente Regulamento.

§ 2º - A Carteira Profissional servirá de prova para o exercício da profissão, da carteira de identidade e terá fé pública.

Art. 15 - Os infratores do presente Regulamento estão sujeitos às sanções estabelecidas pelos Regimentos dos Conselhos Regionais, além das penalidades previstas em lei.

Art. 16 - Os estudantes do curso de Serviço Social terão preferência para a prestação de tarefas auxiliares do Serviço Social, sob a supervisão direta de Assistente Social devidamente habilitado.

#### Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 17 - Nenhum órgão ou estabelecimento público, autárquico, para-estatal, de economia mista ou particular, poderá ter a denominação de "Serviço Social", se, na execução de seu trabalho, não observar os princípios do Serviço Social e não empregar Assistentes Sociais no desempenho do mesmo.

Art. 18 - Aos admitidos para o Serviço Social a título precário, segundo o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957, bem como aos titulares de outros cargos, que tenham exercido antes de 12 de julho de 1960, pelo menos nos dois últimos anos, atribuições de competência específica de Assistentes Sociais, nos diversos órgãos públicos, federais, para-estatais, autárquicos e de economia mista, é assegurado o enquadramento direto como Assistente Social, a partir daquela data, nos respectivos Quadros de Pessoal, mediante a prova daquela condição e apresentação de diploma devidamente registrado, nos termos da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Art. 19 - Enquanto não for aprovado o Código de Ética Profissional a que se refere o art. 9º, item IV, deste Regulamento será aplicado o Código de Ética Profissional aprovado em convenção nacional da ABAS, publicado na Revista do Serviço Social, nº 48 - ano VII - editada em São Paulo.

Art. 20 - A primeira Diretoria do C.F.A.S. será constituída de nove Membros e nove suplentes, todos Assistentes Sociais, habilitados de acordo com o item I do art. 4º deste Regulamento, eleitos por representantes credenciados pelas associações específicas de Serviço Social já existentes no território nacional em funcionamento há mais de dois anos, ininterruptamente, de conformidade com as instruções que forem expedidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, dentro de 30 dias contados da vigência deste Regulamento.

Art. 21 - Competirá à primeira diretoria do C.F.A.S. tomar as providências necessárias, dentro do prazo de 180 dias, para as eleições das diretorias dos C.R.A.S.

Art. 22 - Enquanto não for efetivada a transferência da maioria dos órgãos da Administração Pública para o Distrito Federal, o C.F.A.S. poderá ter a sua sede no Estado da Guanabara.

**ANEXO D - Lei n.º 8.662/93 de Revogação da Lei n.º 3252/57 que Disciplina o Exercício  
de Assistente Social**



# LEI 8.662, DE 7-6-93 (DO-U DE 8-6-93).

Disciplina o exercício da profissão de Assistente Social.  
Revogação da Lei 3.252, de 27-8-57 (DO-U de 28-8-58)

## RESIDENTE DA REPÚBLICA

Saber que o Congresso Nacional deu o seguinte texto à seguinte Lei:

1º. — É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta Lei.

2º. — Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I — os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no Brasil e registrado no órgão competente;

II — os possuidores de diploma de curso de graduação em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, convenido ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente reconhecido e registrado em órgão competente no Brasil;

III — os agentes sociais, qualquer que seja a denominação com que sejam conhecidos, segundo o disposto no art. 1º, parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13-6-53.

3º. — O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social, observado o disposto no art. 1º, parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13-6-53.

4º. — A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na área da legislação vigente.

5º. — Constituem competências do Assistente Social:

I — elaborar, implementar, executar e avaliar projetos sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, entidades e organizações populares;

II — planejar, coordenar, executar e avaliar programas e projetos que sejam de interesse da sociedade civil;

III — encaminhar providências, e prestar assistência social a indivíduos, grupos e à comunidade;

IV — (VETADO)

V — orientar indivíduos e grupos de segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos em benefício e na defesa de seus direitos;

VI — planejar, organizar e administrar bens e serviços sociais;

VII — planejar, executar e avaliar pesquisas e projetos que contribuam para a análise da realidade social e para subsidiar ações sociais;

VIII — prestar assessoria e consultoria à administração pública direta ou indireta, empresas privadas e outras entidades em relação às matérias relacionadas com o presente artigo;

IX — prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às atividades sociais, no exercício e na defesa de direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X — planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI — realizar estudos sócio-econômicos e sociais para fins de benefícios e assistência social junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades;

XII — constituir atribuições privativas do Assistente Social;

XIII — coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, programas e projetos na área de Serviço Social;

XIV — planejar, organizar e administrar projetos e programas em Unidade de Serviço Social;

XV — assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

tória de Serviço Social;

IV — realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V — assumir, no magistério de Serviço Social, tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI — treinamento, avaliação e supervisão direta de estudantes de Serviço Social;

VII — dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII — dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX — elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X — coordenar seminários, encontros, congressos e eventos semelhantes sobre assuntos de Serviço Social;

XI — fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII — dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII — ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional;

Art. 6º. — São alteradas as denominações do atual Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), para, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Art. 7º. — O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.

§ 1º. — Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. — Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta Lei.

Art. 8º. — Compete ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício das seguintes atribuições:

I — orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

II — assessorar o CRESS sempre que se fizer necessário;

III — aprovar os Regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

IV — aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS;

V — funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional;

VI — julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

VII — estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

VIII — prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social;

IX — (VETADO)

Art. 9º. — O fórum máximo de deliberação da profissão para os fins desta Lei

dar-se-á nas reuniões conjuntas dos Conselhos Federal e Regionais, que inclusive fixarão os limites de sua competência e sua forma de convocação.

Art. 10º. — Compete aos CRESS, em suas respectivas áreas de jurisdição, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância, o exercício das seguintes atribuições:

I — organizar e manter o registro profissional dos Assistentes Sociais e o cadastro das instituições e obras sociais públicas e privadas, ou de fins filantrópicos;

II — fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de Assistente Social na respectiva região;

III — expedir carteiras profissionais de Assistentes Sociais, fixando a respectiva taxa;

IV — zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como Tribunais Regionais de Ética Profissional;

V — aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional;

VI — fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos Assistentes Sociais;

VII — elaborar o respectivo Regimento Interno e submetê-lo a exame e aprovação do fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS/CRESS.

Art. 11º. — O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) terá sede e foro no Distrito Federal.

Art. 12º. — Em cada capital de Estado, de Território e no Distrito Federal, haverá um Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) denominado segundo a sua jurisdição, a qual alcançará, respectivamente, a do Estado, a do Território e a do Distrito Federal.

§ 1º. — Nos Estados ou Territórios em que os profissionais que neles atuam não tenham possibilidade de instalar um Conselho Regional, deverá ser constituída uma delegacia subordinada ao Conselho Regional que oferecer melhores condições de comunicação, fiscalização e orientação, ouvido o órgão regional e com homologação do Conselho Federal.

§ 2º. — Os Conselhos Regionais poderão constituir, dentro de sua própria área de jurisdição, delegacias seccionais para desempenho de suas atribuições executivas e de primeira instância nas regiões em que forem instaladas, desde que a arrecadação proveniente dos profissionais nelas atuantes seja suficiente para sua própria manutenção.

Art. 13º. — A inscrição nos Conselhos Regionais sujeita os Assistentes Sociais ao pagamento das contribuições compulsórias (anuidades), taxas e demais emolumentos que forem estabelecidos em regulamentação baixada pelo Conselho Federal, em deliberação conjunta com os Conselhos Regionais.

Art. 14º. — Cabe às Unidades de Ensino credenciar e comunicar aos Conselhos Regionais de sua jurisdição os campos de estágio de seus alunos e designar os Assistentes Sociais responsáveis por sua supervisão.

Parágrafo único. — Somente os estudantes de Serviço Social, sob supervisão direta de Assistente Social em pleno gozo de seus direitos profissionais, poderão realizar estágio de Serviço Social.

Art. 15º. — É vedado o uso da expressão "Serviço Social" por quaisquer pessoas de direito público ou privado que não desenvolvam atividades previstas nos arts. 4º e 5º desta Lei.

Parágrafo único. — As pessoas de direito público ou privado que se encontrem na situação mencionada neste artigo terão o prazo de noventa dias, a contar da data da vigência desta Lei, para processarem as modificações que se fizerem necessárias a seu integral cumprimento, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Art. 16º. — Os CRESS aplicarão as seguintes

penalidades aos infratores dos dispositivos desta Lei:

I — multa no valor de uma a cinco vezes a anuidade vigente;

II — suspensão de um a dois anos de exercício da profissão ao Assistente Social, no âmbito de sua atuação, deixar de cumprir disposições do Código de Ética, sob pena de aplicação da gravidade da falta;

III — cancelamento definitivo do registro em casos de extrema gravidade ou de reincidência contumaz.

§ 1º. — Provada a participação ativa ou conivência de empresas, entidades, instituições ou firmas individuais nas infrações dos dispositivos desta Lei pelos profissionais das dependentes, serão estas também passíveis das multas aqui estabelecidas, na proporção de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

§ 2º. — No caso de reincidência na mesma infração no prazo de dois anos, a multa cabível será elevada ao dobro.

Art. 17º. — A Carteira de Identificação Profissional expedida pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), serve de prova para fins de exercício profissional e de Carteira de Identidade Pessoal, e é pública em todo o território nacional.

Art. 18º. — As organizações que se registrarem nos CRESS receberão um certificado que as habilitará a atuar na área de Serviço Social.

Art. 19º. — O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) será mantido:

I — por contribuições, taxas e emolumentos arrecadados pelos CRESS, em percentual a ser definido pelo fórum máximo instituído pelo art. 9º desta Lei;

II — por doações e legados;

III — por outras rendas.

Art. 20º. — O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) contarão com um com nove membros efetivos: Presidente, Vice-Presidente, dois Secretários, dois Tesoureiros e três membros do Conselho Fiscal, e nove suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais, por via direta, para mandato de três anos, de acordo com as normas estabelecidas em Código Eleitoral, aprovado pelo fórum instituído pelo art. 9º desta Lei.

Parágrafo único. — As delegacias seccionais contarão com três membros efetivos: um Delegado, um Secretário e um Tesoureiro, e três suplentes, eleitos dentre os Assistentes Sociais da área de sua jurisdição, nas condições previstas neste artigo.

Art. 21º. — (VETADO)

Art. 22º. — O Conselho Federal e os Conselhos Regionais terão legitimidade para agir contra qualquer pessoa que infringir as disposições que digam respeito às prerrogativas, à dignidade e ao prestígio da profissão de Assistente Social.

Art. 23º. — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24º. — Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957. (Itamar Franco e Walter Barilari)

ESCLARECIMENTO

O artigo 14º, e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13-6-53 (DO-U de 20-6-93), estabelecem:

Art. 14º. — Ficam resguardados os direitos dos atuais Agentes Sociais com função em vários órgãos públicos, sendo-lhes facultado obter o diploma de Assistente Social mediante provas prestadas nas Escolas de Serviço Social, das matérias constantes do currículo escolar e não incluídas nos cursos que hajam frequentado.

Parágrafo único. — Aos Agentes Sociais, qualquer que seja sua denominação, serão assegurados os direitos e vantagens previstos nesta lei, desde que venham, em caráter de assistente social, exercendo a profissão há mais de cinco anos.

**ANEXO E - Roteiro da Entrevista com a Presidente do CRESS/SC Gestão 2002-2005**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

PROFESSOR ORIENTADOR: Rosana de Carvalho Martinelli Freitas  
Orientanda: Maria Alice Pereira

Pesquisa:

**A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS -  
Um estudo na Comissão de Políticas Públicas do Conselho Regional de  
Serviço Social – 12.<sup>a</sup> Região**

**ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO PARA ENTREVISTA**

- 1) Qual sua avaliação sobre o contexto histórico que acompanhou junto ao CRESS/SC e mais especificamente da sua gestão ?
- 2) Quando e como ocorreu a inserção do debate sobre as políticas sociais no CRESS/SC?
- 3) Qual a relação estabelecida entre CFESS e CRESS/SC na sua gestão?
- 4) Como surgiu o modelo atual da Comissão de Políticas Sociais do CRESS/SC?
- 5) Qual sua avaliação sobre o modelo atual da Comissão de Políticas Sociais? Quais os avanços e desafios que poderia apontar?
- 6) Quais avanços e desafios que você indica para a participação representativa junto ao CRESS/SC ?



**ANEXO F - Quadro das Gestões, Estrutura Interna e Comissões de Trabalho do  
CRESS/SC**

## CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12.<sup>a</sup> Região

### GESTÕES / ESTRUTURA INTERNA / COMISSÕES

<b>GESTÃO</b>	<b>PRESIDENTE</b>	<b>VICE-PRESIDENTE</b>	<b>ESTRUTURA INTERNA</b>	<b>COMISSÕES</b>
<b>1982/ 1984</b>	Elisa Faustino da Silva	Eldy Marize da Silva	Diretoria Conselho Fiscal	PERMANENTES Comissão de Inscrição Comissão de Fiscalização
<b>1984/ 1987</b>	Maria Givanete Claudino	Ester Lorenzetti de Melo	Diretoria Conselho Fiscal	Comissão de Inscrição Comissão de Fiscalização Comissão de Documentação e Divulgação
<b>1988/ 1990</b>	Jucília Vieira de Castro	Célia Maria Campos	Diretoria Conselho Fiscal	Comissão de Inscrição Comissão de Fiscalização Comissão de Imprensa e Divulgação Comissão Jurídica
<b>1990/ 1993</b>	Marília Celina Felício Fragoso	Eldy Marise Pereira	Diretoria Conselho Fiscal	PERMANENTES E TRANSITÓRIAS Comissão de Inscrição Comissão de Divulgação Comissão de Sindicância Comissão de Representação Comissão de Ética Comissão de Cargos e Salários Comissão de Regulamentação do Exercício Profissional Comissão de Fiscalização

1993/ 1996	Eldy Marize Pereira Lima de Oliveira	Rosângela Stuart Valentim	Diretoria Conselho Fiscal	PERMANENTES Comissão de Inscrição Comissão de Orientação e Fiscalização Comissão de Ética Comissão de Documentação e Divulgação. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS Comissão de Perrogativas ASPECTO TÉCNICO Comissão de Assistência Social Comissão de Serviço Social na área de Criança e Adolescente Comissão de Saúde
1996/ 1999	Edi Mota Oliveira	Carla Rosane Bressan	Diretoria Conselho Fiscal	PERMANENTES Comissão de Inscrição Comissão de Ética Comissão de Fiscalização e Orientação Comissão de Inadimplência PROVISÓRIAS Comissão de Compras Comissão de Assistência Social Comissão de Saúde Comissão da Criança e do Adolescente Comissão do Idoso Comissão de Descentralização e Articulação Comissão de Formação profissional Comissão de Divulgação

<b>1999/ 2002</b>	Edi Mota Oliveira	Helieth Maria da Silveira Berka	Diretoria Conselho Fiscal	Comissão de Ética e Direitos Humanos Comissão de Orientação e Fiscalização Comissão de Descentralização, Inscrição e Capacitação Profissional Comissão de Assistência Social e Previdência Comissão de Saúde Comissão da Criança e do Adolescente
<b>2002/ 2005</b>	Valéria Cabral Carvalho	Sueli Zampietro	Diretoria Conselho Fiscal	PERMANENTES Comissão de Ética e Direitos Humanos Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional Comissão de Inscrição Comissão de Inadimplência. TEMÁTICAS Comissão Administrativo Financeira; Comissão de Divulgação, Imprensa, Descentralização e Qualificação Profissional Comissão de Políticas Sociais

Fonte: Jornais do CRESS – 12.<sup>a</sup> Região de 1982 à 2004.

**ANEXO G - Quadro com as Representantes Titulares do CRESS/SC**

### **Representantes do CRESS 12ª Região nos Fóruns, Comissões e Conselhos de Direitos**

Fórum da Criança e do Adolescente	Titular: Márcia Lange de São Thiago
Conselho Municipal de Saúde de Florianópolis	Titular: Shirley Guimarães Rocha
Comissão Municipal de Prevenção das DST/HIV/AIDS	Titular: Mônica Novoa de Queiroz
Conselho Estadual de Saúde via Fórum Popular de Saúde	Titular: Andréia de Oliveira
Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis	Titular: Maria Cirlene Cordioli
Conselho Estadual do Idoso	Titular: Patrícia Elza da Silva
Conselho Municipal de Assistência Social de Balneário Camboriú	Titular: Dineuza aparecida Souza
Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis	Titular: Elisabeth Bahia S. Bitencourt
Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina	Titular: Cristiane dos Santos Fabrício

Fonte: Portaria n. 002 de 29 de maio de 2002 do CRESS – 12.ª Região.



**ANEXO H** – Roteiro da Entrevista com as Representantes do CRESS/SC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**PROFESSOR ORIENTADOR: Rosana Martinelli**  
**Orientando: Maria Alice Pereira**

Pesquisa:

**A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS -**  
**Um estudo na Comissão de Políticas Públicas do Conselho Regional de Serviço Social**  
**– 12.<sup>a</sup> Região**

### ROTEIRO DE ORIENTAÇÃO PARA A ENTREVISTA

- 1 Como se tornou representante do CRESS junto ao Fórum, Comissão ou Conselho de Direito?
- 2 Como participa na Comissão de Políticas Sociais?
- 3 Como participa no Fórum, Comissão ou Conselho de Direito representado o CRESS/SC?
- 4 A Comissão de Políticas Sociais do CRESS/SC, criada em 29 de maio de 2003, trouxe uma outra forma de organização para seus representantes nos Fóruns, Comissão ou Conselhos de Direito. Qual sua opinião sobre este modelo?
- 5 Em que a Comissão de Políticas Sociais vem subsidiando a participação nos Fóruns, Comissões ou Conselhos de Direito?
- 6 Como ocorre o processo de decisão e/ou encaminhamentos sobre as questões que você represente do CRESS/SC tem que deliberar nos Fóruns, Comissões ou Conselhos de Direito?
- 7 A sua participação na Comissão de Políticas Sociais tem propiciado a intersetorialização entre as Políticas Sociais?
- 8 O que implica a sua inserção no Fórum, Comissão ou Conselho de Direito, enquanto um representante da categoria?
- 9 É possível criar mecanismos que garantam uma maior legitimidade dos representantes do CRESS/SC junto a categoria?
- 10 Quais as facilidades existentes para representar o CRESS/SC , enquanto organização da categoria, nos Conselhos de Direito?
- 11 Quais as dificuldades existentes para representar o CRESS/SC , enquanto organização da categoria, nos Fóruns, Comissões ou Conselhos de Direito?
- 12 Qual o papel da representação para a sua formação profissional ?

**ANEXO I - Resolução nº 21/2002-2005 de Nomeação dos Representantes do CRESS/SC**  
nos Conselhos Paritários de Políticas Públicas e/ou Fóruns

**RESOLUÇÃO CRESS 12ª REGIÃO Nº 21/2002-2005**

***Nomeação dos Representantes nos  
Conselhos Paritários de Políticas  
Sociais e/ou Fóruns.***

O Conselho Pleno do dia dezessete de abril do ano de dois mil e três definiu e aprovou a seguinte resolução; para normatizar e disciplinar a representação do CRESS/SC nos Conselhos Paritários e/ou de Direitos de Políticas Sociais e/ou Fóruns.

**RESOLVE:**

**Art. 1** – No caso do município, ou região, possui Núcleo ou Associação de Profissionais, a indicação deve ser feita através de reunião realizada pelos associados do Núcleo com esse objetivo; devendo ser encaminhado ao CRESS, ofício indicando a Assistente Social, cujo o nome deverá ser referendado pelo CRESS;

- I – O Assistente Social representante do CRESS/SC, deverá encaminhar à Comissão de Políticas Sociais do CRESS, um relatório bimestral, relatando suas atividades e comprometendo-se a participar de 02 reuniões anuais dessa Comissão;

**Art. 2** – Em caso de não haver Núcleo ou Associação Profissional, o Assistente Social que deseja ser representante do CRESS/SC deve proceder da seguinte forma:

- I – Encaminhar ofício ao CRESS/SC manifestando seu interesse em ser representante do CRESS/SC analisará a solicitação, verificará a situação do Assistente Social junto ao CRESS;
- II - A Diretoria do CRESS/SC analisará a solicitação, verificará a situação do Assistente Social junto ao CRESS;



**CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL  
CRESS 12ª REGIÃO**

III - Em caso do Assistente Social, residir na Grande Florianópolis, deve se comprometer a participar das reuniões das Comissões de Políticas Sociais e encaminhar bimestralmente relatório à Comissão;

**ART. 3º**- Os casos excepcionais serão resolvidos pelo Conselho Pleno.

**ART. 4º** - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrario.

Florianópolis, 06 de maio de 2003.

**Valéria Cabral Carvalho**  
AS nº 0897/CRESS 12ª Região  
Presidente